



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL
MESTRADO EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

CONFLITOS URBANOS NO RIO DE JANEIRO:
A RESISTÊNCIA À REMOÇÃO DA COMUNIDADE DO HORTO

Mariana do Carmo Lins

Rio de Janeiro
2021

MARIANA DO CARMO LINS

**CONFLITOS URBANOS NO RIO DE JANEIRO:
a resistência à remoção da comunidade do horto**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Orientador: Prof. Dr. Fabrício Leal de Oliveira

Rio de Janeiro
2021

CIP - Catalogação na Publicação

L659c Lins, Mariana do Carmo
Conflitos Urbanos no Rio de Janeiro: A
resistência à remoção da comunidade do Horto /
Mariana do Carmo Lins. -- Rio de Janeiro, 2021.
168 f.

Orientador: Fabrício Leal de Oliveira.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do
Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e
Planejamento Urbano e Regional, Programa de Pós
Graduação em Planejamento Urbano e Regional, 2021.

1. Planejamento urbano. 2. Planejamento
conflitual. 3. Conflitos urbanos. I. Leal de
Oliveira, Fabrício, orient. II. Título.

MARIANA DO CARMO LINS

CONFLITOS URBANOS NO RIO DE JANEIRO:

a resistência à remoção da comunidade do horto

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários para obtenção do grau de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Aprovada em: 07/12/2021

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Fabrício Leal de Oliveira
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ

Prof. Dr. Carlos Bernardo Vainer
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ

Prof^ª. Dr^ª. Giselle Megumi Martino Tanaka
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ

Prof^ª. Dr^ª. Fernanda Ester Sánchez
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo/UFF

Dedico este trabalho à minha família, ao meu companheiro, aos amigos e a todos que estiveram paciente e afetosamente ao meu lado ao longo dessa vagarosa caminhada.

AGRADECIMENTOS

Desde o início da minha trajetória acadêmica a área da pesquisa sempre foi um espaço de troca, aprendizado e coletividade. Foi em grupos de pesquisa que aprendi a pesquisar. Este trabalho é fruto, portanto, de reflexões coletivas dos diversos grupos que participei durante a graduação e mestrado. Por isso, inicio meus agradecimentos reconhecendo e valorizando a importância dos integrantes (atuais e passados) do Observatório de Conflitos Urbanos na cidade do Rio de Janeiro: Daniel, Thiago, Luizinho, Jorge, Maria Clara, Bia, Jade, Buba e Igor obrigada por tantas horas de discussão, escuta e experiências compartilhadas! Agradeço, em especial, ao Breno Pimentel Câmara, coordenador do projeto, amigo e referência nessa universidade que sonhamos construir.

O ETTERN foi o espaço que vivenciei boa parte da minha trajetória acadêmica e, através dele, pude estabelecer importantes laços como o de orientação. Dessa forma, agradeço imensamente ao Fabrício Leal de Oliveira, que me orientou neste trabalho com a mesma paciência, dedicação e atenção ao longo de todo esse tempo. Muitíssimo obrigada!

Agradeço ao professor Carlos Vainer, que nos proporcionou esses espaços e por aceitar participar de importantes momentos como a qualificação e a defesa deste trabalho.

À Giselle Tanaka, por toda generosidade acadêmica e pessoal, a qual o trabalho realizado foi inspiração em diversos momentos da escrita e por aceitar o convite para integrar a banca da defesa, assim como, à todos os participantes do ETTERN: Poliana, Paulinha, Fernanda, Renato e tantos outros com quem pude aprender a cada reunião.

À Fernanda Sánchez, pelas contribuições feitas na banca de qualificação, por aceitar participar da defesa e, principalmente, por abrir as portas do GPDU para que eu pudesse ampliar ainda mais meus horizontes e referências na Academia. Por isso, agradeço, também, aos companheiros da UFF: Bruninha, Rosane, Paula, Felipe, Grasi e aos professores Glauco e Regina Bienenstein.

Agradeço à minha família, que teve a paciência e a impaciência necessárias para que este trabalho se concluísse. Especialmente, ao meu companheiro Gustavo, que me acompanhou lado a lado nesta árdua jornada da

escrita, que não se fez solitária graças à sua parceria. Aos meus pais: Magali e Celso, minha irmã Maíra, meu sobrinho Théo, meus tios Jardel e Lu, pela eterna compreensão aos meus processos, apoio e parceria com que sempre pude contar. À Beta e Eliana, por toda ajuda que elas poderiam dar e me deram para que este trabalho se concluísse.

Agradeço demais aos amigos que a geografia me deu e que compartilharam de cada angústia e conquista nessa minha caminhada: Nath, Tati, Carol, Mariah, Matheus, Emily e Lorenço ainda bem que eu tinha vocês ao meu lado. Obrigada pelas muitas conversas, revisões de capítulos, contribuições e desabafos. Agradeço à Maria e à Pilar, amigas queridas que me auxiliaram primorosamente na execução dos mapas.

Às amigas de longa data que o CPlI me deu: Aninha, Erika e Naiara, pelas enormes conversas de whatsapp com todo o tipo de inquietação sobre o mundo, a vida acadêmica e pessoal. Obrigada por serem sempre presentes, mesmo que distantes fisicamente.

A todos os professores e funcionários do IPPUR/UFRJ, obrigada!

Agradeço a todos os moradores do Horto, que seguem resistindo bravamente na luta contra às remoções. Ao Emerson, à Emília e às demais moradoras e moradores que me acolheram e permitiram que esse trabalho fosse feito. MUITÍSSIMO obrigada!

Eu pertenço às árvores e elas todas me pertencem, são minha família, meu povo, meu país. Nascemos e crescemos aqui, nossas raízes se entrelaçam em algum nível além da compreensão. (...) Podem até me arrancar da minha terra, mas ninguém vai me fazer sentir dúvidas, nunca. As árvores me conhecem, as árvores me querem, eu sei quem eu sou e qual é o meu lugar. O que mais importa?
(F.L.J. Diário de uma invasora, 2012)

RESUMO

A análise dos conflitos sociais no meio urbano oferece uma oportunidade empírica de percebermos os contrastes da cidade que demonstra, cotidianamente, as contradições e desigualdades das sociedades democráticas. Inspirado pela temática, esta dissertação tem como objetivo identificar e analisar de que forma os conflitos sociais influenciam na dinamização da cidade e contribuem para a elaboração de estratégias políticas contra-hegemônicas de comunidades, fomentando a discussão acerca do planejamento urbano como uma dessas estratégias. Dessa forma, a recorrência do protagonismo na luta por moradia da comunidade do Horto, localizada no bairro Jardim Botânico/RJ, se apresenta como justificativa para que este trabalho tenha se dedicado a apresentar de forma mais detalhada o histórico de luta desses moradores. A comunidade participou da elaboração de um Projeto de Regularização Cadastral, Fundiária e Urbanística, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU). O trabalho foi dividido, portanto, em duas partes: primeiramente foi feito um refinamento dos dados disponibilizados pelo sítio do Observatório dos Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro, a fim de elucidar o panorama conflituoso da moradia na cidade, em especial no contexto da realização de megaeventos. Em seguida, à luz da discussão sobre as formas de participação no planejamento urbano tradicional e as teorias pós-coloniais, foram brevemente apresentadas as experiências de comunidades que elaboraram um Plano Popular de urbanização: a Vila Autódromo e a região conhecida como Vargens. Na segunda parte, a partir de entrevistas realizadas com moradores do Horto, pesquisadores e apoiadores, buscou-se discutir as principais questões que orientaram a pesquisa: a importância do projeto para a luta e seus limites e avanços; a importância das articulações externas; o acionamento da “noção de risco” e o racismo ambiental camuflado por esse discurso. Por fim, foi realizada uma breve análise em torno das semelhanças e diferenças entre os processos de elaboração dos planos e do projeto das comunidades em contexto de conflito mencionadas, as diferentes táticas estatais de remoção utilizadas em cada território, a capacidade de resposta e organização de cada comunidade, estratégias políticas e formas de resistência.

Palavras-chave: planejamento urbano; planejamento conflitual; conflitos urbanos.

ABSTRACT

The analysis of social conflicts in the urban setting offers an empirical opportunity to perceive the contrasts of the city which demonstrate, daily, the contradictions and inequalities of democratic societies. Inspired by the theme, this dissertation aims to identify and analyze how social conflicts influence the dynamization of the city and contribute to the development of counter-hegemonic political strategies for communities, fostering the discussion about urban planning as one of these strategies. Thus, the recurrence of protagonism in the struggle for housing in the Horto community, located in the Jardim Botânico/RJ neighborhood, is presented as a justification for this work to have dedicated itself to demonstrating in more detail the history of these residents' struggle. In addition, the community participated in the elaboration of a Project for Regularization of Cadastral, Land and Urban Planning, in partnership with the Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) and the Secretaria de Patrimônio da União (SPU). In this way, to achieve the proposed objectives, the work was divided into two parts: first, a refinement was made of the data provided by the Observatório dos Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro website, in order to elucidate the conflicting panorama of housing in the city, especially in the context of holding mega-events. Then, in light of the discussion on the forms of participation in traditional urban planning and post-colonial theories, the experiences of communities that elaborated a Popular Urbanization Plan were briefly presented: Vila Autódromo and the region known as Vargens. In the second part, based on interviews with residents of Horto, researchers and supporters, we sought to discuss the main questions that guided the research: the importance of the project for the struggle and its limits and advances; the importance of external joints; the activation of the "notion of risk" and the environmental racism camouflaged by this discourse. Finally, a brief analysis was carried out on the similarities and differences between the processes of drawing up plans and the project of the aforementioned communities in the context of conflict. The different state removal tactics used in each territory, the response capacity and organization of each community, political strategies and forms of resistance.

Keywords: urban planning; conflict planning; urban conflicts.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Mapa dos conflitos urbanos relacionados à moradia no período entre 1993 e 2018.

Figura 2. Mapa dos conflitos urbanos relacionados à moradia no período em 2007.

Figura 3. Mapa dos conflitos urbanos relacionados à moradia no período em 2010.

Figura 4. Mapa dos conflitos urbanos relacionados à moradia no período entre 2009 – 2012 (Observatório de Conflitos Urbanos na cidade do Rio de Janeiro) e favelas com remoção (Faulhaber, 2012).

Figura 5. Marcações feitas nas casas a serem removidas com a sigla SMH (Secretaria Municipal de Habitação).

Figura 6. Mapa dos conflitos urbanos relacionados à moradia no período em 2010.

Figura 7. Plano Popular da Vila Autódromo.

Figura 8. Quadro comparativo entre o Parque Carioca e o Plano Popular.

Figura 9. Imagens da comunidade em 2006 e atualmente. Localização da Vila Autódromo, entre a Av. Salvador Allende e o Autódromo Nelson Piquet.

Figura 10. Mapa de Localização do PEU das Vagens e a malha viária.

Figura 11. Mapa dos conflitos socioambientais da Baixada de Jacarepaguá.

Figura 12. Plano Popular das Vargens (2017).

Figura 12. Audiência Pública realizada em 7 de outubro de 2017 para a entrega do Plano Popular das Vargens ao legislativo municipal e à Prefeitura, com a presença do então verador Renato Cinco

Figura 15. Linha do tempo: leis, fatos e conflitos envolvendo a comunidade do Horto.

Figura 16. Matéria do Jornal O Globo em 15/09/2012.

Figura 17. Capa do jornal “O Globo” em 8/05/2013.

Figura 18. Novo perímetro do IPJBRJ. O Globo, 08/05/2013 (p.12).

Figura 20. Perímetro da Área do Projeto.

Figura 21. Croqui referente aos setores físicos da comunidade do Horto.

Figura 22. Mapa dos pontos de interesse próximos a comunidade do Horto.

Figura 24. Mapa das APAS do bairro Jardim Botânico e entorno.

Figura 25. Mapa racial dos setores sensíveis dos bairros Jardim Botânico, Humaitá, Lagoa e Gávea.

Figura 26. Manifestação pela renomeação da estação de BRT “Centro Olímpico” para BRT “Vila Autódromo”, 2019.

Figura 27. Manifestação de moradores pela permanência na comunidade.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Conflitos de moradia por zona.

Gráfico 2. Conflitos por moradia - Principais coletivos mobilizados (1993 - 2018).

Gráfico 3. Número de conflitos relacionados a moradia por ano (1993 - 2018).

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Sistematização dos conflitos.

LISTA DE SIGLAS

AEIS - Área de Especial Interesse Social

AMABOTAFOGO - Associação de Moradores e Amigos de Botafogo

AMAGÁVEA - Associação de Moradores e Amigos da Gávea

AMAHor - Associação de Moradores e Amigos do Horto

AMA-JB - Associação de Moradores do Jardim Botânico

AMAJB - Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico

AMPAVA - Associação de Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo

APA - Área de Proteção Ambiental

APP - Articulação Plano Popular das Vargens

BBC - *British Broadcasting Corporation*

BNH - Conjuntos Habitacionais do Banco Nacional de Habitação (

BPM - Batalhão da Polícia Militar

BRT - *Bus Rapid Transit*

CDRU - Concessão de Direito Real de Uso

CEDAG - Companhia Estadual de Águas da Guanabara

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

ECO 92 - Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EMJK - Escola Municipal Julia Kubitschek

ETTERN - Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (IPPUR/UFRJ)

FAU - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ

FHC - Fernando Henrique Cardoso

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

FIST - Frente Internacionalista dos Sem Teto

FNRU - Fórum Nacional sobre Reforma Urbana

GPDU - Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano (UFF)

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis

IBDF - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IECD - Instituto de Estudos Críticos de Direito
INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPJBRJ - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro
IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano
ITERJ - Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
JBRJ - Jardim Botânico do Rio de Janeiro
LabHab - Laboratório de Habitação
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
MBL - Movimento Brasil Livre
MDB - Movimento Democrático Brasileiro
MNLM - Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MNRU - Movimento Nacional pela Reforma Urbana
MTL - Movimento por Terra, Trabalho e Liberdade
MTST - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MUP - Movimento de União Popular
NEPLAC - Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual
ONG - Organização Não-Governamental
OUC – Operação Urbana Consorciada
PEC - Proposta de Emenda à Constituição
PEU - Projeto de Estruturação Urbana
PGR - Procuradoria Geral da República
PL - Projeto de Lei
PMCMV - Programa Minha Casa Minha Vida
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PROARC - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PSOL - Partido Socialismo e Liberdade
PT - Partido dos Trabalhadores
PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PV - Partido Verde
RBMA - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

RGI - Registro Geral de Imóveis

SMH - Secretaria Municipal de Habitação

SPU - Secretaria do Patrimônio da União

SPU - Secretaria do Patrimônio da União

TCU - Tribunal de Contas da União

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

VPR - Vanguarda Popular Revolucionária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 TERRITÓRIO, CONFLITOS URBANOS E MORADIA	17
2.1 O conflito urbano como um conflito social territorializado	17
2.2 Conflitos territorializados: a luta pela moradia no Rio de Janeiro ..	22
2.2.1 Panorama geral dos conflitos relacionados à moradia: os dados do Observatório de Conflitos Urbanos do Rio de Janeiro (1993-2018)	24
2.2.2 Conflitos e resistência no Rio de Janeiro dos Megaeventos	34
3 PLANEJAMENTOS EM CONTEXTO DE CONFLITO NO RIO DE JANEIRO: MOBILIZAÇÕES RECENTES	51
3.1 Plano Popular da Vila Autódromo	59
3.2 Plano Popular Das Vargens	66
3.3 O Horto Florestal	73
4 O CONFLITO DO HORTO – UMA LUTA BICENTENÁRIA: A LUTA E SUAS DIFERENTES NARRATIVAS	78
4.1 O histórico de luta da comunidade	80
4.1.1 Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002)	89
4.1.2 Governo Lula (2003 – 2010).....	91
4.1.3 Governo Dilma (2011 – 2015)	98
4.1.4 Michel Temer (2016 – 2018)	108
4.2 O Projeto de Regularização Cadastral, Fundiária e Urbanística do Horto	110
4.2.1 O embate em torno do Projeto de Regularização Cadastral, Fundiária e Urbanística do Horto.....	115
4.2.2 Risco social X História do local	123
4.2.3 Preservação ambiental ou racismo ambiental?	125
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
5.1 Pensando o conflito e o planejamento a partir “das margens”	139
5.2 Reflexões finais a partir das experiências	145
REFERÊNCIAS	158

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende analisar a relação entre os conflitos sociais e as estratégias políticas emancipatórias utilizadas por comunidades¹ em contextos conflituosos. Pretende-se investigar de que forma os conflitos sociais influenciam na dinamização da cidade, assim como a importância da elaboração de planos de urbanização nas estratégias políticas contra-hegemônicas como contraponto às iniciativas estatais que ameaçam seus territórios². Cabe destacar que, dentre as inúmeras contribuições para a discussão sobre os conceitos de hegemonia e contra-hegemonia, compartilha-se, neste trabalho, da visão de Mirafteb (2009), que aborda a hegemonia como relações normalizadas e o esforço contra-hegemônico como práticas e forças que desestabilizam essas relações, a fim de iluminar as disputas no campo das relações de poder no modelo neoliberal.

A cidade do Rio de Janeiro se constitui como uma vítima emblemática do que Vainer (2016) irá chamar de “urbanicídio”, uma vez que a lógica de “empresariamento urbano”, verificada através das parcerias público-privadas e os grandes projetos – como a realização da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 – vêm impulsionando e motivando cada vez mais a extinção da heterogeneidade urbana. Ainda assim, contrariando este processo segregador e excludente, surgem, nesta mesma cidade, movimentos que resistem “aos processos de expropriação e privatização de espaços urbanos e cercamentos comuns, [e] a cidade reafirma sua vitalidade e urbanidade” (VAINER, 2016, p.13).

Dessa forma, o reconhecimento dos conflitos urbanos pode funcionar como um importante elemento para a análise sobre a construção de sujeitos coletivos no

¹ A escolha para o uso do termo “comunidade” para se referir a bairros populares e favelas, neste caso, se deve ao fato de os próprios moradores do Horto e da Vila Autódromo (estudadas neste trabalho) utilizarem este termo para se referirem a estas localidades.

² O trabalho desenvolvido é continuidade e aprofundamento do acúmulo de estudos desenvolvidos no Observatório dos Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza – ETTERN/IPPUR/UFRJ ao longo da graduação em bacharelado em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro e do atual curso de mestrado; da monografia de conclusão do curso de graduação sobre a comunidade Vila Autódromo; do trabalho iniciado no grupo de pesquisa Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano – GPDU/UFRJ, intitulado “Experiências de Planejamento Urbano em contextos de conflito social”, em que, dentre outras comunidades, foi estudado o caso do Morro da Providência; e da vivência no curso “Formação de Planejadores Populares – Construindo o plano popular das Vargens”, desenvolvido também pelo ETTERN/IPPUR/UFRJ.

espaço público. Ao compreendermos os conflitos sociais como uma oportunidade empírica de percebermos as contradições da cidade democrática, podemos estreitar a relação entre sociedade-espaço e assim entender os diferentes agentes que atuam no território.

Ao observarmos o panorama conflituoso da cidade do Rio de Janeiro nos chama a atenção a recorrência do protagonismo da comunidade do Horto na luta pela moradia. Formada por trabalhadores do Instituto Jardim Botânico e seus descendentes, que habitam a região do Jardim Botânico desde o final do século XIX, a comunidade participou da elaboração de um projeto de regularização cadastral, fundiária e urbanística, em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Assim como a comunidade do Horto, a comunidade Vila Autódromo e os moradores da região das Vargens também optaram pela elaboração de planos que, mesmo distintos, tinham como principal objetivo a garantia de moradia digna destes moradores.

A análise do caso da Comunidade do Horto no contexto carioca visa contribuir para a discussão sobre planejamento a partir de outra perspectiva, em que os moradores atuam como os principais sujeitos do processo, invertendo a lógica vertical e assimétrica como comumente são construídos os planos e projetos de urbanização. A estratégia metodológica da pesquisa consistiu em duas etapas. Na primeira, que compreende os dois próximos capítulos, é feito um refinamento dos dados disponibilizados pelo sítio do Observatório dos Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro³ e são discutidas duas experiências recentes de planejamento: o Plano Popular da Vila Autódromo e o Plano Popular das Vargens, a fim de elucidar o panorama conflituoso da moradia na cidade do Rio de Janeiro. Na segunda parte, é apresentada de forma mais detalhada o conflito em torno da Comunidade do Horto.

O capítulo dois apresenta os referenciais teóricos utilizados para a compreensão da noção de conflito urbano, na qual a base de dados deste trabalho se baseia, além de abordar, brevemente, a literatura acerca dos conflitos sociais. Pretende-se ilustrar, a partir dos dados registrados no Observatório de Conflitos Urbanos, a territorialização desses conflitos e suas resistências evidenciando a luta

³ Projeto desenvolvido pelo Laboratório Estado Terra Trabalho e Natureza (ETTERN) no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), coordenado pelos professores Carlos B. Vainer, Henri Acselrad e Breno Pimentel Câmara.

conflituosa por moradia na cidade do Rio de Janeiro, em especial, durante o período de realização dos megaeventos.

O capítulo três estabelece a relação entre conflitos urbanos e planejamento para embasar a apresentação de experiências recentes, à luz da discussão sobre as formas de participação no planejamento urbano tradicional e na interface com as teorias pós-coloniais. Após uma breve apresentação das experiências da comunidade Vila Autódromo e da região das Vargens, é abordado o conflito do Horto Florestal.

O quarto capítulo, que inicia a segunda etapa, está dividido em duas partes: o histórico da luta da Comunidade do Horto e a elaboração do Projeto de Regularização Fundiária e Urbanística, suas consequências e repercussões. A partir de entrevistas realizadas com moradores do Horto, pesquisadores e apoiadores, buscou-se discutir as principais questões que orientaram a pesquisa: Qual a importância desse projeto na resistência e na luta política da comunidade? Quais limites e avanços ele impõe? Como fornecer insumos que auxiliem as comunidades na luta contra a remoção? Como as articulações externas, materializadas através dos apoiadores, influenciaram nestes processos? Além disso, serão discutidas questões fundamentais para este caso, como o acionamento da noção de “risco”, que frequentemente embasa as justificativas de remoções na cidade, e o racismo ambiental mascarado por trás desses discursos, a fim de elucidar a complexa condição em que se encontram os moradores da Comunidade do Horto.

O último capítulo lança argumentos para reflexão acerca da importância de projetos protagonizados pelos atores considerados à margem das decisões institucionais. Como pensar e executar projetos de urbanização idealizados por saberes não necessariamente científicos? Como elaborar um projeto contra-hegemônico que depende do Estado capitalista para ser posto em prática? Imbuído destes questionamentos, o capítulo traz contribuições de autores que possibilitam pensar em como é possível criar instrumentos combativos para as lutas urbanas, a partir da compreensão dos diversos agentes envolvidos e suas manifestações conflituosas, considerando a correlação de forças em disputa na cidade. Para finalizar, é feita uma retomada e breves considerações finais a respeito das questões abordadas nos capítulos anteriores.

2 TERRITÓRIO, CONFLITOS URBANOS E MORADIA

Esta sessão apresenta o arcabouço teórico que fundamenta a noção de conflito urbano utilizada pelo Observatório dos Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro, que se caracteriza como uma base de dados georreferenciados que registra e publiciza conflitos na cidade em uma plataforma disponível na internet (OBSERVATÓRIO, 2021)⁴. Com base neste referencial será realizada uma breve análise acerca da questão da moradia a partir da conjuntura da cidade do Rio de Janeiro, que registrou 256 conflitos relacionados a este objeto do total de 3.867 conflitos registrados no período de 1993 à 2018. Os anos que se destacaram em relação ao alto número de conflitos registrados serão também analisados. Na próxima seção, portanto, começaremos discutindo a abordagem utilizada para tratar a noção de conflito urbano, utilizada na base de dados utilizada e compartilhada neste trabalho.

2.1 O conflito urbano como um conflito social territorializado

Os conflitos sociais e suas relações com diferentes dimensões do mundo social representam cotidianamente as contradições e desigualdades das sociedades democráticas. Dessa forma, partindo do conceito de conflito social em que este pressupõe “práticas que colocam em oposição intenções, interesses ou sentimentos quanto a um objeto (ou conjunto de objetos) determinado(s)” (VAINER e PORTO-GONÇALVES, 1993 *apud* CÂMARA, 2016, p. 117), a conflituosidade urbana - além de expressar a diversidade e multiplicidade de interesses, divergências sociais em diversos níveis - funciona como importante fator para a construção de sujeitos coletivos no espaço público (VAINER, 2007).

Nesse sentido, ao compreendermos os conflitos sociais como oportunidade empírica de percebermos as contradições da cidade democrática, como sugere RAMOS (2003), podemos estreitar a relação entre sociedade-espaço e, assim, entender os diferentes agentes que atuam no território.

Ele é a manifestação concreta dos antagonismos de grupos e classes e por meio dele se evidencia a experiência concreta de construção de sujeitos sociais, onde se configura a construção de identidades coletivas, de motivações e interesses compartilhados, estratégias de luta, assim como formas de organização e manifestação. Assim, o conflito não é um outro das relações sociais e, sim, parte constitutiva delas. (RAMOS, 2003, p. 3).

⁴ Disponível em: <<http://www.observaconflitosrio.ippur.ufrj.br>>.

No contexto de brutal desigualdade social em que vivem as cidades, em especial no Sul Global⁵, são os conflitos que irão constituir e instituir os sujeitos coletivos: “é a luta pela terra que constitui e institui os trabalhadores sem-terra e a bandeira política da reforma agrária” (VAINER, 2007, p.6). Nesse sentido, o autor destaca, ainda, o potencial criador dos conflitos.

São eles, e apenas eles, capazes de introduzir desequilíbrios e rupturas numa cidade que produz e reproduz em escala ampliada a desigualdade. São eles, e apenas eles, capazes de engendrar sujeitos coletivos e dinâmicas sociais capazes de desafiar políticas urbanas que se acomodam, ou mesmo promovem ativamente a cidade-negócio, a cidade-mercadoria (VAINER, 2007, p.7).

Uma outra ênfase sobre os conflitos na cidade pode ser percebida a partir da discussão de Henri Acselrad (2013) na apresentação do livro “Conflitos ambientais e urbanos, debates, lutas e desafios”, em que explica que a noção de “meio ambiente urbano” foi sendo construída como consequência da argumentação emergente sobre “riscos urbanos” ligados aos modos de produção e consumo de bens coletivos em uma cidade cuja conjuntura é desigual e conflitual, tanto na divisão de danos, quanto na divisão de amenidades ambientais.

As desigualdades e os conflitos urbanos assim referidos mostram-se como decorrentes das interações indesejáveis, não mediadas pelo mercado, exercidas entre as práticas espaciais distribuídas no espaço das cidades - as assim chamadas “externalidades urbanas”, no discurso da economia neoclássica. O “ambiente urbano” tal como aqui discutido criticamente - seja o da economia simbólica dos megaeventos, da biopolítica aplicada às periferias urbanas da cidade de exceção ou das zonas de sacrifício onde expropriasse as condições de vida dos trabalhadores - é visto como o objeto relacional e processual pertinente às práticas espaciais que interligam processos ecológicos e sociais em mudança - a “socio-natureza urbanizada” de Swyngedouw ou as “mudanças socioecológicas urbanas” de Harvey - todos eles processos que escapam às regulações mercantis e que dispõem-se, portanto, no espaço por excelência do exercício da política. (ACSELRAD, 2013 p.16).

De fato, a diversidade e multiplicidade inerentes à sociedade produzirão “múltiplos e contraditórios sentidos (significados) ao conflito”, como comentam

⁵ Cabe destacar que a noção de Sul Global, utilizada por MirafTAB e Kudva (2015) e compartilhada neste trabalho, não está ligada à posição geográfica desses espaços nos hemisférios sul ou norte, mas em conexão com as teorias que colocam a questão da colonialidade como central na análise do saber. Ao escolher o termo Sul Global, MirafTAB e Kudva enfatizam “uma herança compartilhada de histórias coloniais recentes nas periferias globais [que] constituíram sociedades híbridas distintas daquelas que colonizaram outras e também diferentes da maioria das sociedades de colonização branca tais como os EUA, Canadá e Austrália, onde as populações indígenas foram dizimadas” (ibid. 2015, p. 4). Nesse sentido, considera-se como “Sul Global” os espaços que tem materializado em suas condições urbanas as práticas e saberes que foram, ao longo dos anos, influenciados pelo chamado “Norte Global”.

Vainer e Porto-Gonçalves (1993, *apud* CÂMARA, 2016 pp.117). Nesse sentido, os autores concluem que o conflito social pressupõe que ao menos um dos agentes envolvidos seja um sujeito coletivo⁶. Ressaltam, ainda, que não necessariamente todas as ações são organizadas ou planejadas e, também, que nem todas têm clareza sobre as consequências e significados do ato em si. “Conflito social - e também o conflito urbano - é aquele que suscita ou está sustentado em uma ação coletiva, que tem caráter público, e, no caso do conflito urbano, que reivindique acesso à cidade em seus diversos aspectos” (Vainer & Porto-Gonçalves, 1993 *apud*. CÂMARA, 2016 p.118).

A reflexão dos autores anteriormente citados foi utilizada para o Observatório dos Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro⁷, que usa como filtro empírico a seguinte definição:

Entende-se por conflito urbano todo e qualquer confronto ou litígio relativo à infraestrutura, serviços ou condições de vida urbanas, que envolva pelo menos dois atores coletivos e/ou institucionais (inclusive o Estado) e se manifeste no espaço público (vias públicas, meios de comunicação de massa, justiça, representações frente a órgãos públicos, etc). Manifestação coletiva que tenha a cidade como espaço e objeto de suas reivindicações (OBSERVATÓRIO, 2021).

Nesse sentido, considera-se uma noção mais ampla de conflito urbano em que não só as lutas urbanas de movimentos sociais organizados são registradas, mas, também, “conflitos entre grupos de cidadãos, choques circunstanciais e localizados no tempo e espaço que não ganham continuidade nem organicidade, explosões, manifestações sem pretensões políticas duradouras ou organizacionais” (CÂMARA, 2016, p.115).

Na visão de Souza (2006) esta abordagem dos conflitos seria considerada como “ações coletivas efêmeras” ou ações públicas de ativismos sociais e não de movimentos. O autor atenta para a distinção entre ativismo e movimento social, uma vez que os movimentos seriam um subconjunto dos ativismos que, além de fazer reivindicações muitas vezes pontuais, são capazes de articulá-las com questões nacionais e internacionais, produzindo reflexões e problematizações mais profundas em relação a conjuntura. Para Souza (2006) os *ativismos sociais*:

são um conjunto mais amplo de ações públicas organizadas, do qual os *movimentos sociais* seriam um *subconjunto*. Os ativismos, como ações

⁶ Sujeito que tenha algum tipo de engajamento e mobilização coletiva em sua atividade (Vainer & Porto-Gonçalves, 1993 *apud* CÂMARA, 2016).

⁷ Base de dados georreferenciados que registra e publiciza manifestações conflituosas na cidade em uma plataforma disponível na internet (OBSERVATÓRIO, 2021).

públicas *organizadas e relativamente duradouras*, diferenciam-se de ações coletivas efêmeras e pouco organizadas ou desorganizadas, como quebra-quebras (“vandalismo de protesto”), saques e outras; e, como ações *públicas*, em sentido forte, diferenciam-se tanto da criminalidade ordinária (mesmo organizada) e de organizações terroristas, quanto de grupos de pressão e *lobbies* em sentido restrito, que tendem a atuar nos “corredores do poder estatal”, pressionando parlamentares ou administradores públicos e articulando tráficos de influência, entre outras atividades que não são propriamente públicas (SOUZA, 2006, p.278)

Cabe ressaltar que estas não são categorias estáticas e uma série de fatores, como condições conjunturais, irão influenciar em suas dinâmicas. No entanto, nesta distinção, basicamente, “o que fará a diferença é se a luta permanecerá enquanto luta *de bairro* ou se, na esteira da ampliação dos horizontes de questionamento, contatos, articulações e atuação, a luta tornar-se-á uma luta *a partir do bairro*” (SOUZA, 2006, p.286).

É interessante observar, nesse sentido, como algumas comunidades do Rio de Janeiro (brevemente apresentadas nos próximos capítulos) conseguiram transformar suas lutas em lutas da cidade. É o caso da comunidade Vila Autódromo, que travou uma batalha com a prefeitura do Rio de Janeiro em defesa da permanência de cerca de 450 famílias residentes ao longo dos anos. O conflito envolveu diversas tentativas de remoção da comunidade e as justificativas utilizadas foram as mais variadas: danos estético e ambiental, caracterização da comunidade como área de risco e utilização do espaço para a infraestrutura dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, como conheceremos mais detalhadamente na seção 3.1 deste trabalho. A articulação interna entre os moradores, através da Associação de Moradores, e externa, com diversos apoiadores, culminou na campanha “Rio sem remoções” e no manifesto “Vila Autódromo: um bairro marcado para viver”, que reivindicava o fim das remoções na cidade do Rio de Janeiro, amplamente divulgados entre os movimentos sociais e coletivos que acompanhavam a realização dos jogos. A imprensa internacional publicou matérias a respeito da problemática da comunidade e da política de remoções na cidade, com reportagens realizadas pelo *The New York Times*, *Le Monde Diplomatique*, *The Guardian* e *El País*.

Além disso, nos chama a atenção a permanência dos conflitos das comunidades do Horto e da Vila Autódromo ao longo do tempo e de que forma atuam os diferentes atores envolvidos. Como veremos mais adiante, diferente de outros eventos conflituosos registrados no sítio do Observatório, que em grande parte relatam manifestações específicas a um determinado assunto e não possuem,

necessariamente, pautas ou reivindicações a longo prazo, os casos estudados têm se manifestado de forma recorrente ao longo dos anos.

A partir do que Boltanski (2000) chama de “modelo de competência”, em que um caso particular se torna uma questão coletiva, estratégias e dispositivos utilizados pelos atores que possibilitam essa transformação de um caso circunscrito em uma causa coletiva, mais ampla, ganham destaque. O autor nos instiga a fazer das disputas em torno da noção de justiça objetos privilegiados da investigação sociológica, evidenciando, portanto, a capacidade crítica dos atores sociais e a potência de articulação de coletivos em luta por justiça. Nos casos estudados, a disputa pelo direito à cidade, à moradia digna e à efetiva participação nos processos decisórios do território tornam, em muitos momentos, um evento específico em mobilização coletiva. Dessa forma, a percepção da construção do protagonismo de determinados sujeitos na produção do espaço, assim como em sua emancipação, torna-se elemento fundamental para a análise das periferias latino-americanas.

Teixeira e Bartholl (2015) comentam o fato de as periferias terem em suas mãos elementos fundamentais para o caminho de uma transformação radical da sociedade:

Sem precisarem de uma vanguarda intelectual ou política, nem de um Estado paternalista, as próprias classes periféricas têm em suas mãos algumas das chaves para a superação da dominação, e muitas vezes resistem, ora mais explicitamente, ora mais implicitamente, construindo territórios que apontam para além das lógicas dominantes da cidade-mercadoria. Se os shopping centers e os condomínios dos bairros mais ricos se instituem enquanto “não-lugares” (AUGÉ, 2012), as periferias urbanas são a negação dessa negação à vida, mantendo uma face humana em cidades cada vez mais desumanizadoras, criando “lugares vivos e vividos” nos seus “territórios em resistência” (TEIXEIRA e BARTHOLL, 2015, p. 12).

O território aparece como um elemento de grande relevância, em que Porto-Gonçalves (2006, p.23) chama a atenção para a necessidade de notarmos estas “novas territorialidades que estão potencialmente inscritas entre esses diferentes protagonistas e que se mobilizam com/contra os sujeitos e as conformações territoriais que aí estão em crise, tentando identificar suas possibilidades e seus limites emancipatórios”.

O autor, ao introduzir o conceito de território, coloca uma nova forma de enxergar o conflito social uma vez que “os territórios não existem a não ser pelas relações sociais e de poder que os conformam e, desse modo, sempre dizem a respeito dos sujeitos sociais que por meio deles se realizam. Por isso, mais que a

idealização de qualquer territorialidade é preciso verificar as relações que as conformam” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.179).

Uma continuidade para esta dimensão da territorialidade é explorada por Zibechi quando afirma que conflito social e território estão diretamente relacionados: “território e conflito social não são duas questões separadas. O conflito social é um conflito territorializado, encarnado no território”. Nesse sentido, ele comenta o fato de novos sujeitos se constituírem a partir da instituição de novas territorialidades - sejam esses sujeitos o Estado e elites locais em conjunto com o capital transnacional, sejam os setores mais populares – que vão produzir, portanto, territorialidades assimétricas, já que é “sobre essas diferenças que se apoia, em boa medida, a capacidade emancipatória que observamos nos novos movimentos territorializados” (ZIBECHI, 2015, p.100). Dessa forma, a assimetria que compõe essas novas territorialidades, expressas na luta política do Rio de Janeiro, será o tema a ser discutido na próxima sessão.

2.2 Conflitos territorializados: a luta pela moradia no Rio de Janeiro

Esta seção tem como objetivo apresentar, a partir do banco de dados organizado pelo Observatório dos Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro, um panorama geral dos conflitos relacionados à moradia durante o período de 1993 a 2018. Buscou-se, a partir de uma análise dos relatos registrados no sítio do Observatório na Internet, discutir as seguintes questões: (i) Quem são os principais sujeitos coletivos na luta pela moradia? (ii) De que forma se organizam e o que reivindicam?

Anteriormente a isso, cabe ressaltar que partindo da ideia de que o conflito social e o território são conceitos diretamente relacionados e que, no caso dos conflitos de moradia, o conceito de lugar aparece como um elemento chave para a análise social destes espaços, optou-se neste trabalho por dividir a cidade do Rio de Janeiro segundo suas zonas de habitação, como ela frequentemente é caracterizada: Zona Sul, Zona Norte, Zona Oeste e Centro - apesar de esta não ser a divisão oficial da cidade⁸ e de, ao longo dos anos, outras construções sociais sobre a regionalização do município do Rio de Janeiro terem sido popularizadas.

⁸ Em 1981, “a partir de estudos desenvolvidos pela então Comissão do Plano da Cidade COPLAN, institui-se a divisão territorial da Cidade, com a estrutura organizacional de Áreas de Planejamento, conhecidas por “AP”, e Regiões Administrativas conhecidas por “RA” e os Bairros”. (Decreto Nº 3.157 e Decreto Nº 3.158 de 23 de julho de 1981 *apud* ALEM, 2007 p.1). Atualmente, os bairros da cidade

Ele [o conceito de *sense of place*] captura as orientações subjetivas que derivam do viver em um lugar em particular como um resultado de processos sociais e ambientais interconectados, criando e manipulando relações flexíveis com o espaço físico material [*physical space*]. As abordagens fenomenológicas do lugar, por exemplo, têm tendido a enfatizar os modos como os indivíduos e as comunidades desenvolvem ligações profundas com os lugares por meio da experiência, da memória e da intenção. (Relph, 1976 *apud* SOUZA, 2013).

A partir da noção do lugar como esse espaço dotado de significado e, portanto, de reafirmação territorial, o uso desta regionalização foi escolhida porque julgou-se interessante para este trabalho observar as características sociais e históricas que acabam por agrupar moradores de determinados bairros em torno de determinados modos de vida, constituindo representações de identidades que se constroem a partir do local de moradia. Durante a elaboração deste trabalho, chamaram a atenção alguns coletivos como a Teia de Solidariedade da Zona Oeste⁹, a Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste¹⁰ e a própria Articulação Plano Popular das Vargens (sobre a qual será apresentada uma breve análise mais adiante), nas quais muitos de seus integrantes participaram dos movimentos anteriores. Diante das inúmeras diferenças existentes entre os bairros de uma mesma zona, o que faz com que moradores de diferentes perfis se identifiquem, se declarem e se organizem como morador de uma mesma zona? Essa pode ser uma questão fundamental para compreendermos as articulações políticas feitas nos movimentos sociais de diferentes bairros, para além da proximidade geográfica. A ausência de equipamentos urbanos garantidos pelo Estado ou o reconhecimento de seus pares nos bairros vizinhos são pontos que nos ajudam a entender as estratégias políticas, as formas de organização e as pautas reivindicatórias de cada uma destas áreas.

Há de se ressaltar que o objetivo da caracterização, que será apresentada na seção 2.2.2, não é romantizar ou homogeneizar as particularidades das diferentes

são oficialmente regionalizados em 5 áreas de planejamento, que possuem divisões em sub-áreas e regiões administrativas.

⁹ “A Teia de Solidariedade Zona Oeste é uma articulação política de Coletivas, Coletivos e Instituições que atuam nos bairros de Campo Grande, Bangu, Santa Cruz, Sepetiba, Pedra de Guaratiba, Vargens, Quilombo do Camorim, Recreio e Jacarepaguá, gestada e gerida por mulheres pretas e periféricas” (MULHERES ZONA OESTE, 2021).

¹⁰ A Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste é uma frente de lutas com várias mulheres auto-organizadas, que surgiu a partir de encontros do Comitê de Mulheres do Rio de Janeiro e de uma formação em conjunto com o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul. Tem como objetivo utilizar os espaços de moradia para reunir mulheres locais e debater diversos assuntos e suas necessidades. (RACISMO AMBIENTAL, 2019).

zonas de habitação do Rio de Janeiro, mas sim, enfatizar o ideário coletivo a respeito dessas áreas que muitas vezes acabam por reforçar os laços de comunidade, assim como podem excluir os que não se enquadram nestas características idealizadas.

Além disso, faz-se fundamental explicitar a metodologia utilizada pelo Observatório dos Conflitos Urbanos na coleta dos dados para, em seguida, discutir em maior detalhamento os casos de conflitos urbanos.

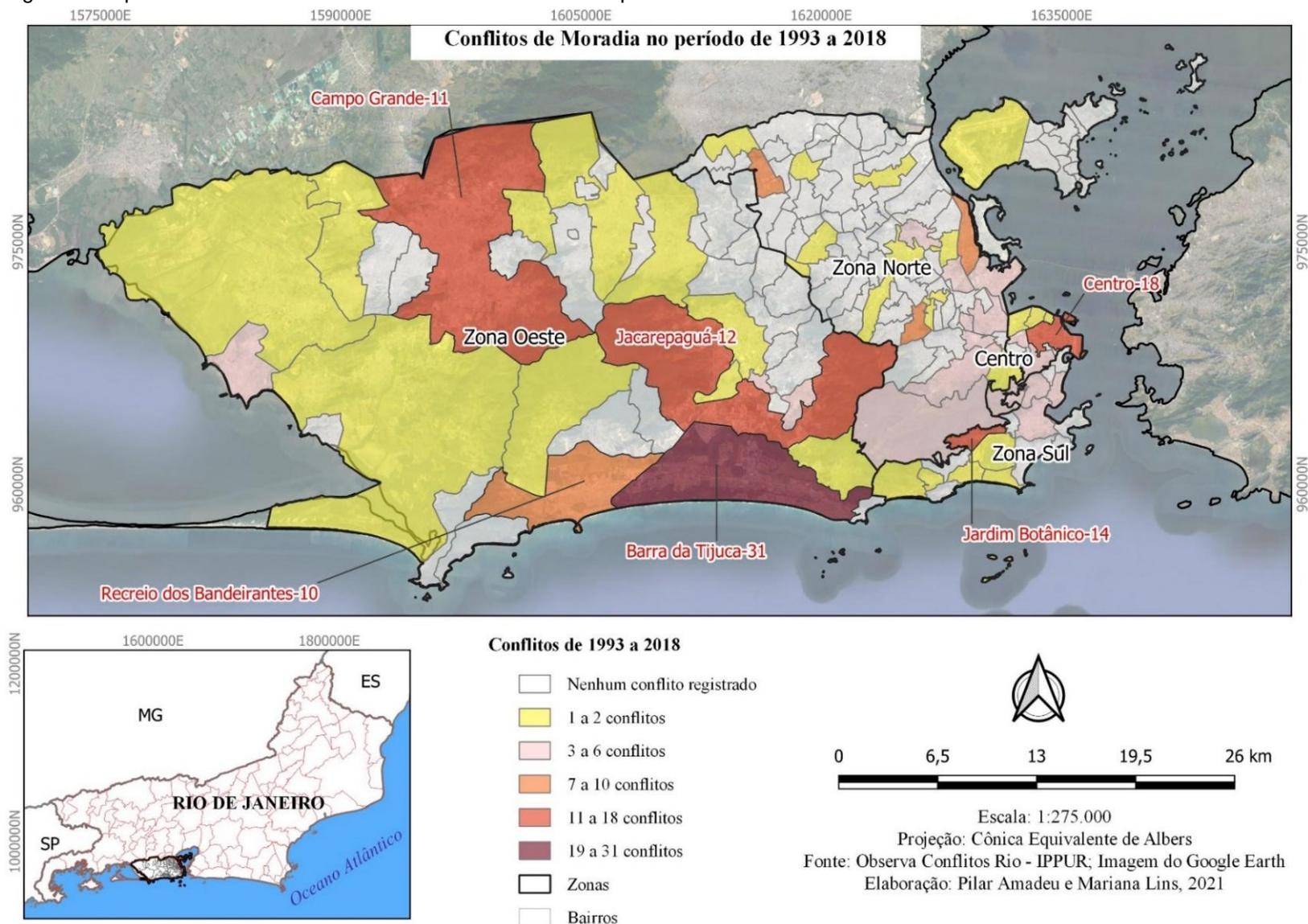
2.2.1 Panorama geral dos conflitos relacionados à moradia: os dados do Observatório de Conflitos Urbanos do Rio de Janeiro (1993-2018)

A partir do filtro empírico mencionado na seção 2.1, o Observatório registra os eventos conflituosos coletados nos três principais jornais impressos de grande circulação do Rio de Janeiro (O Globo, O Dia, Extra), no telejornal RJTV da Rede Globo de Televisão, nos arquivos do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro, no Diário da Câmara Municipal do Rio e, também, através dos casos levantados a partir de informações dos próprios pesquisadores e movimentos sociais. Depois de coletados, os conflitos são registrados no banco de dados a partir de uma ficha descritiva em que se preenche informações como a data da manifestação e a data em que foi divulgada na fonte observada; o local de origem do conflito e o local em que se expressou sua manifestação (em muitos casos, os locais são distintos, uma vez que os manifestantes procuram lugares que possam proporcionar maior visibilidade para suas lutas, como é o caso, por exemplo, de muitos eventos registrados no Centro da cidade); o coletivo mobilizado; os atores que apoiaram a manifestação; o ator reclamado (podem ser agentes públicos ou privados); a forma como foi realizada a manifestação (em praça pública, fechamento de vias, depredação, abaixo-assinado, dentre outros) e; o objeto ao qual a reivindicação está relacionada (segurança pública, saúde, educação, transporte, moradia, dentre outros); além da descrição do evento em si coletada a partir das fontes.

Os eventos conflituosos registrados no Observatório que têm como objeto reivindicado a categoria “Moradia” representam cerca de 7% de todos os conflitos registrados (3.867), ocupando a sexta posição de objeto mais reclamado e ficando atrás apenas dos registros que se relacionam aos objetos “Segurança Pública”, “Transporte, trânsito, e circulação”, “Educação”, “Acesso e uso do espaço público” e “Saúde”.

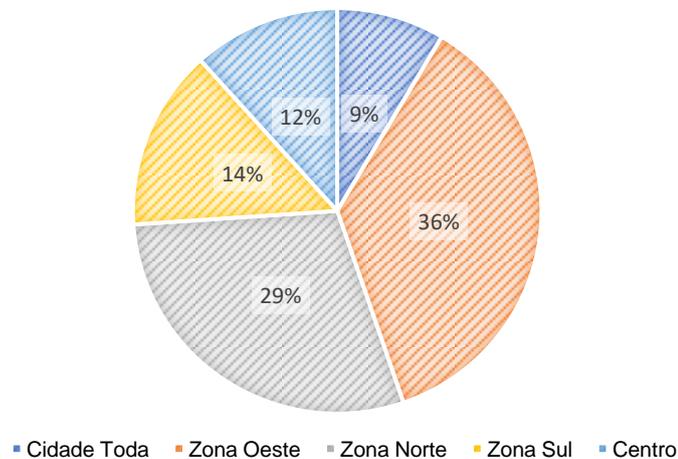
O mapa dos conflitos urbanos relacionados à moradia registrados no sítio do Observatório durante o período de 1993 a 2018 demonstra a distribuição das 256 manifestações conflituosas registradas ao longo desses anos. Percebe-se o elevado número de registros, principalmente nos bairros da Zona Oeste: Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Campo Grande, assim como a quantidade de registros no bairro Jardim Botânico, na Zona Sul da cidade, e no Centro, como pode ser observado nos mapas e gráficos a seguir.

Figura 1. Mapa dos conflitos urbanos relacionados à moradia no período entre 1993 e 2018.



A Zona Oeste, que aparece com a maior participação no total de conflitos (36%), é a região que mais cresceu nos últimos anos e engloba bairros que estariam localizados oficialmente nas Áreas de Planejamento 4 e 5, representando grande parte do território da cidade. Sua extensão está compreendida entre a Barra da Tijuca – com seus condomínios fechados habitados por uma classe média alta (e inclui alguns bairros nos arredores) - e os bairros mais afastados¹¹ que sofrem com a falta de acesso a importantes equipamentos urbanos e com o controle territorial de grupos de milícias que dominam diferentes ramos da economia local.

Gráfico 1. Conflitos de moradia por zona¹².



Fonte: Observatório de Conflitos na Cidade do Rio de Janeiro (OBSERVATÓRIO, 2021).

A Barra da Tijuca aparece como o bairro mais conflituoso, registrando 31 conflitos, entre os quais 18 se referem às recorrentes manifestações relacionadas ao edifício residencial Palace II, que desabou em 1998 e teve como consequência 8 óbitos; 2 casos abordam problemas de infraestrutura do condomínio Vila do Pan¹³ e 4 casos se relacionam à temas ligados a construtoras de novos prédios. Os demais conflitos relacionam-se à resistência da comunidade Vila Autódromo às tentativas de remoção para a construção do Parque Olímpico (6); à remoção das comunidades Vila Marapendi (1) e Via Park (1). Em Jacarepaguá, os conflitos registrados estão relacionados às tentativas de remoção de comunidades, sendo elas: a Vila

¹¹ Bangu, Campo Grande, Realengo, Guaratiba e Santa Cruz.

¹² Cabe destacar que a categoria “Cidade Toda” se refere a conflitos que não tiveram como local de origem um bairro específico da cidade e se referem à conflitos que reivindicam a cidade como um todo, como será explicado mais adiante.

¹³ Conjunto residencial inaugurado em 2007 construído especialmente para abrigar os atletas dos Jogos Pan-americanos e vendido, posteriormente, para o público interessado.

Autódromo¹⁴, Canal do Anil e Rio das Pedras. Os conflitos ocorridos em Campo Grande estão relacionados às tentativas de desocupação e reintegração de posse, reclamações às construtoras e resistências às remoções. Merece destaque o fato de as recorrentes ameaças de remoção das comunidades locais propiciarem articulações políticas entre os moradores dos diferentes bairros desta zona, como o Comitê Social do Pan e o Comitê Social da Copa e das Olimpíadas, que contavam com a participação de diversos movimentos de toda a cidade e congregavam muitas comunidades da Zona Oeste. Além disso, a Articulação Plano Popular das Vargens, como veremos mais adiante, reunia grupos de moradores que não buscavam somente o impedimento de determinados projetos (autoritários em sua execução, não mediados com os grupos impactados), mas, sobretudo, a coesão na construção de respostas coletivas, induzidas pelas injustiças experimentadas.

A nomenclatura Zona Oeste é hoje mais do que uma referência geográfica, pois está aliada a uma série de representações coletivas que produz um estilo de vida que particulariza a região. Mesmo tendo passado por vários surtos de urbanização, a Zona Oeste ainda permanece para seus moradores, associada a seu passado agrícola onde representações percebidas por eles como positivas, tais como a tranquilidade, extensas áreas para moradia, resquícios de uma natureza preservada, vida pacata e proximidade nas interações sociais e representações consideradas negativas, tais como o abandono por parte do Estado, a precariedade dos serviços públicos e privados (...), definem pertencimentos (OLIVEIRA, 2017, p.325).

A Zona Norte é a segunda região com a maior participação no total de conflitos registrados (29%) e reúne a maior parte dos bairros considerados como subúrbio da cidade, além dos bairros que compreendem a chamada “Grande Tijuca¹⁵” e que se diferenciam do restante da região em relação à renda da população, Índice de Desenvolvimento Humano dos bairros e infraestrutura oferecida. Ponto de conexão entre o Município do Rio de Janeiro e a Baixada Fluminense, a Zona Norte é a região mais populosa da cidade e que recebeu, historicamente, trabalhadores que não tinham mais condições de manter o alto custo de vida na Zona Sul e Centro, concentrando cerca de metade da população da cidade residente em favela (IBGE, 2010). Além disso, com exceção da Grande Tijuca, a carência de investimentos públicos é um traço marcante desde o início de sua ocupação. As manifestações nos bairros mais conflituosos desta zona estão, em

¹⁴ A comunidade Vila Autódromo possui registros nos bairros de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, devido à sua localização ao lado do Autódromo de Jacarepaguá.

¹⁵ A Grande Tijuca é uma subprefeitura do município do Rio que compreende como principais bairros: Tijuca, Vila Isabel, Maracanã, Andaraí, Alto da Boa Vista, Grajaú, Praça da Bandeira e Rio Comprido.

sua maioria, localizadas em favelas. É o caso da Maré, que concentra grande parte dos conflitos ao reivindicar moradia digna, acesso a casas populares e o fim da política de remoção da prefeitura, que desocupa terrenos e demole casas sem oferecer nenhuma assistência à população mais vulnerável. No bairro do Engenho Novo, é possível observar o protagonismo dos moradores da favela Telerj e de ocupantes de um terreno abandonado por uma operadora de telefonia. O bairro Maracanã, na Grande Tijuca, também se destaca ao ser palco de manifestações protagonizadas por moradores da Aldeia Maracanã¹⁶ e da Favela Metrô-Mangureira em suas lutas por permanência na localidade.

A Zona Sul do Rio concentra 14% dos conflitos registrados. É onde se concentram os bairros mais famosos e nobres da cidade, com diversos pontos turísticos (Corcovado, Pão de Açúcar, praias de Copacabana e Ipanema), além de grandes favelas, como a Rocinha, e a comunidade do Horto (a qual será apresentada detalhadamente mais a diante). Nela se concentram os bairros com maiores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) e maiores valores de rendimento domiciliar, segundo os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no censo de 2010. Uma análise feita por um grupo de psicólogos a respeito dos moradores da Zona Sul concluiu que a representação e a identidade destes moradores aparecem atreladas a características positivas da cidade e, também, como um recorte do ideário do que é ser carioca (MARQUES et al., 2020).

O bairro Jardim Botânico, que tem um alto percentual de população de alta renda e no qual se localiza a comunidade do Horto, registrou 14 conflitos no período avaliado. Todos estes conflitos se referem à comunidade do Horto, em sua quase totalidade protagonizados pelos moradores em defesa de suas moradias, evidenciando a relevância desta comunidade na luta pela moradia no Rio de Janeiro.

Merece destaque, no entanto, o fato de os dois únicos registros que não se referem à reivindicação por moradia digna e o fim das remoções no Horto, serem protagonizados pela Associação de Moradores do Jardim Botânico (AMA-JB). No primeiro deles, em 2010, a Associação fez um abaixo assinado que contava com cerca de 25 mil assinaturas em seu *site* na internet, contra o projeto de lei que

¹⁶ Localizada nas ruínas do antigo prédio que abrigou a sede do Serviço de Proteção ao Índio e o Museu do Índio, e que foi ocupado em 2006 por 20 indígenas de diversas etnias. A comunidade reivindicava a regularização da ocupação e a construção de um centro de apoio e de referência da cultura indígena.

pretendia declarar a área ocupada pela comunidade do Horto como Área de Especial Interesse Social (AEIS), para fins de regularização e urbanização. Em 2012, a mesma associação fez um abraço simbólico ao Instituto Parque Jardim Botânico, com cerca de 100 pessoas, defendendo a preservação do parque e a remoção dos moradores do Horto, que responderam ao ato com uma manifestação no mesmo dia em defesa da sua permanência.

A Zona Central da cidade é onde estão concentradas sedes de grandes empresas, os serviços comerciais, sedes do Poder Executivo e Legislativo (Câmara dos Vereadores, Prefeitura da Cidade e Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro) e lugares de relevância histórica, como o Morro da Providência (primeira favela do Rio de Janeiro). Além disso, é uma das regiões com a maior ocorrência de manifestações, devido à sua importância política, o fácil acesso e a alta visibilidade.

Observando os relatos dos conflitos ocorridos nesta região fica claro o subaproveitamento de espaços públicos que descumprem sua função social, materializados nas diversas ocupações (6 conflitos), em que prédios abandonados e pertencentes ao INSS¹⁷ aparecem como os principais locais de ocupação. Foram os casos dos conflitos registrados relacionados às ocupações Quilombo das Guerreiras¹⁸, Manoel Congo¹⁹, Guerreiros Urbanos²⁰, Carlos Marighella²¹ e Zumbi dos Palmares²². Os demais conflitos se relacionam a violentos processos de reintegração de posse ou despejos (3 conflitos); manifestações contra remoções (3); moradores reclamando sobre a infraestrutura de prédios antigos ao governo municipal (2); tentativa de despejo, ato pela moradia, confronto entre moradores de rua e a guarda municipal, outros (1 conflito cada).

¹⁷ Instituto Nacional do Seguro Social, responsável pelo pagamento da aposentadoria e demais benefícios aos trabalhadores.

¹⁸ Quilombo das Guerreiras: ocupação que, entre 2006 e 2013, abrigou mais de cem famílias na zona portuária do Rio de Janeiro e foi expropriada pelo governo federal em 2013 em virtude das obras de “revitalização” da região.

¹⁹ Manoel Congo: a ocupação, vinculada ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), começou em 2007 e conquistou a aprovação do Plano de Trabalho firmado com o Ministério das Cidades – nº 0250.401-21 -, referente à aquisição e requalificação do imóvel situado ao lado da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e declarado de Interesse Social em 2010.

²⁰ Guerreiros Urbanos: Iniciada em 2009, com cerca de 30 famílias que ocuparam o prédio que estava abandonado há cerca de 15 anos. A ocupação foi brutalmente retirada pela Polícia Militar e Federal em dezembro de 2010.

²¹ Carlos Marighella: ocupação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST-RJ) com apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST-RJ) e dos Círculos Bolivarianos Leonel Brizola, em 2007. Foi despejada em 2011.

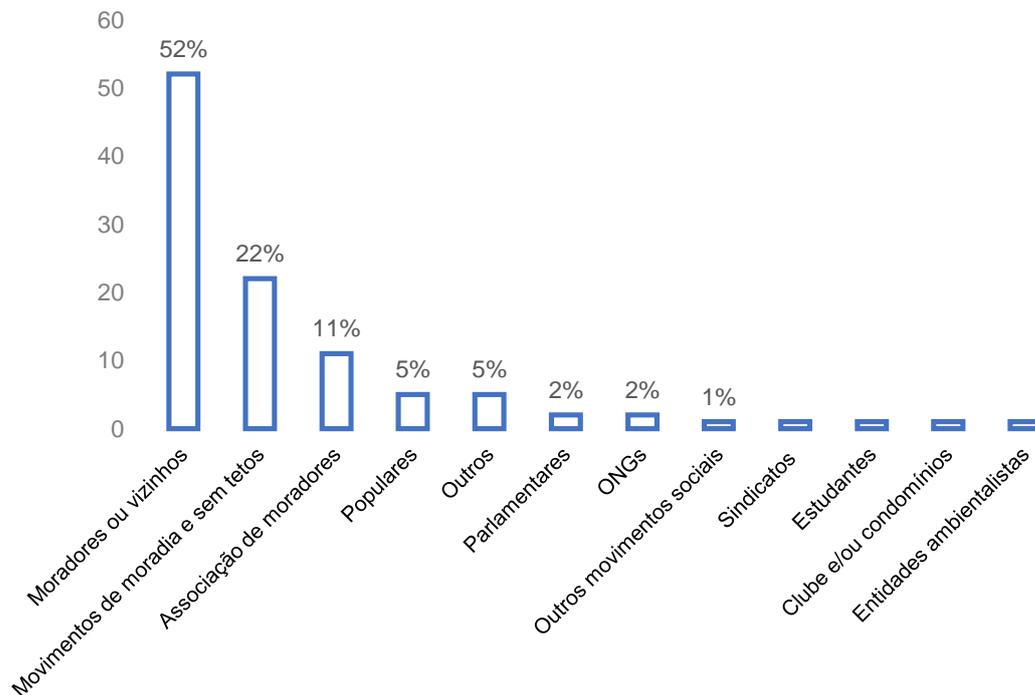
²² Zumbi dos Palmares: Ocupado por 133 famílias em 2005, foram retirados em 2011.

Finalizando a composição conflituosa, cabe mencionar a categoria “cidade como um todo”, criada pela equipe do Observatório para analisar os conflitos que reivindicam questões não relacionadas a apenas um bairro, mas a toda a cidade do Rio de Janeiro. Esta categoria aparece com 21 conflitos que se relacionam em sua maioria à luta contra as remoções durante a preparação para a realização dos megaeventos na cidade (7 conflitos), como veremos na próxima sessão; a proposta de fim do aluguel social²³ com a crise do governo estadual também foi um assunto que resultou em conflitos (4); os demais reclamam causas ligadas aos desabrigados pelas chuvas (2) e aumento do IPTU, projetos de regularização fundiária e áreas de especial interesse social, falta de recursos do programa Minha Casa Minha Vida, pedidos de moradia digna em favelas e abrigos, gentrificação e a política higienista da cidade (1 conflito cada).

A análise dos principais coletivos mobilizados nesta luta torna evidente a importância dos movimentos de moradia e das associações de moradores. No entanto, como podemos perceber no gráfico a seguir, verifica-se um protagonismo da categoria “moradores ou vizinhos” - grupos não organizados de moradores ou vizinhos de um mesmo bairro, favela, localidade ou região - que totalizam 52% dos conflitos registrados.

²³ Benefício assistencial temporário, destinado a famílias retiradas de áreas de risco, desabrigadas ou em razão de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.

Gráfico 2. Participação dos principais coletivos mobilizados no total de conflitos por moradia registrados (1993 - 2018).



Fonte: Observatório de Conflitos Urbanos na cidade do Rio de Janeiro (OBSERVATÓRIO, 2021).

Para termos uma melhor percepção de quem são esses atores que atuam na luta urbana, cabe, primeiramente, compreender a ascensão da categoria “moradores ou vizinhos” e a redução no número de associações de moradores ativas (representante formal e protagonista dos movimentos de bairros até a década de 1980), que aparecem apenas em 11% das reivindicações. Este tema foi objeto de outro estudo (LINS & JESUS, 2011) no qual se analisou o conjunto total dos conflitos urbanos registrados no Observatório durante o período de 1993 à 2010. A tendência ascendente da categoria “moradores e vizinhos” já era observada naquele momento, em que se percebeu uma maior concentração da atuação das associações de moradores em bairros com maior poder aquisitivo, com maiores níveis de formalidade e maior tempo disponível para organização e mobilização social, uma vez que suas reivindicações estavam mais focadas nos usos do solo e do espaço público, muitas vezes com um viés conservador. Além disso, o poder de influência dos moradores desses bairros, assim como a representatividade turística que estes possuem, atraíam maior visibilidade midiática para suas demandas, fazendo com que esta categoria se manifestasse de forma mais frequente, com manifestações

não-violentas e geralmente sem repressão, abaixo-assinados e denúncias através dos meios de comunicação ou Ministério Público.

Em contraponto a isso, o que se observou no trabalho citado foi que os objetos reivindicados na categoria “moradores ou vizinhos” estavam relacionados a questões mais vitais como segurança pública e moradia, concentrados, em grande parte (cerca de 63% do total de 1965 conflitos registrados no período), em favelas ou bairros em que a população possuía menor poder aquisitivo. As manifestações em praças públicas e fechamento de vias, foram as principais formas de manifestação, geralmente, duramente reprimidas pela Polícia Militar. As depredações e confrontos diretos com as forças de segurança também foram formas de luta adotadas em um número considerável de conflitos. Dessa forma, Lins & Jesus (2011) concluíram que: as dificuldades de organização e garantias de direitos:

são maiores para um determinado grupo, espacialmente definido, que tem que, literalmente, lutar para ser considerado um coletivo de cidadãos, contra um Estado que lhes nega as condições mínimas de vida e ainda os oprime para que suas vozes sejam caladas. (...) Por outro lado, em algumas regiões da cidade, concentradamente na sua zona sul, o poder público atende rapidamente as reivindicações, todas com ampla repercussão nas mídias, permite sua livre organização e concentra os futuros investimentos nessas áreas já plenamente assistidas.

Apesar da argumentação anterior se referir aos conflitos relacionados a todos os objetos de conflito registrados no Observatório, nota-se um padrão semelhante nos conflitos relacionados à categoria “moradia”. A Associação de Moradores do Jardim Botânico (AMA-JB) faz parte deste grupo privilegiado de associações com poderosos parceiros que irão atuar em benefício de suas causas²⁴. No entanto, há de se destacar a luta de importantes comunidades ameaçadas de remoção, organizadas em associações de moradores, como a Vila Autódromo e o Canal do Anil (na Zona Oeste do Rio) e o Horto (Zona Sul), que protagonizaram grande parte das manifestações realizadas²⁵.

Na categoria “movimentos de moradia e sem tetos”, é possível notar a relevância de movimentos sociais como o Movimento de Trabalhadores Sem Teto, Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), Central de Movimentos Populares, moradores organizados em torno da Pastoral de Favela e o Movimento

²⁴ No período entre 1993 e 2018, a AMAJB teve na presidência da Associação advogados de grandes escritórios, empresários, candidatos a deputado estadual e vice-prefeito, entre outros.

²⁵ No caso da categoria moradia, percebe-se uma limitação em relação às fontes trabalhadas pelo Observatório, uma vez que nem sempre fica claro o protagonismo das Associações de Moradores nos relatos destas fontes. Nesse sentido, a equipe procura minimizar esta limitação através de pesquisas, entrevistas e visitas às comunidades.

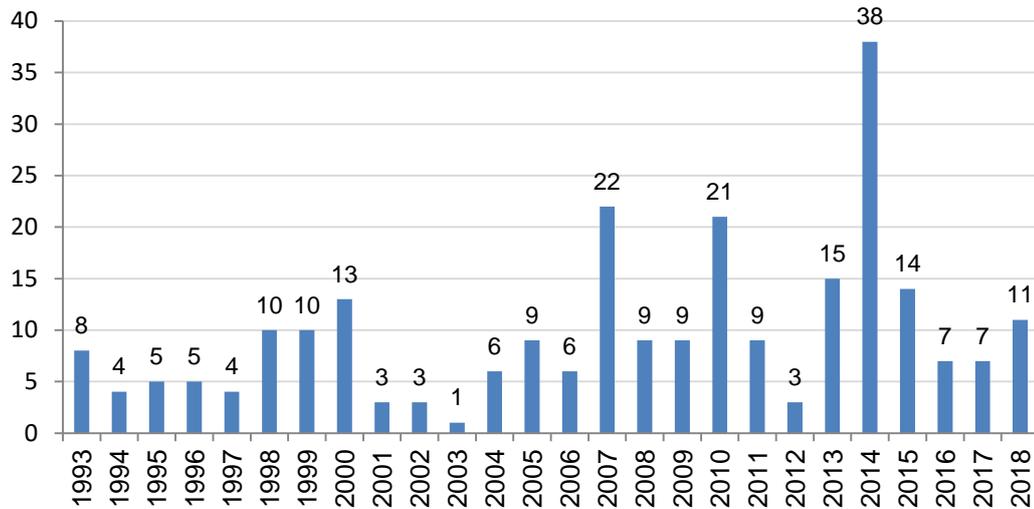
por Terra, Trabalho e Liberdade (MTL) que juntos aparecem em 30% dos relatos de conflitos registrados. Os conflitos protagonizados por esta categoria são, em sua maioria, relacionados a reivindicações que envolvem ocupações de prédios ou terrenos (72%) e remoções (16%).

A análise do número de conflitos urbanos por ano revela a conjuntura diversa em que os conflitos se inserem, assim como os momentos de seu acirramento. No próximo tópico, serão analisados momentos em que se verificou um maior registro de conflitos na cidade do Rio de Janeiro que, como veremos, coincidem com a preparação do município para a realização dos megaeventos que se sucederam.

2.2.2 Conflitos e resistência no Rio de Janeiro dos Megaeventos

A escolha da cidade do Rio de Janeiro para a realização dos jogos Pan Americanos de 2007, durante a administração do então Prefeito César Maia, é o início da efetivação de uma política baseada no "empresarialismo urbano" (SOUZA, 2001), delineada desde a elaboração do Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro - Rio Sempre Rio, lançado em 1996. Com a justificativa do desenvolvimento socioeconômico e da posição de destaque na qual supostamente seria inserida a cidade, a partir do sucesso da realização dos jogos, uma série de políticas e intervenções urbanas começam a ser postas em prática, com o objetivo de tornar a cidade atrativa a novos investimentos. É essa a mesma estratégia usada no caso dos jogos da Copa do Mundo, em 2014, e das Olimpíadas, em 2016. Não por coincidência, 2007 é o primeiro ápice no número de registros de conflitos relacionados à moradia, assim como os anos de 2010 e 2014, como podemos observar no gráfico a seguir.

Gráfico 3. Número de conflitos relacionados a moradia por ano (1993-2018).



Fonte: Observatório de Conflitos Urbanos na Cidade do Rio de Janeiro (OBSERVATÓRIO, 2021).

Em 2007, ano em que ocorria na cidade os Jogos Pan Americanos, dos 23 conflitos registrados, 14 estão diretamente relacionados ao megaevento ou a alguma tentativa de remoção. Dentre elas, destacam-se os conflitos envolvendo os moradores do Canal do Anil²⁶ protagonizando três das quatro manifestações registradas neste ano. Os outros 9 se referem a ocupações do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)²⁷ e da Frente Internacionalista dos Sem Teto (FIST)²⁸, além de ações judiciais com o objetivo de barrar as remoções e atender desabrigados por outros motivos que reivindicavam seu direito à moradia. Merece destaque, também, o elevado número de conflitos registrados na Barra da Tijuca²⁹ e seu entorno, área escolhida para abrigar a maioria das provas e modalidades esportivas do Pan-2007. Sánchez *et al* (2012), questionam o retorno social dessa escolha locacional, utilizada como estratégia territorial para a valorização econômica e turística da região.

²⁶ O Canal do Anil é uma comunidade em Jacarepaguá, localizada em frente à Vila Pan-Americana, ameaçada pelo projeto da prefeitura que tinha o objetivo de remover cerca de 200 moradores. Ver em “Moradores da Favela Canal do Anil protestam contra plano de remoção da favela” (O GLOBO, 2012).

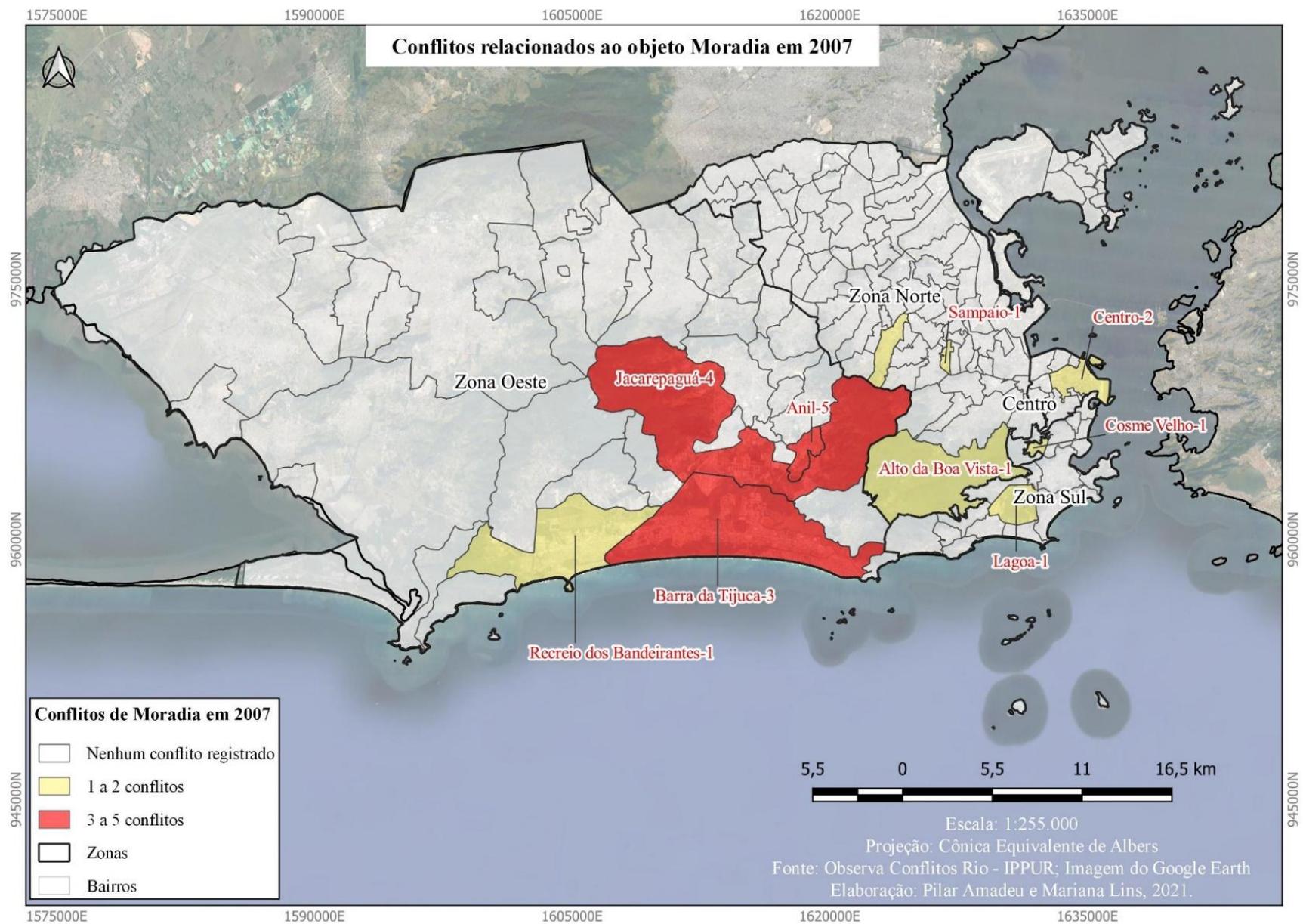
²⁷ Movimento nacional de trabalhadores urbanos que atua na construção e sustentação de ocupações urbanas.

²⁸ Movimento que atua na defesa pela moradia e na construção e sustentação de ocupações urbanas.

²⁹ Ao lado dos bairros da zona sul carioca, a Barra da Tijuca apresenta os maiores percentuais da população de mais alta renda da cidade.

Por estratégia territorial entendemos aqui o princípio lógico que norteia as escolhas locacionais e sua efetivação concreta. Portanto, temos um conjunto de objetivos traçados pelos organizadores do evento e seus parceiros (o empresariado e o poder público local), e sabemos que estes objetivos estão relacionados a formas específicas de apropriação e redefinição do espaço urbano. No caso do Pan-2007, estava embutida desde o princípio a lógica da cidade elitista e segregada que se manifestou na estratégia de concentrar o evento em áreas enobrecidas, visando ao mesmo tempo segurança e conforto aos participantes, e, sobretudo, oferecer ao mundo uma imagem urbana mais “civilizada” e “moderna” (SÁNCHEZ et al, 2012, p.249).

Figura 2. Mapa dos conflitos urbanos relacionados à moradia no período em 2007.



Em 2009, a cidade do Rio de Janeiro foi escolhida para sediar os jogos olímpicos e, em janeiro de 2010, a prefeitura do Rio anunciou a remoção de 119 favelas até o fim de 2012³⁰, com a justificativa de que estas estariam em “locais de risco de deslizamento ou inundação, de proteção ambiental ou destinados a logradouros públicos”. Dentre elas, a comunidade do Horto. As manifestações registradas reclamaram a política de remoções imposta pelos megaeventos. Diante disso, a remoção e resistência da Vila Recreio II³¹, Restinga³², Vila Taboinhas³³ e Rocinha³⁴, demonstraram o início dos preparativos para os Jogos Olímpicos de 2016, como comentam Azevedo & Faulhaber (2015):

Em busca da reorganização do espaço urbano do Rio de Janeiro, a prefeitura, através da ação de suas secretarias, aponta a alternativa de remoção das camadas sociais mais pobres como preceito para a valorização do território. O planejamento estratégico é evocado para substanciar este argumento através de suas metas e projetos elencados. Os corredores viários, a construção de parques, as intervenções na área portuária, a instalação e requalificação de equipamentos esportivos e, sobretudo, a eliminação de ocupação de áreas de risco são os argumentos mais utilizados pelo Estado para promover essas remoções (Faulhaber e Azevedo, 2015, p. 48).

Ocupações e reivindicações de desabrigados em virtude de uma grande chuva que inundou a cidade em abril de 2010, são os principais motivos das demais manifestações, como pode ser observado na espacialização dos conflitos no mapa a seguir.

³⁰ Prefeitura removerá 119 favelas até o fim de 2012 (BASTOS & SCHIMIDT, 2011).

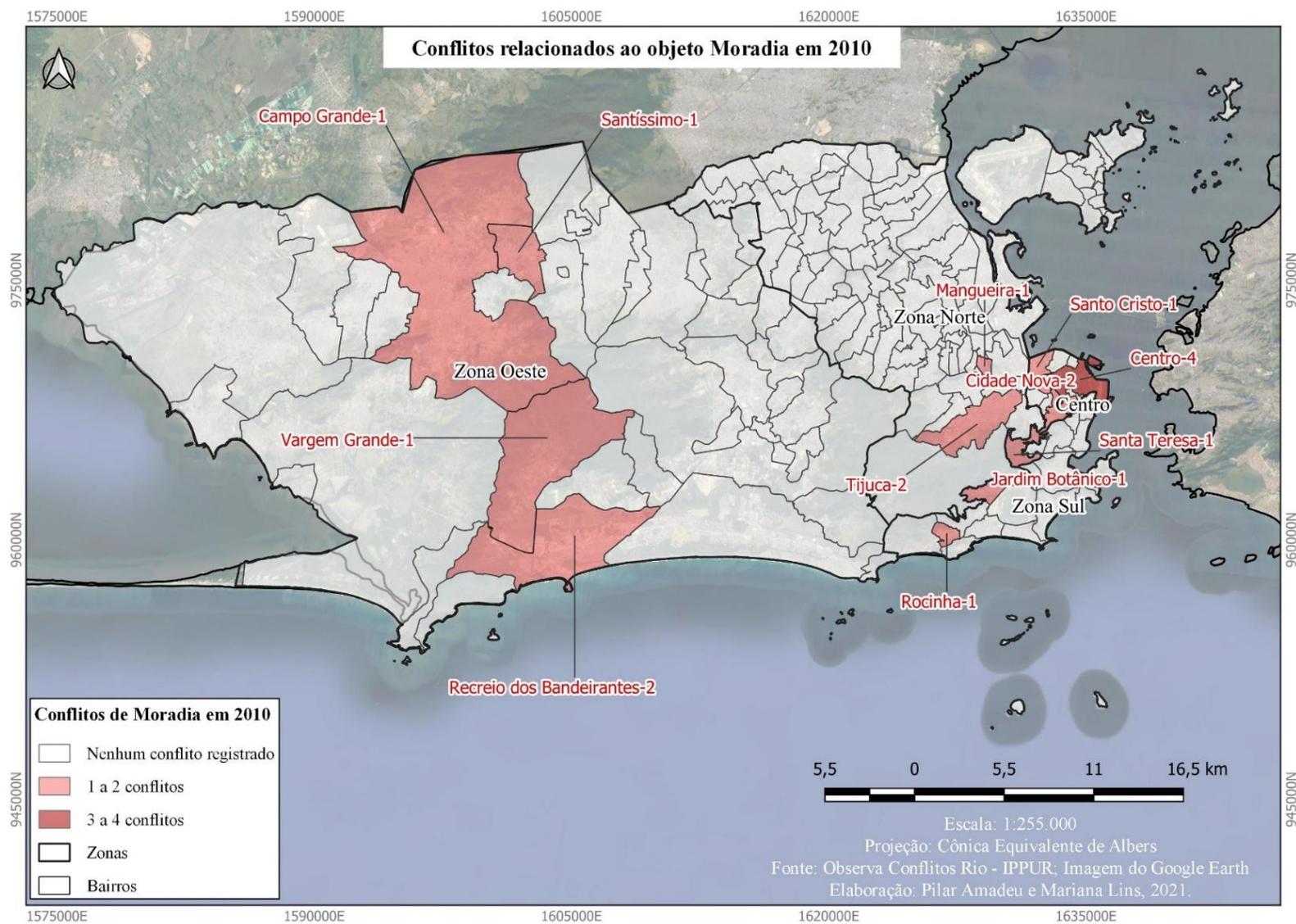
³¹ Comunidade com 235 famílias que ocupava área no bairro Recreio desde 1996 e foi totalmente removida em virtude da construção da via de mobilidade urbana BRT Transoeste.

³² Comunidade com 80 famílias que, também, ocupava área no bairro do Recreio desde 1994 e foi totalmente removida em virtude da construção mesma via citada anteriormente.

³³ Comunidade com 400 famílias que ocupa área no bairro de Vargem Grande desde 1990 e que vive em constante ameaça de remoção.

³⁴ Comunidade localizada na Zona Sul do Rio de Janeiro e sofreu com a possibilidade de remoção de 840 famílias sob o argumento de que estariam em área de risco.

Figura 3. Mapa dos conflitos urbanos relacionados à moradia no período em 2010.



Ao sobrepor o mapa dos conflitos urbanos no período de 2009 à 2012, com o mapa desenvolvido por Faulhaber (2012), apresentado na Figura 4, verifica-se as favelas com remoção e suas justificativas - divididas entre: “área de risco, construção do BRT Transoeste³⁵ e obras da Secretaria Municipal de Habitação (SMH)” – onde é perceptível o quanto a população mais vulnerável a este projeto de cidade foi resistente à política que estava sendo implementada.

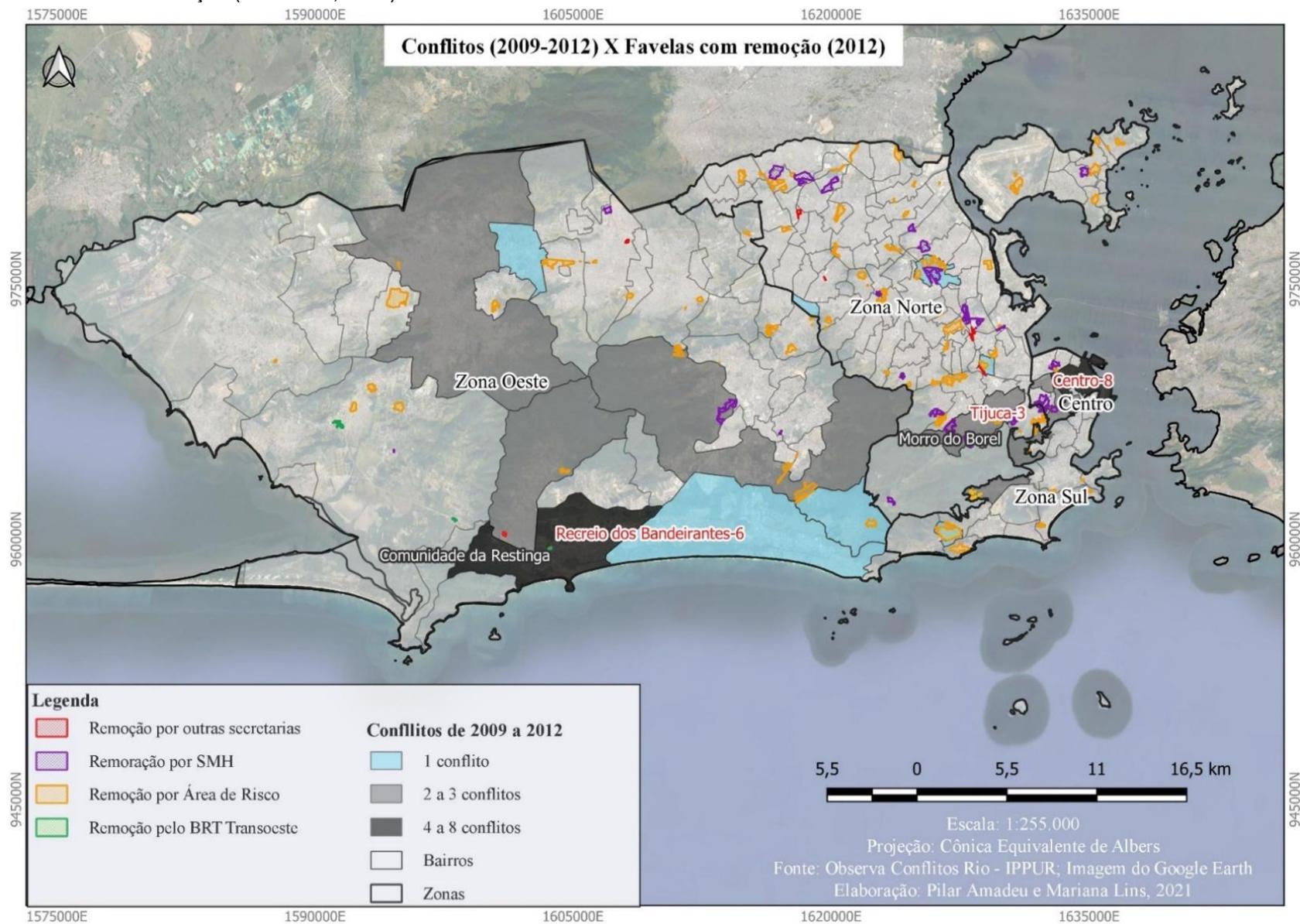
O Centro da cidade, o Recreio dos Bandeirantes e a Tijuca aparecem como os bairros com mais registros de conflitos urbanos neste período. No Centro, as manifestações giraram, principalmente, em torno das ocupações que foram removidas. No Recreio, como se pode observar no mapa, a comunidade Restinga³⁶ teve cerca de 80 famílias e 34 estabelecimentos comerciais demolidos devido às obras para a construção do corredor BRT Transoeste, segundo os dados do Dossiê do Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro (novembro de 2015). Porém, não sem antes resistir, como demonstra o registro do Observatório:

Moradores da comunidade da Restinga, no Km 18,830 da Avenida das Américas, no Recreio dos Bandeirantes, resistiram a mais uma tentativa de remoção por parte da prefeitura. No entanto, cinco casas foram demolidas, 10% das 50 autorizadas pela revogação de uma liminar na noite anterior que impedia as demolições. (...) A remoção contou com 50 homens da Guarda Municipal, Comlurb, Coordenadoria de Controle Urbano, secretarias municipais de Habitação e de Conservação, Polícias Civil e Militar, além da Light. Eles levaram caminhões e uma retroescavadeira para as demolições. Os moradores protestaram com cartazes contra a prefeitura e uma senhora chegou a se acorrentar ao portão da casa durante boa parte do dia, saindo somente no fim da tarde. Aqueles que perderam suas casas reclamaram das alternativas oferecidas, como a falta de indenizações adequadas - geralmente em torno de R\$20 mil - e da distância das casas que estão sendo oferecidas. (OBSERVATÓRIO, 2021).

³⁵ Sistema de corredor expresso de ônibus (*Bus Rapid Transit*) articulados para ligar a Barra da Tijuca a Santa Cruz e Campo Grande.

³⁶ “A Comunidade Restinga foi declarada Área de Especial Interesse Social (AEIS) pela Lei Complementar nº 79, de 30 de maio de 2006, assim como outras tantas comunidades da Zona Oeste que também enfrentaram processos de remoção” (COMITÊ POPULAR DA COPA, 2015).

Figura 4. Mapa dos conflitos urbanos relacionados à moradia no período entre 2009 – 2012 (Observatório de Conflitos Urbanos na cidade do Rio de Janeiro) e favelas com remoção (Faulhaber, 2012).



Os moradores da localidade do Pontal, no extremo oeste do bairro do Recreio dos Bandeirantes, também protestaram na câmara dos vereadores contra a ação da prefeitura de tentar remover 10 mil famílias desse local, através de um projeto da prefeitura intitulado “Operação Choque de Ordem”, comandado pela Secretaria de Ordem Pública, criada em 2009. Segundo a Prefeitura, o objetivo desta operação era “pôr um fim à desordem urbana” (PCRJ, 2009). No entanto, os relatos do presidente da Associação de Moradores do Pontal demonstram como foi percebida pela comunidade local a abordagem e forma de tratamento para o que foi designado como “desordem”:

Sr. Nápoles Menezes afirmou que a comunidade existe há mais de 60 anos na região e que o “choque de ordem” tem representado para os moradores um “choque psicológico e de desordem total”. O presidente também afirmou que a prefeitura tem agido de forma totalmente arbitrária com a população do Pontal, através do seu secretário, Sr. Rodrigo Bethem. Os moradores denunciaram, por exemplo, que a equipe do “choque de ordem” chegou na comunidade e demoliu sem qualquer aviso prévio, a casa de uma senhora de 73 anos, na frente da sua família. Em outro caso, a mesma equipe chegou à casa de outra moradora e sem qualquer ordem judicial escrita, disse para a mulher que ela teria que abandonar a sua casa, no prazo de 15 dias. A moradora estava grávida, passou mal e quando chegou ao hospital, a criança já estava morta. Por fim, os moradores denunciaram que a prefeitura já tinha expedido mais de 100 autos de demolição sem qualquer diálogo com as pessoas e cobrou do governo municipal, uma política habitacional séria para o povo (OBSERVATÓRIO, 2010).

Na Tijuca, podemos observar no mapa da Figura 4 a Favela do Morro do Borel, que teve suas casas ameaçadas em função do que a prefeitura considerou como “moradias de risco”, após fortes chuvas que causaram grandes impactos na cidade. Cabe lembrar, no entanto, que, como ressaltam Azevedo e Faulhaber (2015, p.49), “coincidentalmente ou não, os assentamentos que apresentam o maior risco geotécnico e que também recebem obras de infraestrutura são exatamente aqueles que estão nas zonas de influência dos Jogos Olímpicos e da Copa”. Diante deste cenário, os moradores reclamavam acerca da demora na liberação do aluguel social e a forma como estavam sendo tratados:

Moradores do morro do Borel protestaram contra a demora na liberação do aluguel social prometido pelo governo estadual após as fortes chuvas que atingiram o estado do Rio no início do mês de abril. Os manifestantes fecharam a entrada Ciep, impedindo a passagem de alunos e professores e reivindicando que as aulas fossem suspensas até que pudessem deixar o local com a quantia do aluguel em mãos. Somente no morro do Borel, 223 pessoas foram despejadas de suas casas por ocuparem áreas de risco e alojadas havia uma semana no Ciep Doutor Antonie Margarinos Torres. Os moradores denunciaram as condições precárias em que estavam vivendo: havia apenas um chuveiro e todos os 223 alojados estavam dormindo numa pequena biblioteca, devido à utilização das demais salas do Ciep nas atividades cotidianas da escola (OBSERVATÓRIO, 2021).

Por outro lado, enquanto alguns sofriam com a falta de perspectivas habitacionais, um grupo de moradores que se denominava Grande Tijuca e contava com moradores do próprio bairro e de bairros nos arredores (Grajaú, Vila Isabel e Maracanã) protestava contra a possibilidade de transferir cerca de 3.200 pessoas (416 famílias) da Favela Indiana, na localidade da Usina, na Tijuca, para as dependências de uma antiga loja na Rua Conde de Bonfim, fechada desde 2005. A comunidade, que ocupava as margens do Rio Maracanã desde 1957, vinha sofrendo ameaças de remoção com a justificativa de que parte da comunidade estaria em “área de risco” e que a área seria utilizada para a construção de uma praça. Através de uma abaixo-assinado postado na Internet, o grupo de moradores “Grande Tijuca” rejeitava a proposta inicial da prefeitura de transformar o espaço abandonado em unidades habitacionais, por meio do programa federal “Minha Casa, Minha Vida”, e pedia a transformação do imóvel em um batalhão da Polícia Militar, uma escola ou hospital (OBSERVATÓRIO, 2010).

Outra comunidade observada no mapa que sofreu com o processo de remoção foi a Vila Taboinhas, em Vargem Grande, em virtude da construção da Transoeste. Ocupando a região desde 1990, a comunidade protagonizou duas manifestações contra a ordem de despejo de 400 famílias, a primeira em 2009 e a segunda em 2010. Em ambas, a violência com que foram tratados os moradores fica evidente nos relatos registrados no Observatório:

Em uma tentativa de remoção, a Polícia Militar entrou em confronto com aproximadamente 280 famílias residentes na comunidade Vila Taboinhas, em Vargem Grande. O terreno que possui 40 mil metros quadrados é avaliado em 10 milhões de reais, habitado por 10 mil moradores e encontra-se em batalha judicial há três anos. (...) Sob o comando do coronel Antonio Couto (31º BPM, Recreio) e com apoio do subsecretário municipal de Habitação, Pierre Batista e o subprefeito da Barra e Jacarepaguá, Tiago Mohamed, a polícia militar tentou à força remover as famílias do local durante o dia. Foram lançadas bombas de gás lacrimogêneo para quebrar a resistência dos moradores, que montaram barricadas e exibiam cartazes contrários à remoção, por não possuírem algum lugar ou condições financeiras para que pudessem sair dali (OBSERVATÓRIO, 2009).

Moradores da Vila Taboinhas, em Vargem Grande, protestaram no dia 9 de novembro com faixas e palavras de ordem contra o despejo de 400 famílias da comunidade. Segundo o RJTV, 280 famílias. A tropa de choque foi acionada, e os policiais chegaram a usar bombas de gás. (...) O Batalhão de Choque e policiais do 31º BPM estiveram presentes na comunidade no momento da notificação. Os moradores chegaram a erguer, com entulhos e pedras, uma barricada na rua principal da favela com o intuito de impedir a passagem das máquinas de demolição. Os manifestantes alegavam que não haviam sido ouvidos, nem avisados sobre a notificação. Eles ainda afirmavam que os moradores mais antigos estavam no local havia cinco

anos, e não tinham para onde ir. No tumulto provocado pela ação da polícia, uma criança foi pisoteada, três mulheres desmaiaram e pelos menos quatro pessoas ficaram feridas (OBSERVATÓRIO, 2010).

O banco de dados do Observatório registra, ainda, os conflitos protagonizados pelas comunidades Vila Autódromo (que será abordado mais detalhadamente no próximo capítulo); Comunidade do Campinho, em Campo Grande; Favela da Muzema, no Itanhangá; Laboriaux, na Rocinha; e Morro dos Prazeres, em Santa Teresa. Todas estas localidades estavam integradas à luta contra a remoção.

Ao analisarmos os registros dos conflitos e as comunidades que sofreram processos de remoção fica evidente o quanto parte da população do Rio de Janeiro resistiu à política de cidade neoliberal que vinha sendo imposta. Além disso, é possível observar semelhanças na forma como a prefeitura tratou as comunidades que ousaram discordar do programa em desenvolvimento. A partir de entrevistas realizadas no período com moradores que foram removidos ou estavam sob ameaça de despejo, Azevedo e Faulhaber (2015, p.51) detalharam algumas das táticas utilizadas pelo poder público nos processos de remoção, tais como: comunicado de remoção; realização de censo fictício com o objetivo de conhecer melhor a comunidade; marcação das casas a serem removidas com a sigla “SMH”, sem o consentimento dos moradores (figura 5); negociações individualizadas; divisão do coletivo e cooptação de pessoas; disputas, ameaças e pessoas contratadas para se infiltrarem nas reuniões das comunidades e causarem confusões; demolição e descaracterização das casas negociadas; uso da força policial; defensoria pública atuando como procuradoria municipal.

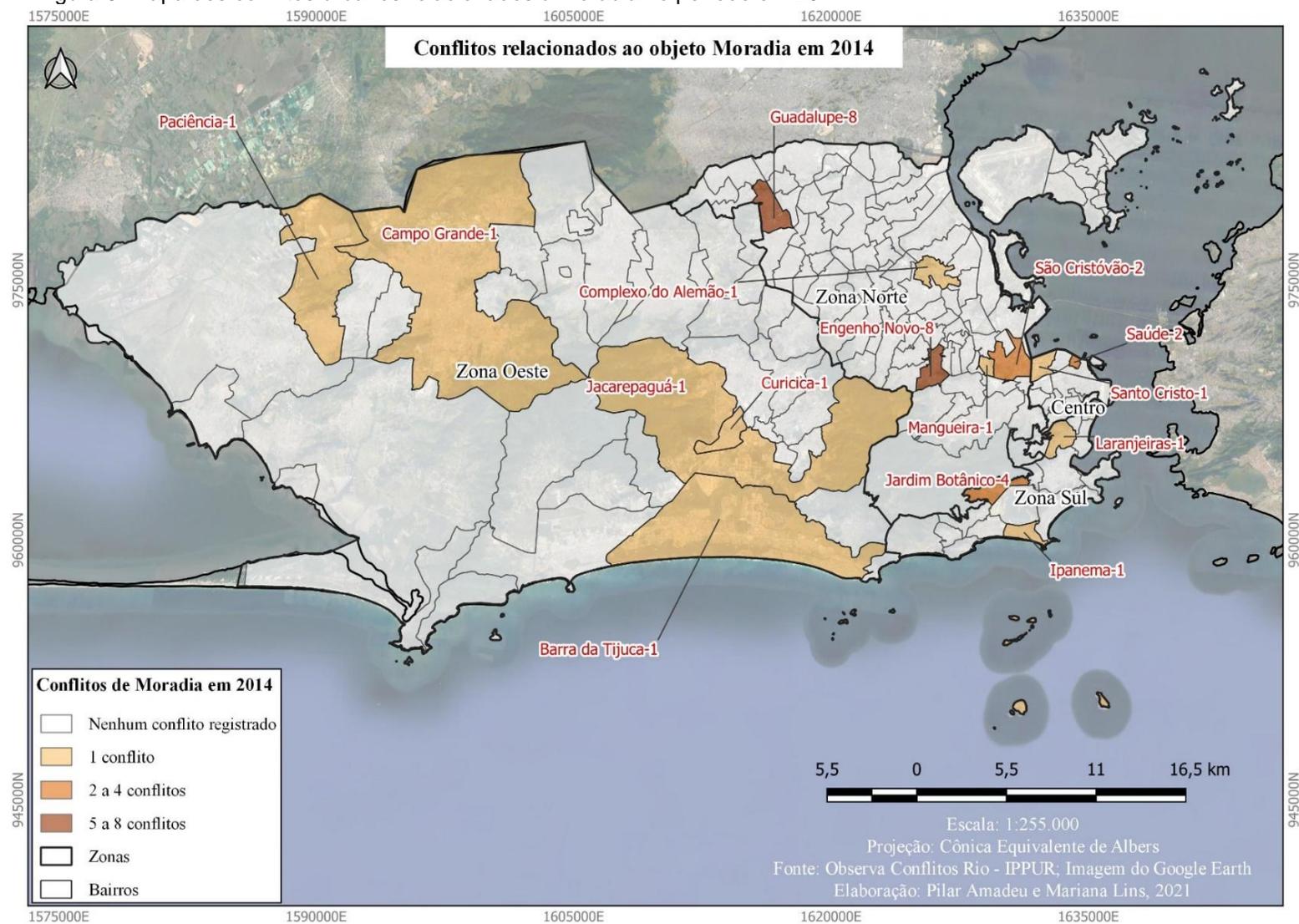
Figura 5. Marcações feitas nas casas a serem removidas com a sigla SMH (Secretaria Municipal de Habitação).



Fonte: Fotos: da autora.

O ano de 2014 alcançou o maior número de registros de conflitos ligados à moradia registrados durante os 23 anos de coleta de dados da pesquisa. A política de remoção empreendida sob o argumento de implementação de equipamentos urbanos, ou muitas vezes sem nenhum argumento, tirou de suas casas cerca de 77 mil pessoas desde 2009 (COMITÊ POPULAR DA COPA, 2016). A maciça resistência a este modelo de cidade excludente, no ano em que ocorreu a Copa do Mundo na cidade, fica evidente quando se observa o mapa dos conflitos urbanos registrados no Observatório neste ano.

Figura 6. Mapa dos conflitos urbanos relacionados à moradia no período em 2014.



O alto número de conflitos no bairro do Engenho Novo está relacionado aos ex-moradores da favela Telerj, que ocupavam um terreno abandonado da empresa de telefonia Oi e que foram desabrigados. Em Guadalupe, os conflitos relatados giram em torno de uma ocupação em um dos condomínios do programa habitacional “Minha Casa Minha Vida”.

No bairro Jardim Botânico, todos os três conflitos registrados nesse ano reivindicavam a permanência dos moradores da comunidade do Horto no bairro. Os moradores do Horto se organizavam através de reuniões semanais de acompanhamento da situação com a presença de advogados, autoridades públicas e apoiadores da luta pela permanência. Além de serem espaços em que eram definidas as condutas a serem levadas para o âmbito judicial, as reuniões tinham como objetivo transmitir informações técnicas, discutir a atuação da Associação de Moradores do Jardim Botânico (AmaJB), analisar a necessidade de mobilização e, quando alguma ameaça mais contundente se apresentava, planejar uma manifestação pública. Foi o caso da desocupação do clube Caxinguelê – área de convivência dos moradores, que se encontrava nos limites do Jardim Botânico do Rio de Janeiro e que teve a reintegração de posse concedida à instituição governamental –, que gerou grande insegurança com relação às moradias na região e levou os moradores a avaliarem a importância de organizar as manifestações registradas em defesa de suas residências.

Os demais conflitos registrados neste ano reivindicavam melhores condições de moradia, construção de unidades habitacionais na região portuária da cidade e direito à permanência de ocupações e comunidades, como a Vila Autódromo, Vila União em Curicica, Favela do Metrô na Mangueira e Favela Pavão-Pavãozinho em Ipanema.

As favelas e ocupações, cuja permanência resistiu à lógica imobiliária formal por todos esses anos, agora sofrem novamente uma fortíssima intervenção. Coincidentemente ou não, os assentamentos que apresentam maior risco geotécnico e que também recebem obras de infra-estrutura são exatamente aqueles que estão nas zonas de influência dos Jogos Olímpicos e da Copa do Mundo (Faulhaber e Azevedo, 2015, pp 49).

Os relatos abaixo, registrados no Observatório, apresentam algumas das situações envolvendo os conflitos registrados no período:

Um grupo de aproximadamente cinquenta moradores de uma ocupação na Avenida Francisco Bicalho bloqueou as pistas da via em direção à Avenida Brasil e à Ponte Rio-Niterói por volta das 5h30m. Eles interditaram o trecho

usando sofás e cones de trânsito. (...). Os manifestantes viviam em um prédio abandonado de propriedade da Companhia Docas do Rio de Janeiro, mas o Governo Municipal autorizou a desapropriação. (28-02-2014)

Moradores do Horto fizeram protestos, com a reivindicação de “Quem não quer morar com gente humilde, que se mude para a Suíça”. O protesto fechou ruas no Jardim Botânico causando congestionamento. A manifestação foi causada por conta de declarações do prefeito, Eduardo Paes que inspiraram a palavra de ordem. (01-06-2014)

O Ministério Público investigou possível higienização ocorrida na cidade no período pré-Copa, a ação da prefeitura consistia em recolher pessoas de várias partes da cidade e deixá-las no abrigo de Piedade (...) foi constatado um aumento no número de pessoas, além de uma série de irregularidades que não foram solucionadas como os colchões infestados de percevejos. A denúncia investiga possíveis maus tratos aos cidadãos recolhidos. (10/06/2014)

Cerca de 400 famílias foram removidas do galpão da fábrica de plásticos Tuffy Habib, na Avenida Itaóca – em um dos acessos ao Complexo do Alemão – em uma operação da Polícia Militar que ocorreu na manhã do dia 16. (16-12-2014)

Os moradores da Vila União em Curicica, que estão sendo desapropriados para a construção da linha de BRT Transolímpica, receberam a promessa de um imóvel pelo programa Minha Casa Minha Vida, no entanto, há um impasse, pois, a prefeitura quer pagar um aluguel social por até quatro meses o que faz com que os moradores não aceitem a nova proposta. (15-11-2014)

Trinta e cinco famílias que ocupavam um prédio abandonado no bairro das Laranjeiras, Zona Sul do Rio de Janeiro, foram removidas por decisão judicial pela Polícia Militar, 50 policiais do choque estavam na operação. (30-04-2014)

Moradores da Favela do Metrô, na Mangueira, realizaram um novo protesto contra sua remoção da comunidade pela prefeitura. (...) A retirada dos imóveis seria parte de um projeto para revitalização da região. De acordo com a prefeitura, o polo contará com 96 lojas, entre lanchonetes, oficinas mecânicas, bares, mercados, padarias e um parque com ciclovia e equipamentos de lazer, sendo orçado em R\$30,5 milhões. (08-01-2014)

Cerca de 100 pessoas, moradores de um edifício ocupado na região, tomaram a avenida Francisco Bicalho, na Zona Norte do Rio. Eles escreveram “Queremos casa” na pista. Os moradores protestavam contra um projeto de desocupação da prefeitura para a construção no local de cinco prédios do empresário americano Donald Trump. Cada um recebeu um cheque no valor 1,2 mil reais como forma de indenização da prefeitura. (26-02-2014)

Moradores da Vila Autódromo cobraram através de um inusitado protesto ações da prefeitura referentes a obras de infraestrutura na comunidade para que pudessem dar prosseguimento à implementação de seu Plano Popular elaborado juntamente com pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF). Eles serviram café da manhã a operários que seguiam para o canteiro de obras do Parque Olímpico. (24-09-2014)

Moradores da comunidade Pavão-Pavãozinho apresentaram à Secretaria Estadual de Obras e à Empresa de Obras públicas do Estado, um abaixo-assinado solicitando a revisão do projeto que visa transformar a Rua Pavão-Pavãozinho, com cerca de quatrocentos metros de comprimento e um metro de largura, em uma via de 5,5 metros de largura. A mudança implicaria na

desapropriação de casas, de pontos de comércio e de lazer, fazendo com que cerca de cem pessoas fossem obrigadas a deixar o local (18-11-2014). (OBSERVATÓRIO, 2021).

Como demonstram os relatos citados referentes ao ano de 2014, foi grande a insatisfação com o modelo de gestão governamental, que adotou intensamente a política de remoção em sua administração³⁷. Cabe destacar que muitos dos espaços em que viviam os moradores removidos atualmente permanecem vazios. No caso da comunidade Restinga, o terreno foi ocupado por três novas pistas de carro, e não pelo BRT. Em uma reportagem da BBC de 2018³⁸, foram entrevistados moradores de todo o Brasil que foram desapropriados e, 4 anos depois da realização da Copa, estes moradores relataram que seu antigo local de moradia está completamente vazio. Um deles, Jorge Santos, ex-morador da Vila Recreio 2 (comunidade no Recreio desapropriada para a construção da Transoeste), relata o sentimento de ser retirado do seu local de moradia por um “motivo que não existia”:

Moradia não é só uma casa”, afirma. “Há toda uma estrutura de família, amizade, convivência, trabalho, escola para filhos, comunidade religiosa. Vocês que são modernos e estudados chamam isso de pertencimento, não é? É um direito constituído, e que nos foi tirado.

A assimetria observada entre as populações afetadas e as camadas privilegiadas, assim como, as discrepantes questões reivindicadas entre elas, foram apontadas por Câmara (2016) em sua análise sobre os dados gerais do Observatório, ressaltando a questão de classe evidente na manifestação dos conflitos na cidade:

Há um evidente corte de classe social na expressão conflituosa dos habitantes da cidade do Rio de Janeiro, em que, de um lado, setores dominados expressam a luta por básicos e humanos direitos, pela afirmação do poder como algo público, do Estado como democrático e de direitos, da polis, da política como construção democrática e do espaço urbano enquanto espaço público. E, de outro, reivindicações que cobram maior policiamento, ordenamento do espaço em termos de limites às expressões culturais populares, de remoção dos mais pobres para cercanias longínquas, de limpeza étnica e social do espaço que muitas vezes transformam em privado.

³⁷ Segundo o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, entre 2009 e 2016 a prefeitura do Rio retirou 77 mil pessoas de suas casas, superando as gestões de dois grandes representantes desta política: Carlos Lacerda (que removeu 31000 pessoas) e Pereira Passos (20.000 pessoas) (FAULHABER, 2012).

³⁸ 'Só arrancaram a casa do lugar, e fim': 4 anos depois, desapropriados da Copa questionam remoções desnecessárias (CARNEIRO, 2018).

É nesse contexto de cidade que algumas comunidades encontram formas criativas e inovadoras de resistência. O planejamento surge, então, como mais uma possibilidade na “invenção de espaços” e, ao mesmo tempo, a possibilidade de disputar os “espaços convidadas”, através de instrumentos legais, como será explorado no próximo capítulo a partir da contribuição de Faranak Miraftab (2009; 2016), que introduz aspectos da complexa conjuntura que os movimentos sociais têm de enfrentar para conter os avanços do neoliberalismo contemporâneo.

Neste estágio histórico particular do neoliberalismo onde a inclusão é um alibi para a exclusão e normalização da dominação neocolonial, a falência do planejamento inclusivo liberal nos pressiona a repensar os parâmetros epistemológicos e ontológicos das teorizações e práticas de planejamento (MIRAFTAB, 2016).

3 PLANEJAMENTOS EM CONTEXTO DE CONFLITO NO RIO DE JANEIRO: MOBILIZAÇÕES RECENTES

Este capítulo tem como objetivo apresentar as novas formas populares de planejamento, à luz da discussão sobre as formas de participação no planejamento urbano tradicional e as teorias pós-coloniais. Nesse sentido, para se refletir sobre as formas de participação cidadã na governança neoliberal é preciso, primeiramente, compreender o neoliberalismo não apenas como um projeto econômico, mas, também, ideológico, que necessita de legitimação para a conquista do poder hegemônico, o qual se conquista não só através da força, mas também da sensação de inclusão dos cidadãos (MIRAFTAB, 2009).

Nessa perspectiva, muitos países em desenvolvimento atravessaram um processo de descentralização, no qual as reponsabilidades governamentais foram transferidas dos governos centrais para as localidades³⁹, com a justificativa da maior proximidade entre o cidadão e os processos decisórios. Nas cidades do Sul Global, em especial, frequentemente essa transferência de responsabilidade no fornecimento de serviço básicos, por exemplo, sem a devida transferência do poder de decisão e recursos financeiros, possibilitaram os governos locais a se aliarem mais fortemente aos setores privados, assim como às organizações da sociedade civil (MIRAFTAB, 2008). Os defensores da descentralização acreditavam na inclusão e na democratização do Estado, enquanto os críticos apontavam para as consequências em países em desenvolvimento com passado colonial. Os críticos ponderavam que essa exaltação à descentralização e transparência dos governos locais funcionariam como uma propaganda para as agências internacionais (como o Banco Mundial), o que levaria a um aumento das dívidas externas e, portanto, da dependência econômica. Com base nesses pressupostos, alguns autores argumentavam que a governança descentralizada e participativa era uma nova forma de manutenção do *status quo* (GEORGE & SABELLI, 1994; COOKE & KOTHARI, 2001 *apud*. MIRAFTAB, 2008). E, nesse sentido, o aumento do número da participação de movimentos de base em Organizações Não Governamentais (ONG's) e a banalização da participação de comunidades acabavam por despolitizar

³⁹ Dillinger, em 1994, já mencionava que nos dez anos anteriores cerca de sessenta e cinco dos setenta e cinco países em desenvolvimento (nações com populações acima de 5 milhões) tiveram políticas ativas de descentralização ou iniciativas (*apud* MIRAFTAB, 2008).

suas lutas, ampliando o controle estatal e não modificando as estruturas pré-estabelecidas, ao estabilizar as relações sociedade-estado (MIRAFTAB, 2009).

A tendência apontada pelos críticos se confirmou, uma vez que a descentralização do Estado acabou por facilitar as políticas econômicas neoliberais e ofuscou o objetivo de se construir um planejamento mais inclusivo, transparente, redistributivo e democrático. No lugar, instaurou-se uma lógica de planejamento que visava a eficiência econômica. Entretanto, as críticas ao planejamento centralizado, como um planejamento politicamente elitista e limitado administrativamente, levaram a uma concepção de planejamento descentralizado em que o papel do planejador se ampliou, deixando de ser apenas técnico para ser também um facilitador e ativista social, capaz de contribuir para a articulação e incorporação dos conhecimentos locais no processo de planejamento. Essa mudança no planejamento, de centralizado para descentralizado, ocorre nos anos 1990, quando o planejamento se populariza e foi exigida uma maior participação da sociedade civil (MIRAFTAB, 2008). O Banco Mundial, por exemplo, grande agente do desenvolvimento no Sul Global, passa a atuar de forma que seus projetos afirmem o poder da comunidade sobre o desenvolvimento (DONGIER et al. 2002; MANSURI e RAO 2004 *apud*. MIRAFTAB, 2008).

Miraftab (2008) ressalta, portanto, que as tendências de descentralização que aliaram a liberalização da economia a um planejamento engajado com a participação da sociedade civil não devem ser consideradas meras coincidências, já que estas faziam parte de um processo global de reestruturação do Estado neoliberal. Nesse sentido, ela ressalta serem improdutivas as análises simplistas que colocam o planejamento descentralizado apenas como uma estratégia neoliberal, assim como as que o avaliam como a grande possibilidade de participação civil, defendendo, assim, o exame crítico e empírico sobre cada processo e seu potencial inclusivo.

No Rio de Janeiro, o final da década de 1920 marca o início das iniciativas governamentais de controlar a forma urbana carioca, através de um pedido da prefeitura de “autorização para abrir os créditos necessários para a elaboração de um plano urbanístico”. O Plano Agache, realizado durante o governo do então prefeito Prado Júnior, tinha por objetivo “ordenar e embelezar as cidades segundo critérios funcionais e de estratificação social do espaço”. Apesar de nunca ter sido implementado em sua totalidade, o plano “constitui o exemplo mais importante da

tentativa das classes dominantes da República Velha de controlar o desenvolvimento da forma urbana carioca, já por demais contraditória” (ABREU, 1987, p.86).

Essa racionalidade econômica foi reforçada pelo período ditatorial brasileiro, em que o planejamento urbano foi muito associado à tecnocracia, uma vez que havia sido extinguida a legitimação popular (VILLAÇA, 2010). Carty e Costa (2014), ao apresentarem brevemente o histórico de elaboração do Estatuto da Cidade a partir da contribuição de diversos autores, enfatizam o discurso científico e técnico que caracterizou os planos urbanos durante o período militar, além de ressaltarem o afastamento da sociedade civil (MARICATO, 1997 *apud*. CARTY & COSTA, 2014).

No entanto, ao final da década de 1970 são reavivados os movimentos sociais sindicalistas e trabalhistas, trazendo à luz os problemas urbanos que se agravavam. A carência da participação civil nos processos de planejamento, aliado à crise econômica que sufocava a população, faz aparecer movimentos pontuais “desarticulados de trabalhadores no Rio de Janeiro e em São Paulo, os quais desafiavam a repressão e pleiteavam melhorias no transporte público” (CARTY & COSTA, 2014, p.5). Como ressaltam os autores:

O processo por lutas de melhoria do meio urbano, nos anos de 1970, foi iniciado dentro das comunidades de bairro e das pastorais em busca de soluções de problemas específicos sem apresentarem intenções políticas, evoluindo depois para uma postura mais politizada a partir de 1978 (SILVA, 2003). No final dos anos de 1970, ressurgiram os movimentos sindicalistas, de estudantes, as associações profissionais e manifestações de artistas e intelectuais, que norteados pelas péssimas condições de vida, de salário, dos direitos civis e pelo agravamento dos problemas econômicos, reivindicavam o fim da ditadura e a redemocratização do país. Com a intenção de propor uma alternativa às carências sociais do Brasil, entidades representantes de categorias profissionais – como arquitetos, engenheiros, geógrafos e assistentes sociais, retomaram os temas debatidos em 1963, visando a tão esperada reforma urbana. Foi então publicado um conjunto de ideias sobre melhoria da qualidade de vida nas cidades brasileiras. O qual, após alguns anos, evoluiu, em 1976, para o Projeto de Lei nº 775 (Lei de desenvolvimento urbano), elaborado pelo Conselho Nacional de Política Urbana (SILVA, 2003). Em 1983, esse PL é retomado pelo então Ministro do Interior Mario Andreazza, tendo sido impedido de ser aprovado pelo Congresso Nacional decorrente do lobby do setor imobiliário contraria ao mesmo (GRAZIA, 2003). (CARTY e COSTA, 2014, p.5).

O anteprojeto de lei nº 775 de 1983 foi importante para o resgate das discussões em torno da Reforma Urbana, a partir, principalmente do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU)⁴⁰, que exerceu forte pressão política,

⁴⁰ O Movimento Nacional pela Reforma Urbana, criado em 1985, era formado por um grupo bastante heterogêneo que contava com representantes da sociedade civil, movimentos sociais, entidades

trazendo essas demandas para a elaboração da nova Constituição Brasileira. Nela, cidades acima de 20.000 habitantes seriam obrigadas a produzir um Plano Diretor. No entanto, esta lógica de ordenação e controle se manteve ainda no texto da Constituição e só foi questionada através de emendas populares e vereadores progressistas que reivindicavam a participação da sociedade civil e a função social da propriedade⁴¹. Estas reivindicações entraram no texto constitucional de forma subordinada ao Plano Diretor, tornando-o um importante aparato de disputa para os setores populares (GRAZIA, 1990).

Nessa perspectiva, durante o II Fórum Nacional sobre Reforma Urbana (FNRU), em 1989, no Rio de Janeiro, o Plano Diretor da cidade foi considerado um importante instrumento de luta política e institucional, uma vez que se enfrentava um momento “de escalada do discurso neoliberal, propondo o desmonte do Estado e o fortalecimento dos mecanismos reguladores baseados no mercado” (RIBEIRO & CARDOSO, 1990, p.75). Dessa forma, os autores concluíram ser primordial o enfrentamento desta visão naquele momento, encarando o Plano Diretor como a institucionalização das demandas populares:

A nossa participação na elaboração de planos diretores deve ser encarada como uma forma de defesa do compromisso do poder público em assegurar um determinado nível de bem-estar coletivo. Partindo desse ponto de vista, torna-se um desafio a busca de um novo formato de planejamento que seja capaz de gerar intervenções governamentais que efetivamente promovam a melhoria das condições urbanas de vida, sobretudo para o conjunto dos trabalhadores (RIBEIRO & CARDOSO, 1990, p.75).

Diante das reflexões que permeavam as forças políticas naquele momento, foi produzido durante o FNRU o documento “plataforma pela reforma urbana” e delineadas as condições necessárias para a efetivação da participação popular no planejamento, gestão e controle de políticas públicas (FARIA, 2012). Nesse sentido, Tanaka (2017) enumera as pontuações do FNRU (1989):

No item 1, aponta-se a necessidade de se romper com o “modelo de ordenamento racional do território”, que trata “os conflitos e contradições urbanas como desvios”, e o item 2 afirma ser o Plano Diretor um “instrumento limitado”, “que não pode ser entendido como solução dos conflitos, mas como espaço privilegiado para sua explicitação”. Em seguida passa-se a princípios relacionados à: garantia da participação ampla da população; integração do Plano Diretor com demais instrumentos de

profissionais, sindicatos e organizações não-governamentais. Com uma bandeira inicialmente voltada para questões de moradias locais, o movimento passou a discutir a ideia de cidade para além da moradia (sobretudo a partir do fim do regime militar) e foi um dos principais atores da discussão urbana no cenário de participação popular no processo da Constituinte de 1988.

⁴¹ Alguns autores discordam da visão de Grazia sobre o surgimento desta exigência constitucional. Esta discussão foi feita por Faria (2012) e Tanaka (2017).

planejamento da cidade (dentre eles os orçamentários), apontando seu escopo específico nesse sistema: garantia de espaços públicos coletivos e democráticos; direito à circulação e acesso a espaços e equipamentos públicos, a práticas culturais; e à preservação ambiental. (Tanaka, 2017 p.87).

O planejamento, então, se propaga como importante instrumento para a democratização da cidade (FARIA, 2012) e o planejamento urbano participativo, através do Plano Diretor Participativo, ganha o “ideário da Reforma Urbana como meio para a garantia da participação popular na gestão da cidade, para combate à especulação imobiliária e demais forças que impediriam o exercício da função social da propriedade” (TANAKA, 2017, p.87).

Faria (2012), no entanto, avalia que o estabelecimento do Plano Diretor como um instrumento de luta não estava na pauta inicial do Movimento Nacional pela Reforma Urbana, mas, devido à pressão conservadora, este apareceu como uma boa oportunidade política para a pressão dos movimentos sociais sobre o Estado, naquele momento de transição democrática. Dessa forma, ocorre uma mudança no foco original do projeto da reforma urbana de 1963⁴², que tinha nas questões de moradia e acesso à terra suas principais reivindicações, e que, neste momento, passa a ter como enfoque a regulação do mercado e do que a propriedade denota, conclui o autor:

Não apenas a consolidação da perspectiva reformista que procura construir cidades menos desiguais nos marcos do capitalismo, mas principalmente um parcial deslocamento da centralidade da perspectiva do Estado como garantidor do direito à moradia pela produção direta e para a afirmação das funções sociais da cidade e da propriedade afirmadas pelo planejamento urbano. A função social da propriedade resulta, então, em uma formulação abstrata capaz de conter múltiplos interesses e sentidos. As disputas que se seguem, encampadas pelo movimento da reforma urbana, na elaboração das constituições estaduais, das leis orgânicas municipais e dos planos diretores, além do Estatuto da Cidade, se orientam por conferir um sentido particular ao referido princípio. (FARIAS, 2012, p.39)

A estratégia de utilizar um novo planejamento como principal instrumento para a reforma urbana, naquele momento, acabou por despolitizar a participação, valorizando o campo técnico-acadêmico. Nesse sentido, as conquistas institucionais não foram suficientes para a necessária modificação do espaço urbano, como conclui Tanaka (2017):

⁴² O termo “reforma urbana” foi utilizado pela primeira vez durante um seminário realizado pelo Instituto de Arquitetos do Brasil - IAB e o IBASE, intitulado “Reforma Urbana”, em 1963. O seminário teve como objetivo “diagnosticar e elaborar soluções para o enfrentamento dos problemas urbanos daquele período”, tendo como foco a questão da habitação (DA SILVA, 2006, p. 2)

Sem um enraizamento em lutas populares, a reforma urbana passou a defender a construção de pactos e consensos, seguindo um novo receituário, idealizado no campo técnico-acadêmico. Os planejadores se tornam o “sujeito” da reforma urbana, sem a necessária base política para intervir na correlação de forças que determina a produção e o controle do espaço urbano. O reconhecimento da pouca efetividade das conquistas legais obtidas e das limitações dos caminhos de ação adotados, não foram suficientes para alterar seus rumos de ação (TANAKA, 2017, p.102).

No entanto, a autora pondera que assim como é possível se enxergar os limites do movimento quanto à transformação social, há de se reconhecer também que foi a partir dele que se instaurou uma expressão de direitos que se faz presente até hoje nas lutas (TANAKA, 2017).

O arcabouço legal conquistado, no momento de sua força mais expressiva, durante o processo da Constituinte, representou um marco nas lutas urbanas. A opção pela disseminação de uma plataforma teve resultados importantes na disseminação de uma linguagem de direitos relacionadas ao urbano, do direito à moradia reivindicado pelos movimentos sociais, ao direito à cidade, construção que vai motivar uma articulação intersectorial do campo profissional e acadêmico do urbano, e remeter à noção *lefebreviana* de direito à cidade em seu sentido mais amplo, como um direito coletivo de uso e apropriação da cidade (TANAKA, 2017, p.102).

Esta forma de inclusão com tantos problemas, ainda que não esteja vinculada a uma redistribuição material, possibilita aos movimentos contra-hegemônicos uma gama de contradições úteis nas tentativas de desequilíbrio da ordem hegemônica neoliberal. Cabe destacar, contudo, que assim como os lugares de produção de poder apresentam contradições e multiplicidades, estas também aparecem em lugares de movimentos contra-hegemônicos. Assentamentos informais do Sul Global podem representar tanto a materialização da insurgência dos cidadãos como podem garantir a estabilidade do sistema, uma vez que possibilitam uma cruel oportunidade de manipulação política do Estado em troca do fornecimento de serviços básicos em lugares que sofrem com a ilegalidade. Ainda assim, esses lugares são capazes de criar movimentos contra-hegemônicos, insurgentes, capazes de se mobilizar fora do controle estatal e reivindicar seu direito à cidade (MIRAFTAB, 2009).

É nesse sentido que MirafTAB (2009) introduz os conceitos de “espaços convidados” - espaços oficiais de participação cidadã, onde a justiça nos moldes da política liberal será utilizada – e os “espaços inventados” – lugares de insurreições e insurgências em que as diferenças serão tratadas respeitando suas particularidades e não de formas generalizadas – que irão interagir através de uma relação dialética e mútua, como foi mencionado anteriormente.

Ao comentar a falência do modelo inclusivo liberal e introduzir a análise sobre planejamento insurgente, Miraftab (2016) ressalta duas mudanças de perspectiva que irão influenciar diretamente a forma de planejar: a primeira relacionada à compreensão de justiça, que deixa de ser entendida como a ideia de igualdade, para uma “justiça baseada no reconhecimento da diferença e de sua política”. Ou seja, os ativistas insurgentes entendem “não ser suficiente dar direitos individuais e um tratamento igualitário como advoga a filosofia política liberal da justiça. Ao contrário, pedem o urgente reconhecimento de formas de opressão autodeterminadas e baseadas em grupos”. Esta mudança na compreensão irá levar o “debate da inclusão passar da representação para a autodeterminação” (ibid. p.368), o que implicará nas práticas insurgentes que determinarão o planejamento insurgente.

– uma mudança na perspectiva que valida a ação direta coletiva de cidadãos e que volta-se da democracia representativa para a democracia participativa. Na democracia representativa, os cidadãos delegam seus direitos a outros – representantes políticos, burocratas ou especialistas técnicos – para atuar em seu melhor interesse. Em contraste, na democracia participativa os cidadãos reconhecem a inadequação dos direitos formais e não incumbem a outros advogar por seus interesses mas, ao contrário, tomam parte diretamente e formulam decisões que afetam suas vidas. A democracia participativa conseqüentemente promove uma forma de cidadania que é multi-centrada e que tem múltiplas atividades, incluindo os cidadãos e suas ações sociais diretas. (MIRAFTAB, 2016, p.368).

Nesse sentido, o planejamento insurgente irá deslocar o papel de protagonista da representação para a ação direta e seus meios de inclusão; a atenção se volta para o planejamento, para a prática e não para o planejador. (MIRAFTAB, 2016).

Como mencionado anteriormente, a cidade neoliberal busca a legitimação de sua hegemonia a partir da construção de consensos que supostamente levariam ao benefício de todos. Nessa perspectiva, o conflito se apresenta como uma anomalia desse sistema. No entanto, a prática democrática sugere que o conflito seja o elemento fundamental capaz de explicitar as desigualdades e, assim, gerar propostas criativas capazes de romper com a lógica da estrutura dominante (VAINER, 2007).

No que tange ao enfoque nas práticas, Tanaka *et al.* (2018) discorrem sobre o potencial criativo dos conflitos na constituição de sujeitos coletivos autônomos durante a ação política:

é importante lembrar que na ação política se constituem sujeitos coletivos autônomos, entendendo sujeito coletivo como “uma coletividade onde se

elabora uma identidade e se organizam práticas através das quais seus membros pretendem defender seus interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas”. A condição de sujeito não pressupõe necessariamente a autonomia, mas a primeira condição é necessária para a segunda. O sujeito coletivo abre a possibilidade da construção da autonomia, entendida como a capacidade de reelaborar sua identidade e seu discurso em função daquilo que define como sua vontade (Sader, 1988, *apud*. TANAKA et al., 2018, p.842).

Complementando Sader (1988), podemos acrescentar que o sujeito coletivo tem a capacidade de reelaborar seu discurso em função do que define enquanto justiça, enquanto realização de direitos e definição espacial e estrutural de seu local de moradia. Esta organização coletiva será fundamental pois é ela que dará as condições necessárias para a colocação das demandas sociais no processo político, uma vez que os grupos dominantes possuem meios, redes de influência e poder que garantem a defesa de seus interesses. Entendendo o conflito como um potencial catalisador desta organização, portanto, surgem “iniciativas contra-hegemônicas que, em variadas escalas, são direcionadas a desafiar, ou mesmo transformar, estruturas sociais, políticas e econômicas que criam e mantêm o status quo” (TANAKA et al., 2018 p.842).

A noção de planejamento conflitual aparece a partir das experiências de lutas populares expressas em planos que, ao apoiar comunidades que vivenciam uma situação de conflito, rompem com os modelos tradicionais e hegemônicos de planejamento, como discorrem os autores do ETTERN:

A noção de *planejamento conflitual*, construída em articulação com processos autônomos de planejamento em contexto de conflito social, refere-se aos processos que surgem “de dentro do próprio processo de constituição de sujeitos coletivos” e que são parte desta construção, refletindo e alimentando “o processo de constituição de um sujeito que se constrói simultaneamente enquanto sujeito político e técnico” (Vainer, 2009, p.10 *apud* TANAKA et al., 2018, p.842).

Nas próximas sessões serão brevemente relatados os casos de duas articulações em um contexto de conflito, no Rio de Janeiro, que se materializaram em planos populares: os casos da Vila Autódromo e da região das Vargens. Como bem destacam os autores anteriormente citados, o contexto no qual se dava o conflito dessas duas localidades apresentam substantivas diferenças: o plano realizado na comunidade Vila Autódromo, tinha como pano de fundo a preparação da cidade para a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 e a Copa do Mundo de 2014; e a experiência mais recente, nas Vargens, começa a se articular durante o período pós-olimpíadas, em meio a uma crise política e econômica no município.

Apesar do contexto diverso em que se encontram essas comunidades é possível observar, assim como no artigo elaborado pelos pesquisadores do ETTERN, “novos insumos para a discussão sobre a produção de planejamentos alternativos no Brasil e no Sul Global”, a partir dos casos relatados que apresentam planos elaborados por moradores com a assessoria de pesquisadores, professores e alunos de universidades (TANAKA *et al.*, 2018 p.845).

3.1 Plano Popular da Vila Autódromo

A história da comunidade Vila Autódromo se entrelaça com o breve panorama dos conflitos de moradia no Rio de Janeiro, no qual a autora desta pesquisa teve a oportunidade de manter proximidade⁴³, a partir do acompanhamento da comunidade ao longo dos anos pela equipe do Observatório através do “Observando de Perto”⁴⁴. Este entrelaçamento se deve ao fato de a comunidade resistir há décadas às tentativas de remoção e, devido a isso, ser um importante ator na luta pela moradia carioca. Nesse sentido, cabe uma sucinta narrativa deste histórico de conflitos da comunidade.

Com um processo de ocupação que remonta aos anos 1960, sua organização formal se deu a partir da criação da Associação de Moradores, Pescadores e Amigos da Vila Autódromo (AMPAVA), em 1987, com o objetivo de conquistar melhorias para o bairro. No entanto, em meio aos avanços nas discussões da Constituição de 1988 e da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO 92), o discurso ambientalista aparece como argumento da primeira tentativa de remoção, em 1993: segundo a prefeitura, a comunidade teria aterrado e construído nas margens da lagoa, o que significaria construção em área não edificável (área *non aedificandi*). Neste momento, o então

⁴³ Cabe relatar a proximidade da autora com a comunidade: esta se deu devido ao convite recebido pela equipe do ETTERN para prestar assessoria aos moradores na construção de um contra-plano que reunisse suas reivindicações em termos de elementos da linguagem tecno-científica, base sobre a qual se imaginava que a discussão se desse. O convite abriu espaço para a participação do subgrupo de pesquisa do ETTERN, o do Observatório (do qual a autora é pesquisadora) que, dando continuidade ao acompanhamento mais direto, detido e próximo a alguns conflitos que se estendem no tempo e são representativos, por suas características, do conjunto de conflitos de determinada temática, pudemos participar de reuniões e atos na e a partir da Vila Autódromo, acumulando conhecimento, apoiando os moradores contra a acelerada e autoritária intervenção oficial que impactou definitivamente a comunidade.

⁴⁴ Seção do Observatório de Conflitos Urbanos criada para aprofundar o conhecimento a respeito de alguns casos que permanecem ao longo dos anos na dinâmica conflituosa da cidade. Nesse sentido, a equipe do Observatório participa de reuniões de moradores, realiza entrevistas, acompanha atividades dos movimentos e reuniões com entes públicos envolvidos, além de registrar alguns documentos produzidos pelos moradores nesta seção.

prefeito chegou a alegar textualmente que a comunidade causava danos estético, paisagístico, turístico e ambiental⁴⁵. Foi também nos anos 1990 que a comunidade conseguiu a titulação de algumas famílias através de títulos de concessão de posse.

A escolha da cidade do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Pan- Americanos de 2007 foi outro momento de tensão para a luta pela moradia carioca, como foi observado anteriormente. A Barra da Tijuca, área de grande interesse para o capital imobiliário, foi escolhida para receber um grande número das intervenções e edificações com grande impacto para os moradores de renda mais baixa. Comunidades como a Via Parque e Marapendi foram removidas, assim como a maior parte do Arroio Pavuna, enquanto outras como Camorim, Canal do Cortado e a própria Vila Autódromo, foram fortemente ameaçadas de remoção. Mas estas comunidades conseguiram resistir através da luta que se articulou por meio da constituição de um “coletivo político para denunciar e resistir às remoções de bairros populares e violações de direitos: o Comitê Social do Pan” (TANAKA et al., 2018 p.847).

Com muita mobilização através do Comitê Social do Pan, passeatas, ocupação do plenário da Câmara dos Vereadores e fortes aliados políticos (como deputados e vereadores), os moradores conquistaram, em 2005, o decreto que definia parte da Vila Autódromo como Área de Especial Interesse Social. No entanto, a proximidade dos jogos olímpicos trouxe novos enfrentamentos para a comunidade. A construção da Vila Olímpica e do Parque Olímpico, este último localizado no terreno público ao lado da comunidade, foi feito através de uma Parceria Público-Privada, em forma de concessão administrativa, com prazo de vigência de 15 anos e a comunidade se viu novamente ameaçada, a partir das mais variadas justificativas. Inspirados pela experiência positiva do Comitê Social do Pan, em 2009, forma-se o Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Como narram Tanaka *et al.* (2018, p.846):

As lideranças da Vila Autódromo participaram ativamente dos dois Comitês, que se definiam como espaços de articulação política, compostos por redes de entidades, movimentos e ativistas reunidos por uma pauta comum relacionada aos impactos dos jogos.

Através desta articulação, a comunidade pôde se aproximar dos grupos de pesquisa NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ⁴⁶ e NEPHU/UFF⁴⁷ e propor a construção

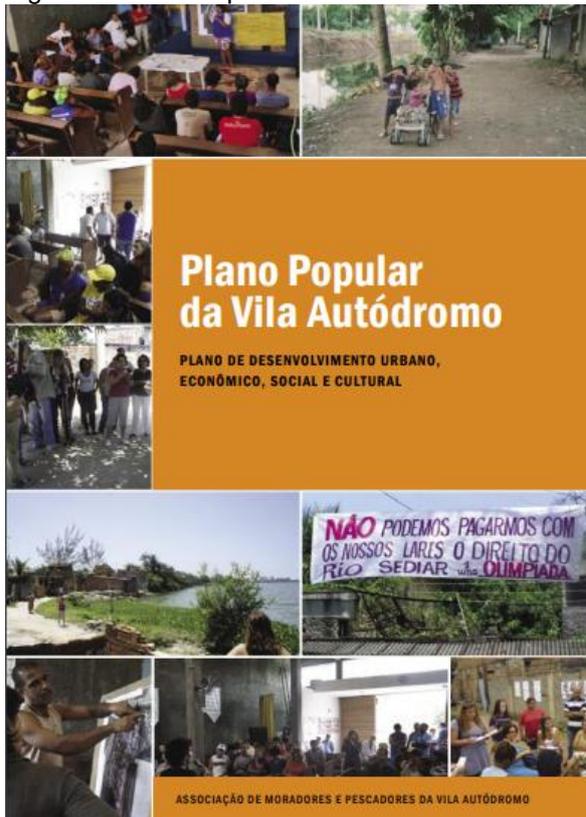
⁴⁵ Ação Civil Pública Processo nº 2245/1993.

de um projeto alternativo ao projeto da prefeitura, capaz de conciliar a permanência da comunidade com a construção das instalações olímpicas, dando início ao processo de elaboração do Plano Popular da Vila Autódromo (AMPVA, 2012; VAINER *et al.*, 2013).

⁴⁶ Núcleo Experimental de Planejamento Conflitual do Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

⁴⁷ Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense

Figura 7. Plano Popular da Vila Autódromo.



Fonte: AMPVA (2012).

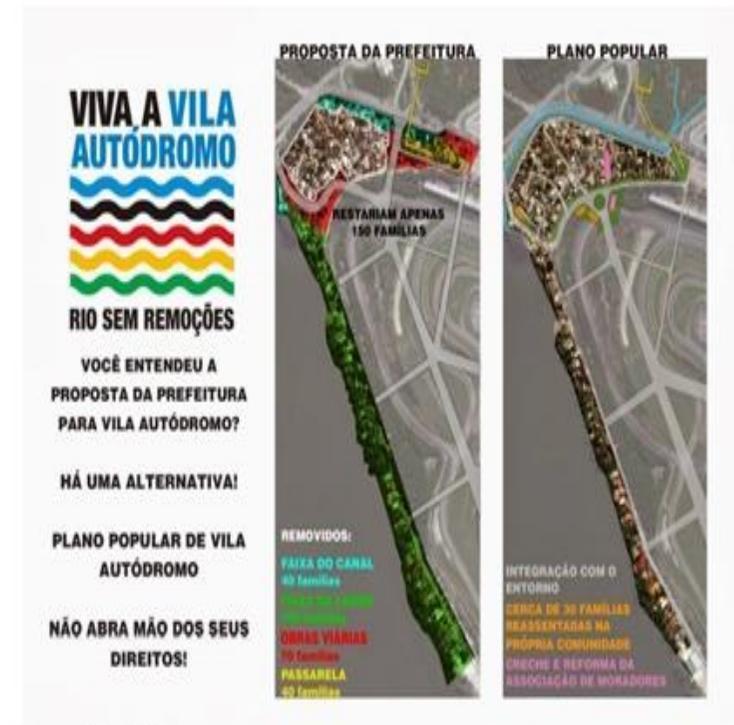
Com uma metodologia baseada em assembleias e oficinas, a partir da visão de que moradores e comunidade detêm um saber que pode embasar um plano tecnicamente consistente, foram elaborados, através de reuniões e estreita comunicação com os conselhos de representantes de ruas, dez princípios e objetivos que norteavam o plano. Dentre eles, cabe destacar a afirmativa de que “o plano é resultado e expressão da luta dos moradores” e, nesse sentido, são eles que decidem sobre os objetivos e prioridades; a rejeição da remoção involuntária de qualquer morador e a afirmação do direito de permanência no local; o acesso à moradia digna a todos os moradores, independentemente de sua atual condição de ocupação; o acesso a equipamentos e serviços urbanos; e o entendimento de que o plano faz parte da luta de todas as comunidades do país que lutam contra as violações do direito à moradia (AMPVA, 2012).

Uma breve comparação entre o plano elaborado pelos moradores e a proposta da prefeitura de remover os moradores para o conjunto Parque Carioca, construído com recurso do Programa Minha Casa Minha Vida, foi explicitado em

Vainer et al. (2013) e Tanaka (2019), como pode ser observado no quadro comparativo a seguir:

Figura 8. Quadro comparativo entre o Parque Carioca e o Plano Popular.

Plano Popular da Vila Autódromo	Remoção e Reassentamento dos Moradores
<p>Planejamento Popular: O Plano é resultado da organização dos moradores da comunidade, com assessoria das universidades. Para sua elaboração, foram realizadas 3 oficinas de trabalho, 6 Assembléias com ampla participação dos moradores, além de reuniões com grupos de moradores, e do Conselho Popular da Plano, instaurado em janeiro.</p>	<p>A notícia da remoção chegou para os moradores através da mídia, sem contato anterior ou informações da Prefeitura direta para os moradores. Em reuniões com os moradores, a Prefeitura realimou que estava certa a remoção, sem possibilidade de diálogo ou apresentação de alternativas. A proposta de reassentamento foi apresentada aos moradores em uma reunião, e foi questionada pela maioria dos presentes (Veja em http://youtube.com/rc8ASfEe) Não houve audiência pública sobre o empreendimento proposto para reassentamento das famílias.</p>
<p>Custo do Terreno: R\$0,00 Moradores possuem direito de posse do terreno - Concessão de Direito Real de Uso para Moradia, concedido pelo Governo do Estado, desde a década de 1990.</p>	<p>Custo do Terreno: R\$19,9 milhões Estão previstas 920 unidades no terreno adquirido, considerando que são 450 famílias da Vila Autódromo (as demais vieram de outras comunidades removidas), a fração da área do terreno para o reassentamento da Vila Autódromo corresponde ao valor de R\$9.733.695,60 de terreno. Terreno que está sendo adquirido pela Prefeitura, pertencente a duas empresas que fizeram doações à campanha do Prefeito Eduardo Paes de pelo menos R\$245mil, e que se beneficiam com a remoção da comunidade com novos lançamentos imobiliários vizinhos à área.*</p>
<p>Custo estimado da Urbanização e Reassentamento na própria comunidade: 13.526.000,00 (Inclui estimativa de custo para urbanização, produção de 82 novas unidades, recuperação ambiental da faixa marginal da Lagoa de Jacarepaguá, e áreas de uso comunitário, esporte e lazer)</p>	<p>Custo estimado da Produção Habitacional para o Reassentamento no novo terreno: 28.350.000,00 (Referência de R\$43mil por unidade habitacional, limite do Programa Minha Casa, Minha Vida, para 450 famílias - sem considerar o elevado valor do terreno adquirido pela prefeitura)</p>
<p>Moradores que permanecem em suas casas: 368 Reassentamentos na mesma comunidade: 82</p>	<p>Moradores que permanecem em suas casas: 0 Reassentamentos em nova área: 450</p>
<p>Novas Unidades Habitacionais: 82 Área média: 76mq Unidades variando de 58mq a 95mq, com 1 a 3 quartos, com tipologias diferenciadas considerando as características das famílias que serão reassentadas. As unidades de 58mq são sobrados e casas unifamiliares, com possibilidade de ampliação para 72mq e 93mq, respectivamente. O menor apartamento, de 1 quarto tem área de 66mq. Área de reestruturação para produção de novas moradias: 5.710mq</p>	<p>Novas Unidades Habitacionais: 920 Área média: 49mq Unidades variando de 45mq a 62mq 50 blocos de pavimentos, com 720 apartamentos de 2 quartos, e 200 de 3 quartos (não é possível identificar qual serão destinados à Vila Autódromo)</p>
<p>Equipamentos sociais, comunitários e áreas de lazer: creche comunitária, parquinho infantil, academia do 3º idade, trilha ecológica, campo de futebol.</p>	<p>Equipamentos sociais e áreas de lazer: quadra esportiva, escola, trilha ecológica.</p>
<p>Recuperação Ambiental: O Plano prevê área de recuperação ambiental de Faixa Marginal da Lagoa e Beira de Córrego: 23mil mq Atende à Resolução CONAMA no. 369/2006, que dispõe sobre a regularização fundiária sustentável em área urbana nos casos de interesse social, para faixas de APP - Área de Preservação Permanente, definidas no Código Florestal.</p>	<p>Fragilidade Ambiental: O terreno adquirido era antiga área de mineração, e a maior parte de sua área está qualificada como de alto e médio risco, segundo mapa de suscetibilidade ao escorregamento da GeoRIO. A implantação das novas unidades, segundo projeto apresentado pela prefeitura desconsidera as fragilidades ambientais do terreno, e não foi apresentado para licenciamento ambiental</p>



Fonte: NEPLAC, 2013.

*Fonte: "Rio para R\$19,9mi por área de doador de Paes", O Estado de São Paulo, 6 de outubro de 2011.

Fonte:

Tanaka

(2019).

A partir da realização do plano, foi lançada a campanha “Viva a Vila Autódromo: Rio Sem Remoções”, pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas⁴⁸, que atingiu a mídia internacional, fazendo a luta da comunidade se tornar referência nacional. No entanto, a proximidade dos jogos agravou a tensão estabelecida sobre os moradores como relatam Tanaka *et al.* (2018, p.848):

Na medida em que se aproximam os Jogos Olímpicos houve um acirramento do conflito, com aumento das diversas formas de pressão sobre os moradores (psicológicas e físicas). No ano de 2014, moradores começaram a ceder e se iniciou a fase mais violenta do processo de remoção da Vila Autódromo. As primeiras famílias aceitaram mudar para apartamentos do conjunto Parque Carioca (do PMCMV), e iniciou-se o processo de demolição da Vila Autódromo, que seguiu pelos anos de 2015 e 2016 até as vésperas das Olimpíadas. Um coletivo organizado, apoiado por uma rede de movimentos sociais, entidades e lideranças resistia, mas a cada dia mais famílias cediam e as demolições das casas reduziam a área da comunidade. Com o aumento da tensão interna, mulheres da Vila Autódromo assumiram o protagonismo da resistência no trabalho cotidiano de identificar e organizar as famílias que resistiam, construir diariamente ações de resistência e visibilidade política e manter ativa uma rede de aliados (OLIVEIRA *et al.*, 2016; TANAKA, 2017).

Por fim, as propostas do Plano Popular acabaram não sendo implementadas e foram poucas as famílias que resistiram na comunidade. No entanto, sua luta e estratégia política se tornaram referências de resistência contra as remoções na cidade, inspirando novos sujeitos políticos, como concluíram Tanaka *et al.*, (2018 p.850) ao relatar a situação atual dos moradores:

sua luta contra a remoção se tornou emblemática e passou a inspirar outros processos de resistência e a constituição de novos coletivos políticos. Em junho de 2018, as vinte e duas famílias resistentes residem em novas casas construídas em meio a um imenso estacionamento construído para servir aos equipamentos olímpicos. Conscientes de sua importância política, valorizam a sua conquista enquanto reconstróem suas vidas e lutam pela complementação do projeto de urbanização da comunidade. Em função da resistência da comunidade, os moradores que primeiro aceitaram as propostas de remoção residem hoje em conjuntos habitacionais relativamente próximos, diferentemente do que aconteceu com quase todos os demais removidos na preparação para os megaeventos, hoje residindo a 30, 40 quilômetros de distância de suas resistências. Cerca de uma centena de famílias que resistiu à primeira ofensiva da prefeitura terminou por aceitar indenizações inéditas em casos de remoção no Rio de Janeiro – e, talvez, no Brasil –, conseguindo valores que consideraram o valor do solo, próximos ou mesmo superiores aos de mercado, ao invés das tradicionais remunerações com base nas benfeitorias realizadas.

⁴⁸ O Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas do Rio de Janeiro foi integrante da Ancop - Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, e tinha como objetivo “mobilizar uma ampla rede de organizações sociais, movimentos populares, sindicatos, órgãos de defesa de direitos e controle do orçamento público, universidade, com protagonismo das comunidades direta e indiretamente afetadas, para monitorar as intervenções públicas e privadas e articular ações integradas contra os impactos adversos da realização dos megaeventos esportivos na cidade” (FUNDO BRASIL, 2012).

Figura 9. Imagens da comunidade em 2006 e atualmente. Localização da Vila Autódromo, entre a Av. Salvador Allende e o Autódromo Nelson Piquet.



Fonte: Google Earth.

3.2 Plano Popular Das Vargens

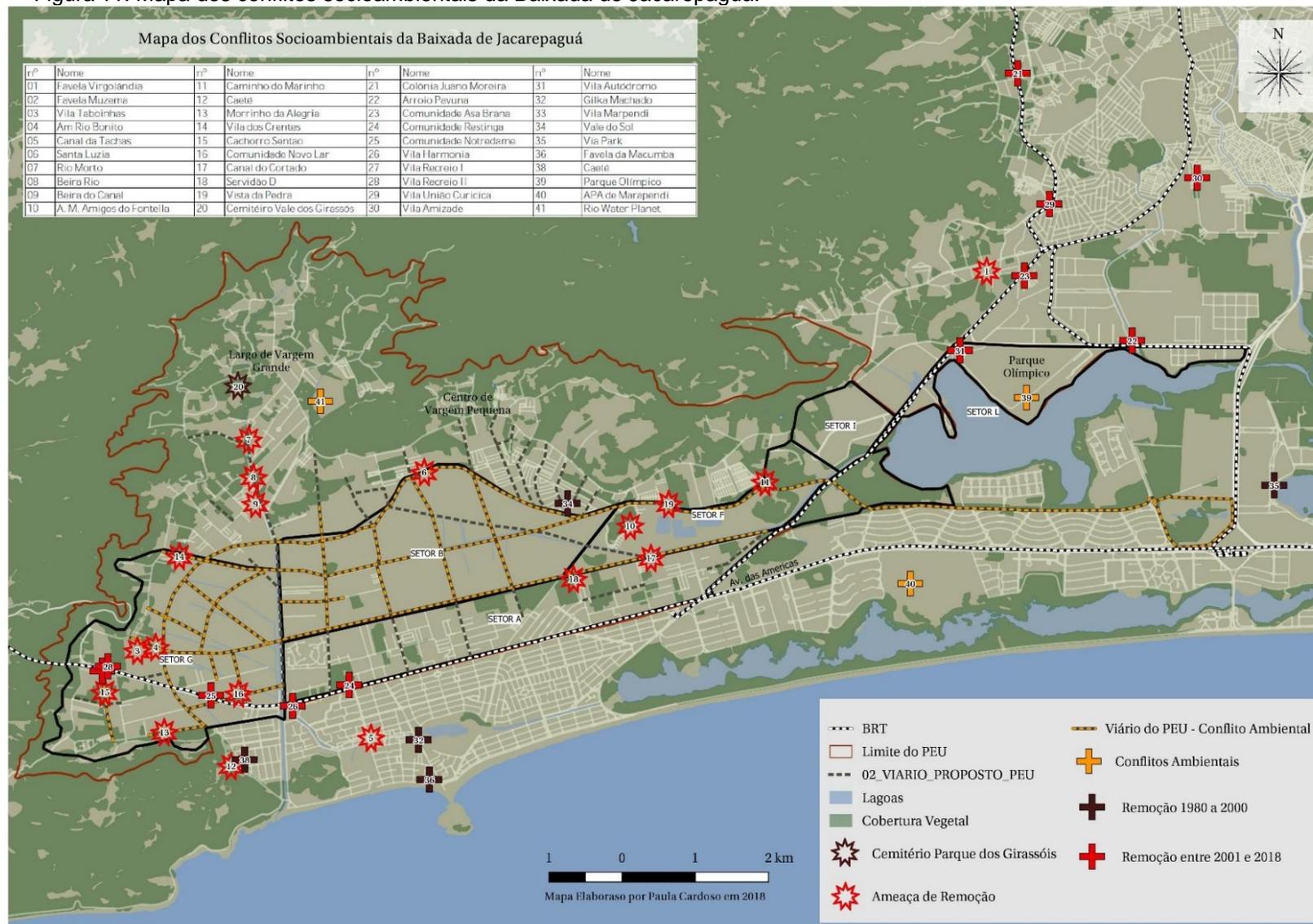
A região aqui chamada de “Vargens”⁴⁹ abarca os bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena e bairros próximos e se constitui, hoje, como uma importante área de expansão imobiliária da cidade. Localizada próxima à região litorânea da zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, esta área abrange localidades da Baixada de Jacarepaguá e a face sul do Maciço da Pedra Branca, que, em conjunto com o Maciço da Tijuca, irão formar os divisores do sistema hidrográfico da Baixada. Essa caracterização inicial da geomorfologia local se faz necessária, pois essas formações irão influenciar diretamente no histórico de ocupação e nas divergências com as propostas feitas pela prefeitura para a região. A extensa e heterogênea área que abrange os bairros da região concentra moradores dos mais variados perfis socioeconômicos, com populações de baixa renda e de classes médias e altas⁵⁰. A

⁴⁹ A denominação “Vargens” aparentemente foi criada pela Prefeitura do Rio de Janeiro no início dos anos 2000, quando o termo surge como referência à área delimitada para a elaboração do primeiro Projeto de Estruturação Urbana para a região.

⁵⁰ “A região das Vargens é uma área complexa e heterogênea, com uma população diversa distribuída em bairros com características muito distintas, com 27 mil habitantes em Vargem Pequena e 14 mil em Vargem Grande (dados de 2010) – áreas com expressiva concentração de população de baixa renda -, aos quais se somam ainda milhares de habitantes distribuídos em áreas pouco densas em Camorim e partes dos bairros da Barra da Tijuca, Recreio dos Bandeirantes – bem mais elitizados - e Jacarepaguá” (OLIVEIRA et al, 2019, p.19).

Figura 10 a seguir apresenta um mapa, desenvolvido por Moreira (2018), que demonstra a localização do Projeto de Estruturação Urbana das Vargens e a malha viária da região.

Figura 11. Mapa dos conflitos socioambientais da Baixada de Jacarepaguá.



Fonte:

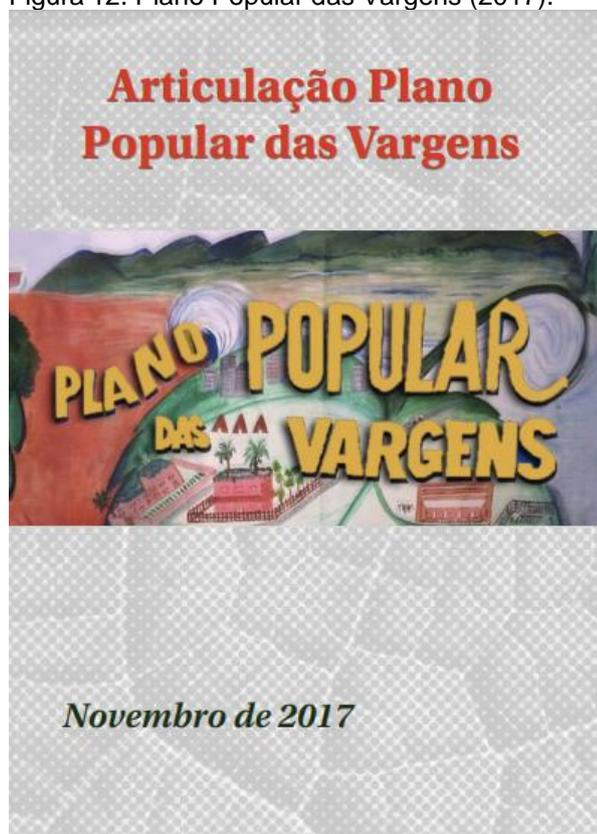
Moreira

(2018).

A partir da realização de encontros promovidos pela APP e do Curso de Extensão “Formação de Planejadores Populares: Construindo o Plano Popular das Vargens” organizado em conjunto com o NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ (APP, 2017) – no qual a autora deste trabalho pôde participar de alguns momentos –, foi elaborado um primeiro documento a partir das propostas debatidas durante esse processo.

O Plano Popular das Vargens é um instrumento de luta política contra a mercantilização da cidade. É resultado de um trabalho que se fundamenta na identificação de problemas reais, não inventados ou criados pelos interesses financeiros de poucos, mas se fundamenta no protagonismo dos moradores, visa os elementos necessários à proteção ambiental do bairro e elucida porque consideramos os parâmetros urbanísticos do PEU das Vargens inconsistentes e predatórios (APP, 2017, p.5).

Figura 12. Plano Popular das Vargens (2017).



Fonte: APPV (2018).

Como ressaltado no documento elaborado pela Articulação Plano Popular das Vargens (APP), o Plano Popular das Vargens (APPV, 2018) surge, inicialmente, como uma tentativa de resposta às propostas da prefeitura incluídas no Projeto de Lei Complementar Nº. 140/2015, que propõe uma Operação Urbana Consorciada (OUC) e o Projeto de Estruturação Urbana (PEU) das Vargens. O PLC Nº.140/2015

traz uma série de mudanças na legislação e propostas de intervenção que modificam as características da região, estimulam o adensamento e permitem a ocupação de áreas alagadiças. As propostas de intervenção física e de mudança na legislação do PEU e da OUC ameaçavam a permanência de mais de 40 comunidades na região (figura 11) e agrediam três importantes ecossistemas da região, resultando, caso implementadas, no adensamento da região em benefício do capital imobiliário (APP, 2017). Uma detalhada análise sobre o conflito foi esmiuçada por Moreira (2018) em seu trabalho de conclusão de curso no qual pode ser destacado, além dos mapas apresentados anteriormente, o quadro de sistematização dos conflitos a seguir:

Quadro 1. Sistematização dos conflitos.

Comunidade	Conflito	Protagonistas	Antagonistas
Vila Recreio II	Fundiário / Remoção	Comissão Informal de Moradores; Fundação Bento Rubião; Pastoral das Favelas; Defensoria Pública	Subprefeitura; FUNCEF; Eduardo Paes; Associação de Moradores
Vila Autódromo	Fundiário / Remoção	Associação de moradores; ONG Comcat; Movimentos Sociais; Conselho popular; Igreja Cat	Consórcio Rio Mais (Odebrecht, Andrade Gutierrez, Carvalho Hosken) e Prefeitura
Comunidade tradicional Quilombola	Ambiental / Remoção do Parque Estadual da Pedra Branca (o Parque foi criado em 1974 e existiam 5.000 famílias morando lá antes das remoções).	Agricultores; Agrovargem; Conselho Consultivo do Parque Estadual da Pedra Branca	Globo; Inca (Governo do Estado)
Caetê	Fundiário / Remoção (para abertura de vias)	Associação de moradores; Defensoria Pública.	Prefeitura (SEOP); Empreendedores locais; políticos locais (PMDB)
Morrinho da Alegria	Cultural / Identidade / Moradia	Grupo Folia de Reis; Educadores do Museu	Condomínio Pontal Oceânico; Empreiteiras

Fonte: Moreira (2018).

No entanto, o Plano Popular não se restringe às críticas ao projeto de lei e vai além: elabora propostas que atendem e respondem às expectativas da população local (APP, 2017):

Na luta popular contra o PEU das Vargens identificamos aquilo que não desejamos. Com este Plano, vamos além, pois avançamos também naquilo que almejamos, na construção de belas ideias palpáveis que podem e

devem acontecer. Neste documento, apresentamos alternativas para um modelo de cidade que sirva à cultura local e não ao mercado, que sirva à cidadania e à gestão democrática da cidade. Que se coloque como plataforma para o Bem Viver não só dos moradores das Vargens, mas de todo o Rio de Janeiro, a partir de uma relação horizontal entre conhecimento local, movimentos sociais e pesquisa científica (APP, 2017, p.5).

É interessante observar as protagonistas desta luta que, através de suas vivências, trouxeram importantes questões para a elaboração do Plano assim como lançaram luz às particularidades presentes na Zona Oeste da cidade, como relatam Tanaka et al. (2018, p.853):

A APP começou reunindo novas e antigas lideranças locais, principalmente mulheres, que atuam em diferentes esferas de luta: ativistas que participaram do movimento Ocupa Golfe, que denunciou ilegalidades relacionadas à construção do campo de golfe para as Olimpíadas de 2016, integrantes quilombolas que vinham lutando por reconhecimento, organizações agroecológicas, coletivos feministas e de movimentos de moradia. É importante ressaltar que o que se constituiu como maior potência da APP também se constitui como seu maior desafio: a associação entre agroecologia, moradia popular e proteção ambiental; questões que muitas vezes foram tratadas como opostas na construção do urbano.

Nesse sentido, o documento parte de princípios norteadores que irão sustentar as propostas apresentadas, são eles: “pelo direito à participação e empoderamento da população; pelo direito à moradia; pelo direito à cidade; pelo direito à agrobiodiversidade”.

O Plano deve ser, assim, o resultado de uma construção coletiva, de uma visão de futuro compartilhada entre todos aqueles comprometidos com essa luta comum. Entre os eixos principais de articulação das lutas que decorrem dessa iniciativa estão: o direito inalienável à moradia e ao plantar; o direito à cidade em termos de infraestrutura e mobilidade urbana; o direito à água e à agroecologia; e o direito de participar das decisões sobre o nosso destino. Atravessando todos esses eixos se estrutura também o direito das mulheres e a luta antirracista porque compreendemos que no rol de todas as opressões as quais somos submetidos, é preciso priorizar os setores mais vulneráveis a partir de um recorte de gênero, raça e classe. O resultado desse primeiro documento é apenas o ponto de partida para alçarmos nossos voos no sentido de construirmos um outro mundo possível. (APPV, p.5, 2017).

O plano foi enviado ao legislativo municipal e à prefeitura durante uma audiência pública realizada em 2017 na região. As formas tradicionais de ocupação do território, assim como novos modos de vida urbanos foram mais uma vez enfatizados através da reivindicação do “morar e plantar’ – que combinam as relações urbanas com tradições rurais refletindo trajetórias e heranças da população que ali habita” (TANAKA et al., 2018, p.853).

Figura 12. Audiência Pública realizada em 7 de outubro de 2017 para a entrega do Plano Popular das Vargens ao legislativo municipal e à Prefeitura, com a presença do então verador Renato Cinco



Fonte: Arquivo ETTERN.

Na próxima seção será introduzido o conflito da comunidade do Horto Florestal, localizado no bairro do Jardim Botânico, uma localidade permeada por diversos interesses e aspectos históricos marcantes, que serão aprofundados no capítulo seguinte

3.3 O Horto Florestal

O conflito em torno da comunidade do Horto Florestal, que foi estudado mais detalhadamente neste trabalho, tem a origem de sua história relatada a partir do trabalho realizado no Museu do Horto⁵¹, que conta a história dos primeiros moradores da comunidade Horto Florestal, composta por africanos escravizados trazidos a partir de 1578 para o trabalho no cultivo de cana de açúcar e café. A segunda onda de povoamento se deu por volta de 1811, quando trabalhadores de uma fábrica de pólvora e do Real Horto Botânico (fundado por D. João VI e que corresponde ao atual Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro)

⁵¹ Organização criada para reafirmar a identidade do Horto Florestal a partir da memória de seus moradores. Disponível em: <<http://www.museudohorto.org.br/>>.

foram convidados a residir próximos ao local de trabalho, sendo erguidas vilas com esta finalidade. A terceira onda de ocupação se deu a partir do advento da República, a partir das fábricas de tecido, com as crescentes construções de vilas operárias, características desta fase de industrialização. Desde então, com casas construídas a partir de autorizações federais do próprio Jardim Botânico e/ou do Ministério da Agricultura (de modo formal ou informal), os descendentes de trabalhadores da antiga fábrica e os que participaram da criação do Instituto, sendo alguns ainda funcionários, vivem na comunidade.

Para compreendermos o conflito que envolve a comunidade em sua completude é necessário elucidar o passado negro e quilombola deste território, que foi esmiuçado no trabalho desenvolvido por Laura Olivieri Carneiro de Souza (2012) sobre a comunidade do Horto.

Os moradores do Horto Florestal do Rio de Janeiro, esse lugar de memória da cidade, vêm sendo sistematicamente agredidos por forças e setores que desejam remover essa população, para em troca fazer daquele lugar um campo de novos empreendimentos culturais com a justificativa científica de expansão da pesquisa botânica e da conservação do patrimônio natural e histórico da cidade do Rio de Janeiro.

A ocupação tradicional que vem sendo desqualificada como “invasão” - e seus moradores chamados de “invasores”- integra a natureza do lugar há uma longa duração de tempo; uma duração histórica. Portanto, esses interessados na remoção da comunidade estão distorcendo completamente a história da região que inicia antes mesmo da formalização da antiga Freguesia da Gávea, no século XIX. (SOUZA, 2012, p.20)

Souza reafirma a comunidade como uma população tradicional na qual “foi possível perceber a pertença negra e/ou trabalhadora dos moradores tradicionais do Horto e sua identidade mameluca ou quilombola” (SOUZA, 2012, p. 25). A partir de relatos orais dos mais antigos moradores e de trabalhos de campo, a pesquisadora mapeou e divulgou um importante acervo de dados, relatos e monumentos que confirmam o povoamento deste lugar desde 1575, divulgados no que se tornou o Museu do Horto.

O Horto é *lugar de memória* (NORA, 1993) também de uma história da resistência negra na cidade do Rio de Janeiro. A localidade abrigou um dos centros da organização quilombola na cidade, interligando o Quilombo das Camélias no Leblon, o da Sacopã na Fonte da Saudade, e os outros que provavelmente havia no Alto da Boa Vista e nas matas da Freguesia da Gávea, como toda essa vasta região era conhecida. (SOUZA, 2012, p. 30).

A tese de doutorado de Souza identifica importantes lugares de memória, como um significativo ponto de resistência negra, uma construção no Morro das Margaridas anteriormente ocupada pelo conhecido Engenho D’el Rey e que fora

abandonada em 1596. Quando o Engenho se tornou o Engenho Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, a nova sede se deslocou para perto da capelinha da Santa Padroeira, onde atualmente é sediada a EMBRAPA, e o ponto anterior acabou sendo abandonado. As ruínas da Casa Grande se tornaram um Mocambo, que recebia negros livres, foragidos e pobres (SOUZA, 2012, p.31). Segundo Silva ([2003], *apud* SOUZA, 2003, p.31), “o mocambo do Morro das Margaridas foi, aos poucos, assumindo um papel político importante na resistência negra do lugar até se tornar, no século XIX, uma das pontas de articulação do movimento abolicionista na cidade do Rio de Janeiro”.

Descobrimos, aos poucos, que a população do Horto tem suas tradições referenciadas por um *ethos* rural e negro, porque deve ser um lugar *remanescente* de quilombos situados nas matas da antiga Freguesia da Gávea. Um *lugar de memória*, ou seja, um lugar que tem uma história tricentenária que se reproduz ou reapresenta no presente, a partir da atualização de seu passado, via *memória social*. (SOUZA, p.33).

Segundo a historiadora, pode se considerar que a disputa fundiária entre o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (IPJBRJ) e a população tradicional do Horto data de 1811, quando Dom João começa o processo de desapropriação das terras para construção da Fábrica de Pólvora. No entanto, este conflito se acirra em 1990, quando algumas famílias são violentamente removidas de suas casas (SOUZA, 2012 p.32).

O documentário *Horto lugar de memórias*, produzido pela equipe do Museu do Horto, demonstra, a partir de relatos dos moradores mais antigos da comunidade, a disputa fundiária que sempre esteve em questão. Uma das moradoras, Dona Conceição Martins Maciel, que na época do documentário tinha 82 anos, nascida e criada na comunidade, morava em uma das casas que foi cercada com portões pelo IPJBRJ, limitando a circulação dos moradores. Ela conta e Souza (2012) relata “que havia um antigo portão delimitando os limites dos territórios do Parque e do Horto Florestal, situado na área mais perto da montanha que faz fronteira com a Gávea. Na mesma latitude, perto da Rua Pacheco Leão, o que estabelecia o antigo limite era a Escola Municipal Julia Kubitschek (EMJK)”. A Escola em questão, fundada pelo presidente Juscelino Kubitschek em 1961, permanece no local, mas teve seu campus reduzido para a construção de um estacionamento do IPJBRJ, diminuindo o espaço de lazer das crianças.

Assim como o relato de Dona Conceição, Souza documentou a memória de muitos outros moradores, a fim de reconstruir, a partir da memória social, “as ruínas obscurecidas pela história oficial”.

Sou nascido e criado aqui, no Caxinguelê e eu era acostumado a brincar nesse portão que dividia a área do Jardim Botânico e dos moradores. (Raul Mynssen, morador, 2010, *apud* SOUZA, 2012).

O Dossiê Histórico do Horto Florestal do Rio de Janeiro (2013), desenvolvido pela historiadora Laura Olivieri Carneiro de Souza a partir de seu trabalho feito junto aos moradores, que culminou no Museu do Horto, relata que os limites históricos entre o IPJBRJ e a comunidade do Horto se dava por um portão, que separava o parque e a comunidade – moradias construídas de forma organizada e autorizada – e a Escola Municipal Júlia Kubitscheck, fundada pelo ex-presidente Juscelino Kubitscheck para atender as crianças que moravam na comunidade. No entanto, a escola teve seu campus reduzido pelo IPJBRJ nos anos 2000, para servir de estacionamento à entrada de carros IPJBRJ, impondo à comunidade um novo limite.

as senhoras são hoje reféns desses novos limites e, têm suas casas aprisionadas pelo portão do IPJBRJ que foi deslocado para adiante, fazendo com que os moradores tradicionais do Caxinguelê tivessem, de uma hora para a outra e compulsoriamente, suas casas “dentro do parque” (...) Do outro lado, adjacente ao morro que separa o Horto da Gávea, o antigo portão foi aberto e o público do parque passa pelas casas históricas e lugares de memória da comunidade. Durante alguns anos as vigas permaneceram no local. [...]. Hoje nem portão há, é tudo apresentado como território do IPJBRJ (Olivieri, 2013).

É inegável que o novo perímetro do Jardim Botânico, estabelecido pelo Plano Diretor do Jardim Botânico do Rio de Janeiro (2013), e que tinha como previsão a retirada de, no mínimo, 520 famílias do terreno, restando apenas 101 famílias, acirrou ainda mais o conflito e acabou por legitimar os argumentos da mídia hegemônica a favor da remoção dos moradores do Horto.

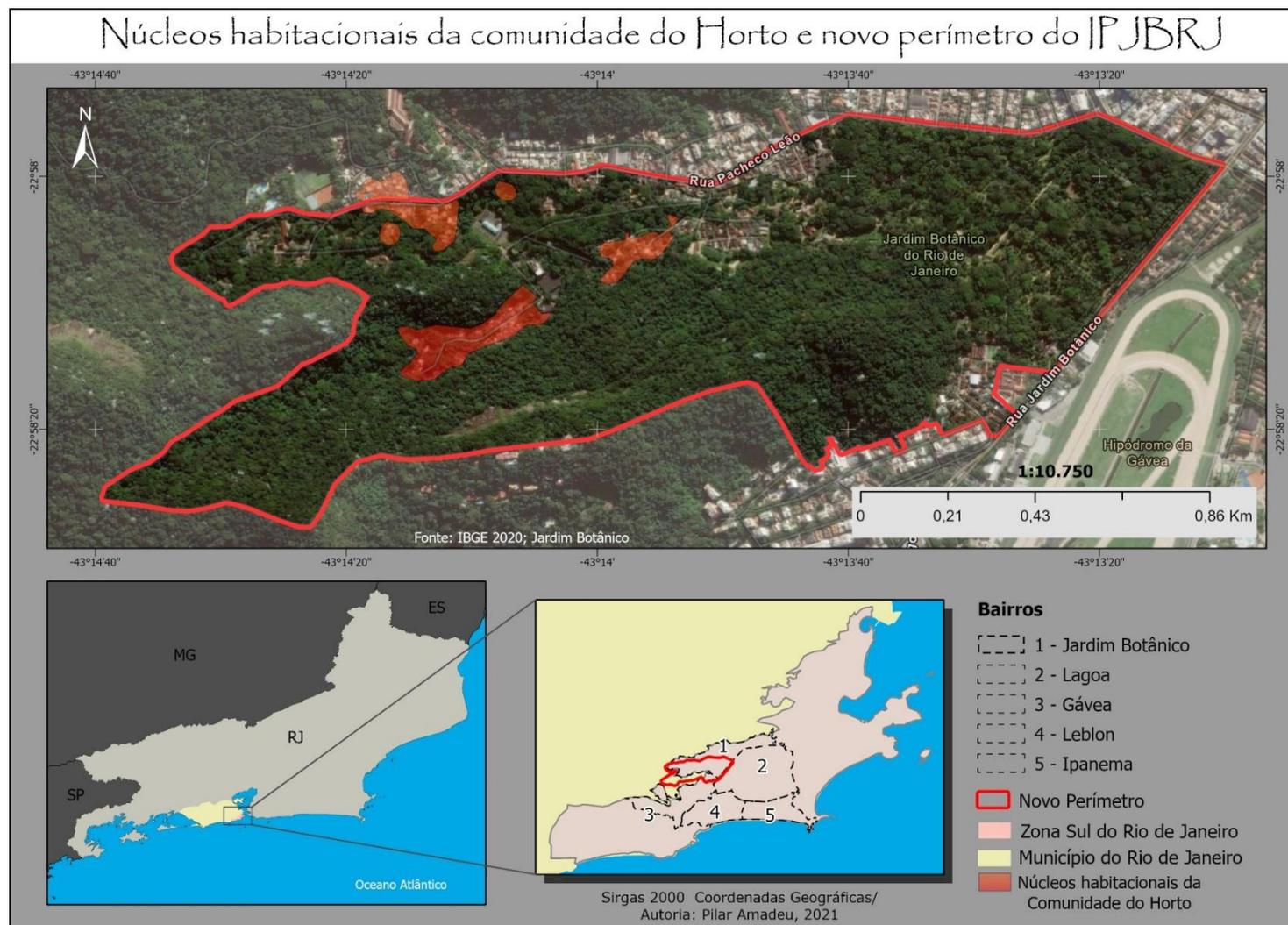
Diante do histórico apresentado, iniciou-se um conflito fundiário, o qual o próximo capítulo pretende elucidar, questionando as principais estratégias argumentativas utilizadas como justificativa para a remoção, analisando a atuação dos atores envolvidos e as estratégias utilizadas pela comunidade na luta por sua permanência, dentre elas a elaboração de um plano de regularização fundiária. Nesse sentido, será apresentada, no próximo capítulo, parte da luta histórica dos moradores do Horto, pois, como já mencionado, a luta desses moradores se inicia no tempo da escravização e muito dessa longa história já foi contada pelos próprios moradores em trabalhos desenvolvidos pelo Museu do Horto e diversos outros

trabalhos acadêmicos. Para o próximo capítulo, recortamos o período que antecede a realização do plano, o processo de elaboração e sua repercussão.

4 O CONFLITO DO HORTO – UMA LUTA BICENTENÁRIA: A LUTA E SUAS DIFERENTES NARRATIVAS

A comunidade do Horto se situa na Zona Sul do Rio de Janeiro, onde estão concentrados os bairros mais famosos e nobres da cidade e que, diante do interesse imobiliário sobre a região, é palco de um conflito fundiário que envolve os moradores do Horto e o Instituto Jardim Botânico, como é possível observar no mapa a seguir, e que será detalhado nas páginas que se seguem. Através das entrevistas realizadas, pretende-se apresentar as diferentes perspectivas sobre as estratégias de sobrevivência e permanência utilizadas pela comunidade e as características da intervenção do poder público. Assim, optou-se por analisar a luta a partir de dois eixos de observação: 1) o histórico de luta da comunidade a partir das narrativas dos diferentes atores entrevistados; 2) o Plano de Regularização Fundiária e Urbanística do Horto. No mapa apresentado a seguir se pode perceber a localização privilegiada da comunidade entre bairros nobres da Zona Sul do Rio de Janeiro.

Figura 13. Localização da comunidade do Horto e novo perímetro do IPJBRJ.



Dado o espaço conferido na grande mídia hegemônica à visão preservacionista do Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico, onde, frequentemente, os moradores da comunidade do Horto são reportados como “invasores” da área, durante as entrevistas optou-se por ouvir uma outra visão sobre o conflito, a partir dos pontos de vista de alguns atuantes atores sociais desta luta histórica da comunidade. Os entrevistados foram:

- Emília de Sousa – vice-presidente da Associação de Moradores e amigos do Horto;
- Margareth Bastos – Moradora do Horto
- Morador do Horto que preferiu não se identificar;
- Edson Santos – foi deputado federal e Ministro-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial durante parte do governo Lula (no período de 2008 à 2010), irmão de Emília de Sousa, nascido e criado na comunidade do Horto;
- Miguel Baldez – Procurador aposentado do Rio de Janeiro, fundador do Instituto de Estudos Críticos de Direito (IECD) e Assessor de Movimentos Populares, durante muitos anos foi advogado da Associação de Moradores do Horto;
- Fátima Tardin – doutora em Psicologia Social pela UERJ e atuante na assessoria a movimentos populares de luta por terra e moradia na cidade do Rio de Janeiro, integrante da assessoria técnica do Coletivo Jorge Borges e apoiadora do Horto;
- Ubiratan de Souza – doutor em Arquitetura pela UFRJ e coordenador do Projeto de Regularização Cadastral, Fundiária e Urbanística da Comunidade do Horto/Jardim Botânico do Rio de Janeiro;
- Reimont Luiz Otoni Santa Bárbara – Vereador do Partido dos Trabalhadores, responsável por retomar as discussões sobre o projeto de tornar a comunidade uma Área de Especial Interesse Social (AEIS) na Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro;
- Breno Pimentel Câmara – Coordenador-Adjunto do Projeto de Pesquisa do ETERN Observatório Permanente dos Conflitos Urbanos no Rio de Janeiro e apoiador do Horto

Este capítulo busca, portanto, analisar as diferentes falas dos atores envolvidos na luta pelo reconhecimento da Comunidade do Horto, com o objetivo de compreender as muitas forças que atuam neste território e como a conjuntura política influencia na permanência desta população.

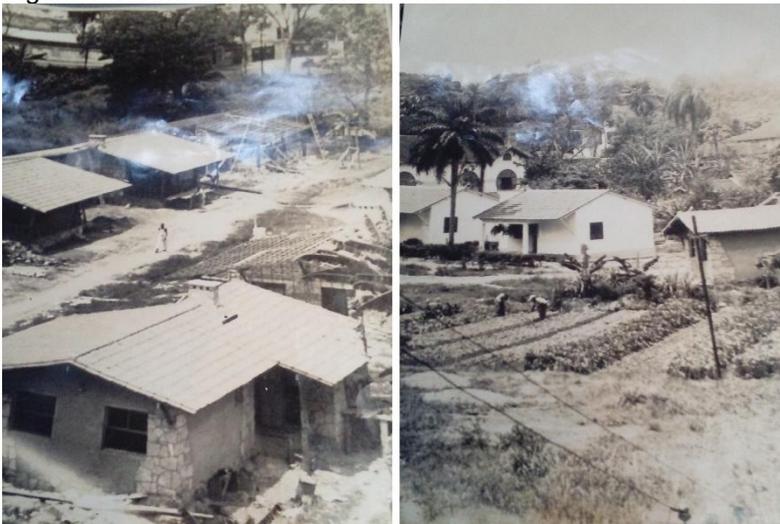
4.1 O histórico de luta da comunidade

Emília de Souza, atual vice-presidente da Associação de Moradores do Horto, relata que foi para comunidade aos três anos de idade, há mais de sessenta anos atrás, quando seu pai foi trabalhar no Instituto Jardim Botânico e sua família, que

morava em São João de Meriti, foi convidada a morar próximo ao Instituto. A história se repete entre as centenas de filhos de funcionários que hoje moram em casas construídas por seus pais na comunidade. Como relata Souza (2012, p.197), para além das primeiras ondas de ocupação, que foram mencionadas na seção 3.3, “sobretudo, a comunidade é fruto dos trabalhadores do Horto Florestal do Rio de Janeiro, um órgão ligado à Sociedade das Florestas do Brasil e diretamente ao Ministério do Planejamento da União desde 1875”. No entanto, como o acordo fora realizado de maneira informal fez com que a maioria dessas famílias ficasse sem o registro por escrito da concessão para uso da terra.

O Horto Florestal do Rio de Janeiro existe com esse nome desde 1875 e, portanto, desde então, minimamente, há que se reconhecer que existe uma população que reside ali historicamente. Esses moradores produziam o reflorestamento das encostas da área, que haviam sido desmatadas para lavouras de cana de açúcar e do café. (SOUZA, 2012, p.197).

Figura 14. Comunidade do Horto em 1945.



Fonte: Fotos de arquivo da família cedidas pela moradora Margareth Bastos durante entrevista.

Até a década de 1980, conta Emília, a comunidade sofria com a dificuldade de acesso e falta de infraestrutura urbana. A chegada da Rede Globo de televisão no bairro do Jardim Botânico, no início da década de 1970⁵², foi um marco na história da comunidade.

Com a Globo, vieram os intelectuais, os artistas, os banqueiros... Então, na verdade, a área começou a valorizar. [...] Muita gente nem sabia desse local. Aqui só foi ter uma projeção devido aos ataques da mídia, do sistema

⁵²A taxa de crescimento do estoque residencial da Região Administrativa da Lagoa (a qual se inclui o bairro Jardim Botânico) quase triplicou na década de 1970, se comparada à década anterior. Conforme aponta Abramo (1988, p. 186), “em 1976, a produção de moradias atinge seu ponto máximo em termos absolutos e a participação relativa do acréscimo de unidades residenciais da Lagoa em relação ao total da cidade tem seu pique entre 1974 e 1976”.

Globo mais precisamente falando. E aí quando começaram esses ataques da mídia, com a valorização da área, a comunidade começou a ser vista, a ser catalogada, como invasora. Então pra Globo e pro grande capital, nós somos os invasores. (SOUZA, 2016).

Faz-se necessário relatar que a primeira tentativa de remoção dos moradores do Horto ocorreu em 1961, quando o governador Carlos Lacerda elaborou um plano de remoção da comunidade para a implementação de um projeto do Cemitério Parque Santa Catarina de Siena. Oito anos depois, em 1968, um decreto presidencial doava cerca de 140 mil m² da área do Horto para o BNH, a fim de construir conjuntos habitacionais. Os dois grandiosos projetos então elaborados não se concretizaram devido à mobilização e organização da comunidade que se fundamentou em seu papel na preservação ambiental e cultural da área⁵³.

Na década de 1980, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF – extinto na mesma década e substituído pelo IBAMA), ao qual o Jardim Botânico era subordinado, através de sua Procuradoria Geral, emitiu notificações para cerca de cem famílias, que deveriam deixar suas casas dentro do prazo de trinta dias, sob a alegação de que estas se encontravam em situação irregular e contribuía para a degradação do parque. Foi nesta década, também, que Gohn (1991, p.11) afirma ter ocorrido uma “politização do setor social”. Segundo a autora, as grandes mobilizações confluíram para o plano institucional, isto é, “passou a ocorrer um processo de juridicização da sociedade organizada”, como se observa no trecho:

a sociedade civil organizada passa a buscar inscrever em leis seus direitos e deveres, ou seja, passa a querer interferir diretamente na sociedade política, nas regras e mecanismos de funcionamento da sociedade e do Estado via poder legislativo (GOHN, 1991 pp.11).

Foi, portanto, neste momento que a comunidade começa a se organizar e, em junho de 1982, é criada a Associação de Moradores e Amigos do Horto (AMAHor), que passa a se articular e a resistir aos ataques e crescentes ameaças de remoção.

Para uma melhor compreensão deste conflito, julgou-se importante dividir os momentos a partir dos mandatos no governo federal, instância que detém o controle dessas terras, partindo do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), entre 1995 a 2003, e finalizando com o governo de Michel Temer, iniciado no final de agosto de 2016 e concluído em dezembro de 2018.

A escolha do governo FHC para início desta análise se deve ao relato do ex-deputado federal e ex-ministro Edson Santos sobre as ameaças de remoção que,

⁵³ Projeto de Lei Nº 161/2009 (SENADO, 2019).

segundo ele, se intensificam neste governo a partir de leis que visavam a preservação do Jardim Botânico sem considerar, no entanto, o processo anterior de ocupação da comunidade do Horto:

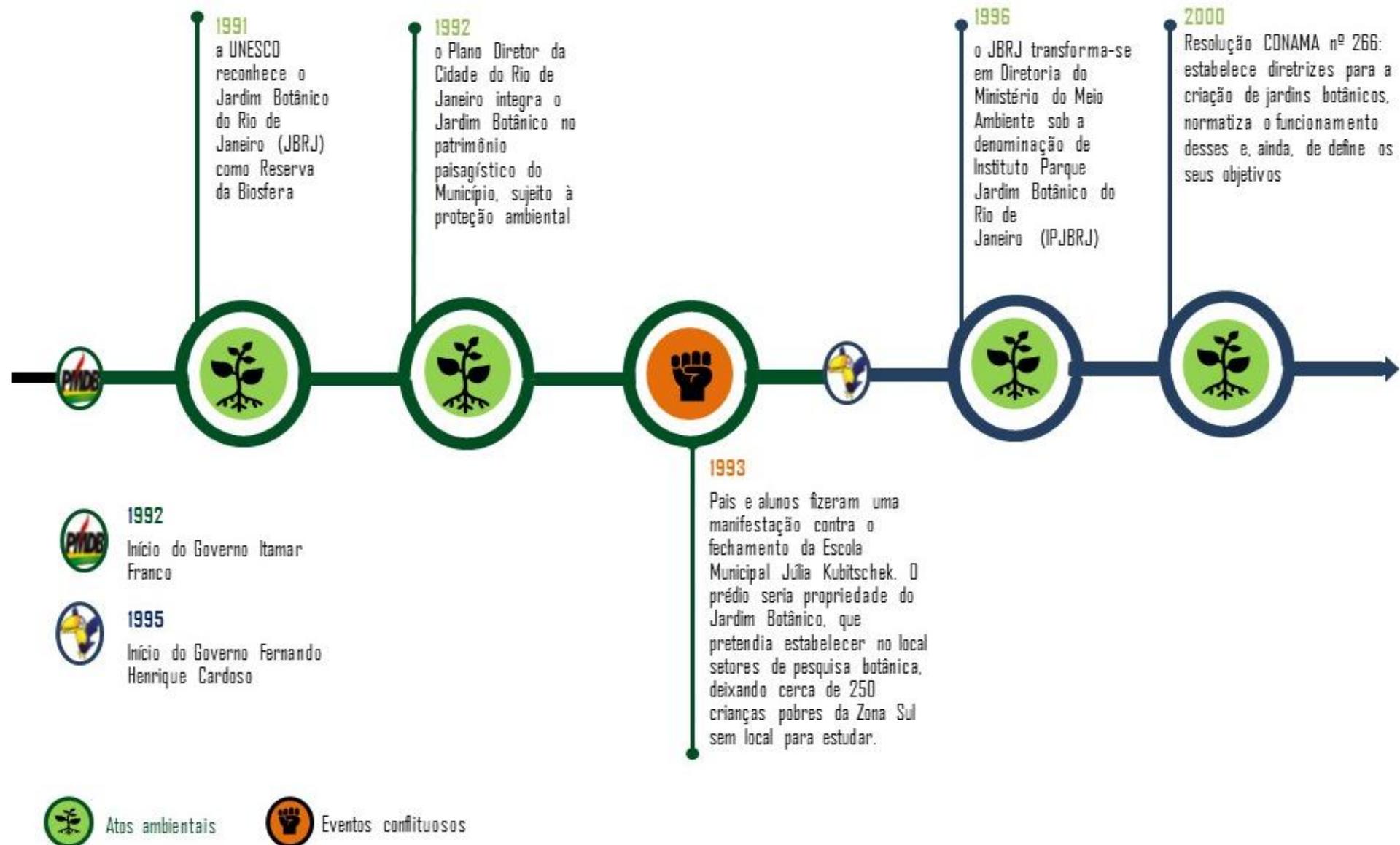
Isso deu base legal para as investidas que hoje se faz contra a presença dos moradores do Horto. É uma lei que vem e não considera ali uma área já habitada, desconsidera isso; ao desconsiderar, dá fundamento a leitura de quem julga, que são os juizes, de que os moradores são invasores. (SANTOS, 2017)⁵⁴.

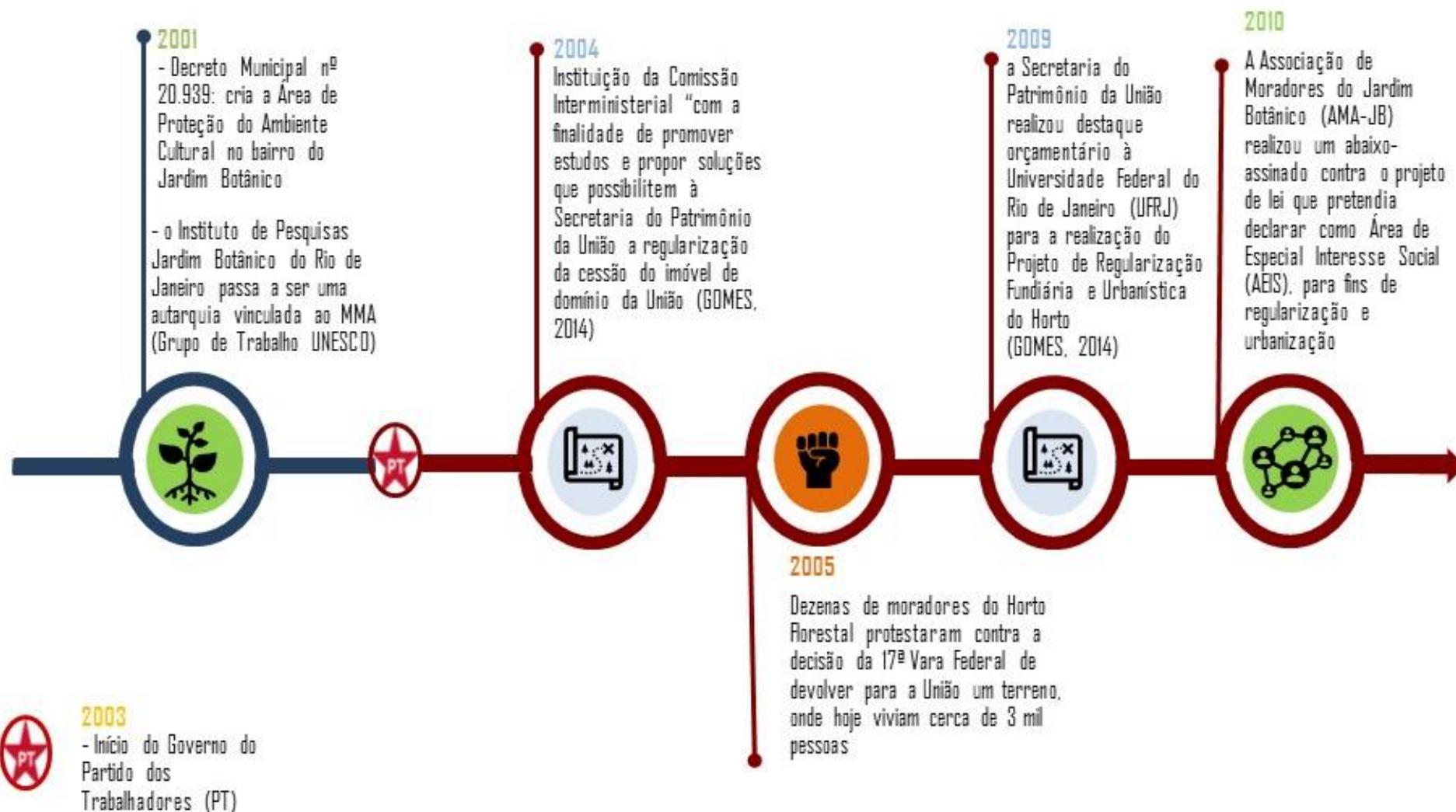
A lei que o ex-ministro cita, na verdade, corresponde a um conjunto de leis aprovadas ao longo do governo FHC. Com o objetivo de melhor ilustrar essa evolução das políticas desse período, foi construída uma linha do tempo partindo de anos anteriores ao governo FHC, a fim de entender e visualizar melhor a cronologia destas leis e fatos que resguardam o Instituto, ao mesmo tempo em que ameaçam ainda mais os moradores⁵⁵. Nesta linha do tempo, destacamos alguns dos eventos jurídicos que marcaram o histórico do conflito, assim como, os conflitos protagonizados pelos moradores em sua luta pela permanência. A figura 15 a seguir apresenta a linha do tempo que sintetiza as principais leis, fatos e conflitos envolvendo a comunidade do Horto, de 1991 até 2016.

⁵⁴ Entrevista concedida à autora em 29/03/2017.

⁵⁵ Cabe destacar que um esmiuçado panorama do imbróglio jurídico que envolve a comunidade pode ser apreciado em Gomes (2014).

Figura 15. Linha do tempo: leis, fatos e conflitos envolvendo a comunidade do Horto.





Eventos conflituosos protagonizados pela AMAHOR



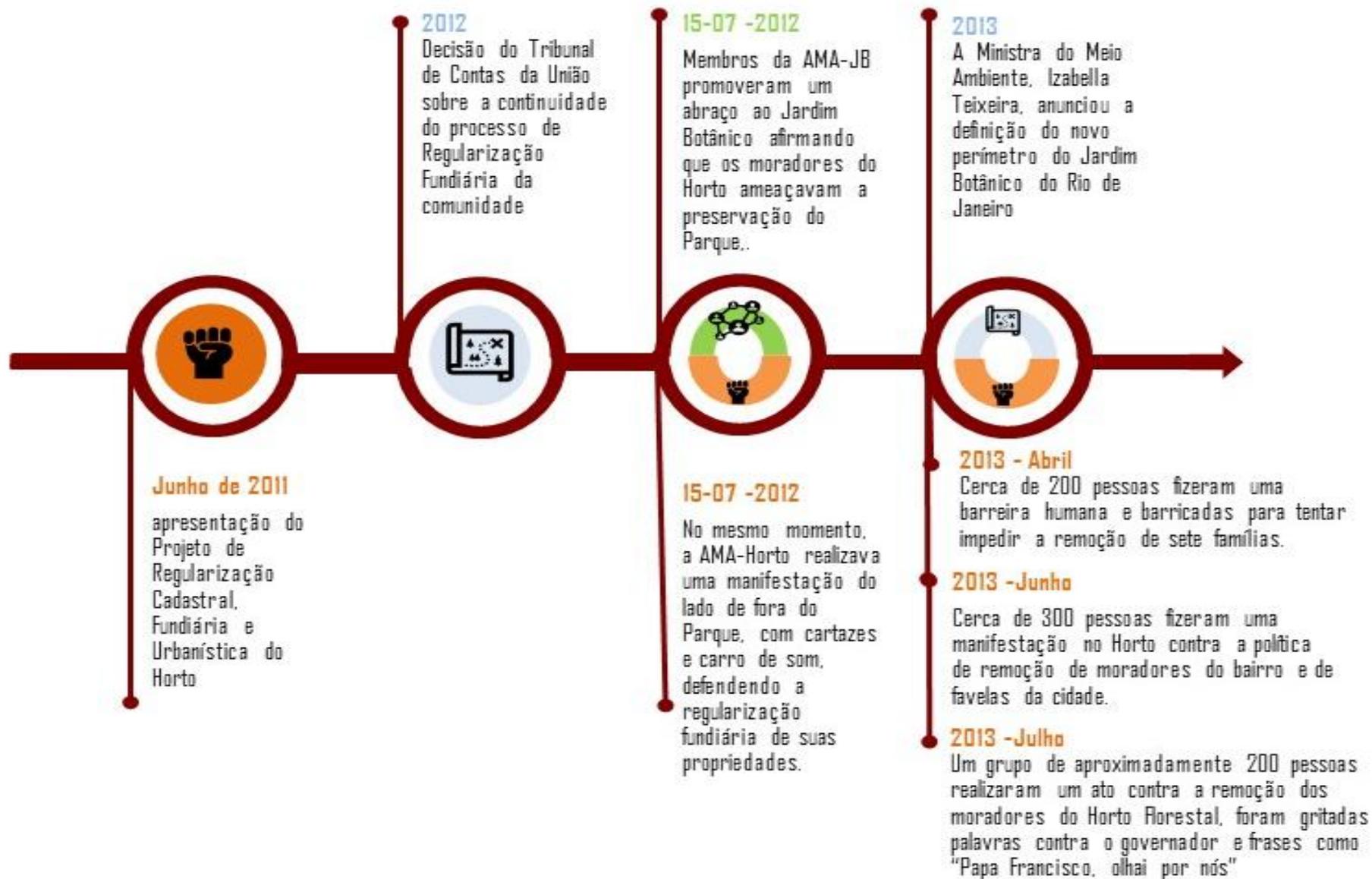
Eventos relacionados a regularização fundiária



Eventos conflituosos protagonizados pela AMA-JB



Atos ambientais



Eventos conflituosos protagonizados pela AMAHOR



Eventos relacionados a regularização fundiária



Eventos conflituosos protagonizados pela AMA-JB



Atos ambientais

2014 - Maio

Reintegração de posse do Clube Caxinguelê. Moradores relatam que houve disparos de balas de borracha e gás de pimenta disparados pela PM.



2014 - Maio

Moradores do Horto tentaram resistir à reintegração de posse do Clube Caxinguelê. A AMA-Horto conseguiu uma reunião com o então secretário da Presidência da República, Gilberto Carvalho.

2014 - Junho

Moradores do Horto fizeram protestos, com a reivindicação de "Quem não quer morar com gente humilde, que se mude para a Suíça!". O prefeito Eduardo Paes antes favorável a remoção deu uma declaração de apoio aos moradores do Horto e sua permanência.

2014 - Agosto

Em um ato de quase sete horas, moradores do Horto fizeram uma manifestação pela permanência no local, eles se mostravam preocupados com a segurança após a ocupação da sede administrativa do instituto de pesquisas.



- Agosto de 2016 : votação do impeachment de Dilma Rouseff

- Início do Governo Temer



2016 - Março

Moradores do Horto fizeram uma manifestação contra a remoção das 520 casas pela Jardim Botânico, os moradores ocuparam o parque, que ficou fechado para o público por três horas, só reabrindo por volta das 13h

2016 - Março

Moradores fizeram uma manifestação após o anúncio da incorporação dos 130 hectares do Horto pelo Parque, passando a constar do Registro Geral de Imóveis em nome da União. Essa medida representava mais um elemento para que o governo removesse as 520 famílias que vivem no Horto.

2016 - Novembro

Moradores do Horto resistiram à reintegração de posse da casa de uma família que permanece na comunidade há mais de 40 anos. A Polícia Militar interditou a Rua Pacheco Leão e os moradores utilizaram plantas e carros como barricadas para resistir à ação truculenta do Policiais do Batalhão do Choque.

2016 - Novembro

Após ação truculenta, moradores saíram em caminhada da comunidade, reivindicando o fim das remoções na comunidade e a continuidade do projeto de regularização fundiária, iniciado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU) em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).



Eventos conflituosos
protagonizados pela
AMAHOR



Eventos relacionados a
regularização fundiária



Eventos conflituosos
protagonizados pela AMA-JB

O Instituto Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi declarado integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA), sendo um de seus postos avançados, “por estar dentro do perímetro da Reserva e por desenvolver ações estipuladas dentre as funções da RBMA, quais sejam: a proteção da biodiversidade, o desenvolvimento sustentável e o conhecimento científico, servindo assim como instrumento para a implantação e difusão dos conceitos e princípios da Reserva” (JARDIM BOTANICO RJ, 2020). Esta peculiaridade do Instituto, diferente de outros Jardins Botânicos no Brasil, torna o conflito fundiário ainda mais complexo, uma vez que a comunidade do Horto também foi inscrita como parte da Reserva da Biosfera no Programa sobre o Homem e a Biosfera da Unesco. Em entrevista ao site da organização Agência Pública, o especialista da Unesco, Ferreira Lino, afirmou:

A gente imaginou essa reserva como um conjunto das três entidades, porque cada uma tinha características e componentes particulares. O Horto Florestal tem a historicidade, o desenvolvimento da silvicultura e um papel fundamental na formação dos pesquisadores. O Jardim Botânico tem mata atlântica e espécies exóticas, e o Parque da Tijuca tem floresta nativa e replantada. (...). A reserva já pensa no homem dentro da natureza, e por isso se chama ‘Homem e Biosfera’. A comunidade do Horto vive ali há muito tempo, deve-se considerar os moradores. Sem dúvida no Horto tem remanescentes da escravidão, ali se encontram laços dominantes de descendentes. Eles não são invasores, nem de má-fé” (A PÚBLICA, 2017).

No entanto, o estabelecimento desta categoria de reserva, aliado ao Plano Diretor de 1992 – que coloca o Jardim Botânico do Rio de Janeiro como integrante do patrimônio paisagístico do Município, sujeito à proteção ambiental – trouxeram importantes elementos protetivos para a disputa jurídica a favor do Instituto. Sobre este assunto, Luiz Claudio Moreira Gomes, em sua tese de doutorado destaca:

A questão da área efetivamente tombada do Jardim Botânico, afigura-se controversa, conforme informação obtida no Procedimento nº 032.772/2010-6, que se encontra no Tribunal de Contas da União: “Os processos de tombamento 101-T-38 (Jardim Botânico) e 633-T-73 (Horto), citados anteriormente, estão atualmente em tramitação conjunta no IPHAN por conterem sucessivos pareceres técnicos produzidos dentro desse órgão que convergem em propor ratificação do tombamento do JBRJ para melhor detalhamento da área geográfica que estiver atingida por ele, área esta pesquisada, definida e demonstrada como tendo os limites territoriais originais, historicamente pertencentes à instituição, verificados conforme os mapas, os relatórios, os laudos de vistoria e outros elementos técnicos ali juntados”. No mesmo sentido, a informação contida no processo nº 00405.00827/2010-50, junto à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, prestada pelo procurador do IPHAN, Dr. Heliomar Alencar de Oliveira: “Sob o prisma da proteção do patrimônio cultural, o Procurador do IPHAN esclareceu que toda a área onde se encontra situado o Jardim Botânico encontra-se tombada, o que afeta também o entorno da área. Esta condição implica em que qualquer edificação ou ampliação de edificação dentro da área exige autorização do órgão, que leva em conta a manutenção da harmonia arquitetônica e paisagística do local. Por outro

lado, a indefinição da área exata do Jardim Botânico sempre dificultou o estabelecimento de uma regulamentação-padrão, bem como a fiscalização da área”. (GOMES, 2014, p.105)

Cabe destacar que o ano de 1992 foi um importante ano para o avanço da discussão ambiental no Brasil. A realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92 ou Rio 92, no Rio de Janeiro, despertou a eclosão no país de uma série de estudos e reflexões que partiam da questão ambiental para problematizar diversos campos do saber, como as Ciências Políticas e Sociais.

Seguindo a narrativa dos acontecimentos que antecederam o governo FHC, consta nos registros do Observatório de Conflitos Urbanos uma manifestação em 1993, em que *“pais e alunos da Escola Municipal Júlia Kubitschek interditaram a Rua Pacheco Leão para protestar contra o fechamento do colégio. O prédio seria propriedade do Jardim Botânico, que pretendia estabelecer no local setores de pesquisa botânica, já que não havia áreas para esse tipo de atividade. Segundo a direção da escola, 250 crianças pobres da Zona Sul ficariam sem local para estudar”*. A Escola, que se manteve, teve, no entanto, seu campus reduzido pelo IPJBRJ nos anos 2000, para servir de estacionamento à entrada de carros no IPJBRJ.

Como falado anteriormente, esta seção busca fazer uma retomada cronológica de alguns fatos que marcaram o conflito ao longo dos anos. Dessa forma, optou-se por analisar a conjuntura política a partir dos mandatos federais, responsáveis legais pela administração fundiária do local. Portanto, a partir das entrevistas realizadas, foi concluído que esta análise começaria através de alguns marcos que ocorreram durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), que se inicia na próxima sub-seção.

4.1.1 Governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002)

O governo Fernando Henrique Cardoso foi permeado pelas discussões ambientais que vinham acontecendo no Brasil desde a realização da Eco-92 e foi nesse contexto que foram nomeados seus três ministros do meio ambiente: Gustavo Krausse (1995), José Sarney Filho (1999) e José Carlos Carvalho (2002). Sob o comando do primeiro deles, Gustavo Krausse, em 1996, o JBRJ se transformou em Diretoria do Ministério do Meio Ambiente sob a denominação de Instituto Parque Jardim Botânico do Rio de Janeiro – IPJBRJ (até então o JBRJ era subordinado ao

Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF). Ainda assim, este foi um momento em que havia diálogo entre os moradores do Horto e o governo federal, como relatou o ex-ministro Edson Santos. Segundo ele, esse diálogo se manteve durante o governo posterior, sob o mandato do presidente Lula, exceto no período em que Marina Silva se torna ministra do meio ambiente, quando a temática da remoção volta a aparecer, como veremos adiante. A atual vice-presidente da Associação de Moradores do Horto, Emília de Souza, reafirma esta informação:

o Sarney, quando foi ministro do meio ambiente no governo Fernando Henrique, ele nunca foi contra a gente, tivemos duas reuniões com ele e ele sempre falou que não tinha necessidade... Mas agora não sei, né, a terra não valia tanto quanto hoje⁵⁶, não tinha tanto interesse da Globo como tem hoje, e dos banqueiros, aí não sei qual vai ser a posição dele. É complicado [...] (Emília de Souza em entrevista concedida à autora em Outubro/ 2016).

Apesar do relato de uma certa postura passiva de José Sarney Filho em relação à remoção dos moradores do Horto, os anos 2000 e 2001 foram anos importantes para o avanço de leis que resguardavam o IPJBRJ, quando marcos legais foram implementados com esta finalidade, tais como: a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 266 de 03 de agosto de 2000, que estabelece diretrizes para a criação de jardins botânicos, normatiza o seu funcionamento e define os seus objetivos, implementada por José Sarney Filho (presidente do CONAMA naquele momento); o Decreto Municipal nº 20.939 de 24 de dezembro de 2001, que cria a Área de Proteção do Ambiente Cultural no bairro do Jardim Botânico; além da Lei nº 10.316, originária do Projeto de Lei Nº 4.838, de 2001, que teve como relator o então deputado federal Fernando Gabeira e que criou o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro como uma autarquia federal vinculada ao Ministério do Meio Ambiente. Assim, foi conferido ao IPJBRJ autonomia nas decisões administrativas e financeiras o que, segundo Edson Santos, agravou a relação conflituosa entre moradores e o Instituto.

As eleições de 2002 elegeram para a presidência Luíz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, do qual Edson Santos fazia parte. As contradições e avanços trazidos por este governo serão tratados na próxima sub-seção.

⁵⁶Cabe destacar que, no momento da entrevista, José Sarney Filho havia voltado ao Ministério do Meio Ambiente, como ministro do então presidente Michel Temer.

4.1.2 Governo Lula (2003 – 2010)

O primeiro mandato do governo Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), representou uma mudança nas políticas voltadas para os movimentos sociais até aquele momento. Abers *et al.* (2014) afirmam que, ao assumir a presidência, a expectativa da sociedade civil sobre o partido era de que alguns instrumentos de participação da sociedade civil que vinham obtendo sucesso nas gestões municipais, como, por exemplo, o Orçamento Participativo, fossem colocados em prática, promovendo, assim, uma ampla reforma democrática do Estado. Dessa forma, a gestão do presidente Lula fortaleceu antigos conselhos de políticas públicas e criou novos, respondendo a pressões políticas de diversos setores.

A presença de militantes e de antigos líderes sindicais ocupando altos cargos governamentais desenhava a conjuntura deste novo governo. Tatajiba (2010) afirma que esta ampliação da participação popular surgiu de uma demanda da sociedade civil durante o processo de redemocratização do país que se desenhava desde o final da década de 1970, marcado por fortes problemas sociais e crises no setor público. Essa conjunção de fatores possibilitou o “questionamento do padrão centralizador, autoritário e excludente que marcara a relação entre as agências estatais e os beneficiários das políticas públicas, assim como o reconhecimento da incapacidade do Estado de responder às demandas sociais”. Assim, segundo Tatajiba (2010), a participação era um tema que permeava as expectativas da sociedade civil em relação à democracia que estava em construção: “uma democracia para todos, a partir da ativação da mobilização e do poder das classes populares”.

Nesse contexto se insere a aposta feita por vários movimentos sociais brasileiros, em estreita conexão com determinados atores da arena político-institucional, na luta “por dentro do Estado” como estratégia de transformação social. O próprio surgimento do Partido dos Trabalhadores se insere no âmbito dessa aposta. Uma aposta que gerou lutas longas, e no geral árduas, que resultaram na criação e reconhecimento de novos direitos de cidadania que mudaram o ambiente político no qual os governos deveriam passar a operar desde então. Essas conquistas legais testemunham os avanços de uma agenda de esquerda e confirmam que, apesar de todas as resistências e contramarchas, o projeto participativo se impôs como princípio na sociedade brasileira. (TATAGIBA, 2010, p.66).

Em uma pesquisa sobre o perfil social e político dos ocupantes dos mais altos cargos do governo federal neste período, D’Araujo (2009, p.120), ao analisar a trajetória política dos ministros, conclui que cerca de 43% deles na primeira gestão de Lula e 45% na segunda tinham alguma relação com movimentos sociais

(movimentos sindicalistas e movimentos sociais em geral), marcando um forte contraste quando comparados aos governos anteriores, o que demonstraria a ampla representatividade de diferentes interesses no governo. Dessa forma, Abers *et al.* (2014, p. 328) demonstram como as diferentes instituições passaram por mudanças que resultaram em um “aumento da importância formal no processo de elaboração de políticas públicas, através de conselhos e conferências”, partindo de análises de atores estatais, invertendo a lógica analítica comumente utilizada em que a dinâmica participativa é observada através de atores da sociedade civil. Dessa forma, o estudo apresenta os atores do Estado “como militantes e não apenas como engrenagens das burocracias, colaborando para o debate em torno da heterogeneidade do Estado brasileiro” (ibid. 2014, p.328).

Esta abordagem se faz interessante, pois foi dentro deste contexto que Edson Santos, do Partido dos Trabalhadores, nascido e criado na comunidade do Horto, que já havia sido vereador e deputado federal, além de ser um reconhecido militante dos direitos humanos, foi nomeado como Ministro-Chefe da Secretaria Especial e Políticas de Promoção da Igualdade Racial, em 2008, durante o segundo mandato do Governo Lula. No entanto, “nem tudo são flores” nesta relação que se construiu entre movimentos sociais e Estado, como afirmou o ex-ministro em entrevista com a autora:

Era muito difícil fazer esse diálogo dentro do governo. E eu, na posição de ministro, ficou pior ainda. Eu era ministro, então fiquei meio amarrado dentro daquela lógica do ministério. Eu acho, assim, do ponto de vista auto-crítico, eu acho que cometi alguns erros ali na relação com o governo tendo em vista a questão do Horto. Mas o Lula recebia a população, o Lula segurava a história, pelo fato de ser o Lula, entendeu? O Lula tem essa coisa assim muito forte nele, então ele acabava sendo uma blindagem às tentativas de remoção da população. Tinha ali o Lula e o Gilberto Carvalho, que é o secretário geral, uma pessoa de confiança do Lula, e que tinham muito clara essa questão do Horto. Mas o Ministério do Meio Ambiente, você viu que a Marina saiu do governo, a Marina fazia chantagem, ameaçava sair... (...) Não era uma pessoa que podia ser descartada... E o presidente do Jardim Botânico também era um cara de esquerda, o Listz Vieira, e que quando chega no Jardim Botânico muda de lado. (...) Então dentro do PT nós tínhamos problemas. (Edson Santos em entrevista concedida à autora em Março/ 2017).

Sobre o embate dentro do próprio governo, é importante ressaltar a importância do Ministério do Meio Ambiente neste conflito. Durante boa parte do governo Lula, o ministério foi comandado por importantes figuras do PT: Marina Silva e Carlos Minc. No entanto, como ressaltou Edson Santos, havia discordâncias dentro do próprio partido em relação ao conflito do Horto. Segundo ele, essa disputa

interna se deu porque quem se posicionava contra os moradores do Horto foi mais incisivo em suas colocações do que os que eram a favor. Apesar de, segundo ele, muitos integrantes do partido, como o então deputado federal Jorge Bittar, o vereador Reymont, o deputado estadual Gilberto Palmares e a maioria do PT, se posicionarem a favor dos moradores. No entanto, isso se tornou um problema, uma vez que não havia uma posição oficial do PT em relação ao Horto, uma questão fundamental para o delineamento de outras questões relacionadas com comunidades na cidade do Rio de Janeiro.

E é importante dizer que no PT também tinha problema em relação a isso. Muitos defendiam o Listz, por razões até de estarem trabalhando no Ministério do Meio Ambiente. Então teve uma reunião do Diretório Nacional aqui no Rio de Janeiro, no hotel Guanabara, e que a questão do Horto foi levantada, e ia ser votada uma moção em apoio à comunidade. O Joaquim Soriano, que é o líder da Democracia Socialista, levantou e pediu pra não, impediu a votação. Por que? Ele era funcionário do Ministério do Meio Ambiente. É a esquerda do PT, entendeu? É esse pessoal que fala que o PT tem que mudar e fez isso. (Edson Santos em entrevista concedida à autora em Março/2017).

O sociólogo ex-filiado ao Partido dos Trabalhadores⁵⁷, Liszt Vieira, foi nomeado, em 2003, presidente do Instituto Jardim Botânico (onde permaneceu até 2013) pela então ministra do Meio Ambiente Marina Silva. Em 2012, o Jornal O Globo publicou uma matéria com a seguinte manchete: “Liszt Vieira: ‘Defendo o Jardim Botânico contra os interesses particulares de uns poucos’ – Torturado na ditadura, presidente da instituição resgata militância para travar ‘combate’ territorial”.

Figura 16. Matéria do Jornal O Globo em 15/09/2012.

50% OFF ASSINE

BUSCAR Q ACESSE NO f t i ENTRAR

Liszt Vieira: ‘Defendo o Jardim Botânico contra os interesses particulares de uns poucos’

Torturado na ditadura, presidente da instituição resgata militância para travar ‘combate’ territorial

William Helal Filho
15/09/2012 - 20:16 / Atualizado em 17/09/2012 - 10:36

f t i | Newsletters ✉

Defensor do verde. Liszt: “Dequi a 200 anos, estaremos todos mortos, e o Jardim Botânico continuará existindo. Vale a pena lutar” Foto: Ana Branco / O Globo

Fonte: HELAL FILHO (2012).

⁵⁷ Em 1986, Liszt Vieira saiu da legenda para fundar o Partido Verde (PV) (HELAL FILHO, 2012).

A reportagem contava um pouco de sua história e deixava clara a posição em que este se encontrava naquele momento:

Membro da resistência contra a ditadura nos anos 60, o então advogado integrou a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e participou do sequestro do cônsul japonês Nobuo Okuchi, em 1970. Preso, torturado e exilado, voltou ao Brasil após a Anistia e, em 1982, elegeu-se deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT), mas saiu da legenda para fundar o Partido Verde (PV), em 1986. (...) Desde que passou a ocupar seu gabinete, Vieira decidiu enfrentar o problema territorial que, volta e meia, ganha espaço na mídia. Décadas atrás, a direção do Jardim Botânico autorizou a construção de casas de funcionários na área do instituto. Mas a coisa fugiu de controle e, hoje, são 621 moradias, sendo que apenas 5% delas seriam ocupadas por parentes de servidores. Tentativas de remover os invasores vêm desde os anos 80, sem sucesso. Mas Vieira fez disso uma cruzada. (...) Todos os dias, a caminho do trabalho, o sociólogo passa de carro entre algumas das casas que ele luta para ver removidas do arboreto.

— Estou tranquilo. Defendo o Jardim Botânico, um bem público, contra os interesses privados de uns poucos. Sei que estou travando um bom combate — afirma Vieira. — Precisamos desses terrenos para criar novas áreas de plantio e ampliar nossos laboratórios. É essencial. (...) Estou do lado da História, das causas científica e ambiental. Acho que sou movido pela força que me fez lutar contra a ditadura, agora voltada para outra questão.

Além da disputa interna que ocorreu dentro do próprio partido, uma outra importante questão se colocava frente ao que era então considerado um governo “amigo”, como problematiza Tatagiba (2010) ao questionar os riscos e as vantagens de se participar ou não desses novos canais de participação abertos:

Em governos de esquerda os movimentos tendem a valorizar a maior oferta de participação estatal e a disputar nessas instâncias seus projetos e interesses. Mas, tendem também a orientar sua ação por uma disposição menos conflitiva e uma postura de maior conciliação, evitando a pressão sobre os governos e diminuindo o uso do protesto como forma de negociação. Seja para garantir seus interesses particulares ou para garantir a governabilidade a partir de uma agenda de esquerda, os movimentos tendem a diminuir a distância crítica em relação ao Estado e ao partido submetendo, conseqüentemente, suas agendas de mais longo prazo ao ritmo e às exigências próprias às disputas eleitorais. (TATAGIBA, 2010, p.77).

Esta análise é corroborada pelo ex-ministro Edson Santos quando indagado sobre o que faltou para que a regularização da comunidade fosse concretizada:

Eu acho que tinha que ter chutado pau da barraca. Bancar e criar um caso. (...) Quando eu era ministro, estava no governo Lula, então eu confiava, confiei e continuo confiando. O Lula é um cara que externou preocupação com isso, comigo, com o que ele ia resolver... Então eu tinha confiança. Mas eu acho que eu tinha que ter sido mais duro, no embate ali com o pessoal do meio ambiente, eu tinha que ter firmado a posição. Eu tinha que ter me exposto mais, tanto como ministro, mas principalmente como deputado. Tinha que ter ido pra cima. Eu acho que a nossa visão, meu irmão falou, foi buscar preservar o governo. E isso, se a gente voltar ao governo, já aprendeu: essa coisa de você fazer a pressão no governo e pressão mesmo, ir pra cima... a causa é justa! A causa do Horto não tem

quem seja de esquerda – não só de esquerda, mas que tenha uma visão social – não tem como ser contra os moradores, não tem, não tem sentido. Só a má fé. Quem se colocou de frente na questão do Horto, contra os moradores, agiu de má fé. Traição com aquilo que o PT, aquilo que é ser de esquerda no Brasil e no mundo.

Nesse sentido, ele conclui:

O governo Lula é um governo de coalizão. E o Lula é um líder que busca sempre chegar a um meio do caminho, a partir de um diálogo construir consensos... Esse é o perfil do Lula, né? Não que ele não tenha lado, tem lado. Mas ele tem um perfil de juntar e ali ele vai trabalhando, às vezes até com posições antagônicas, e constrói uma posição de governo. Na questão do Horto, eu acho que como a questão do Horto não é nem um bairro, né? Uma coisa pequena ali... Eu acho que não foi priorizado no governo Lula (Edson Santos em entrevista concedida à autora em Março/2017).

Seguindo essa linha de construção de consensos através de uma certa mediação dos conflitos, em 2004, com a edição da Portaria 360-A, o presidente da Comissão Interministerial convidou representantes do Ministério da Cultura, da Advocacia Geral da União, da ONG Ler e Agir, da AMAHOR, da AMAGÁVEA, da AMAJB, da Associação dos Amigos do Jardim Botânico e da AMABOTAFOGO para estudos e análises que se materializassem em uma proposta de regularização da cessão do imóvel de domínio da União, constituído pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, ao Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Este relatório, apresentado em 2007, ressalta que a questão fundiária daquele território data do ano de 1596, com a fundação do “Engenho de Nossa Senhora da Lagoa” que, mais tarde, teria sido adquirido por Rodrigo de Freitas e desapropriado com a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil para a criação da Fábrica de Pólvora.

Em 18 de julho de 1811, o Príncipe Regente determinou a desapropriação de inúmeros moradores da – agora – fábrica de pólvora, para que fossem instaladas residências para os trabalhadores da referida fábrica. Assim, inúmeras vilas foram erguidas para que os trabalhadores pudessem residir próximo ao trabalho (considerando que a área era rural e de difícil acesso). Esta é a origem da segunda grande causa dos problemas fundiários do Jardim até a presente data e a origem das causas que foram objeto de cessão. [...]

Com relação às casas dos antigos empregados da fábrica de pólvora, muitas delas foram cedidas para funcionários do Jardim Botânico (Art. 76, 92 e 94 do Dec. Lei 9.760/46 e 6.874/44), outras são ocupadas por pesquisadores atendendo a atividade fim da Autarquia e outras ocupadas por descendentes de funcionários. (GOMES, 2014 p.118).

Gomes (2014) ainda destaca que, neste momento, a comissão partia da possibilidade de uma convivência harmônica entre a comunidade e o Instituto, apontando para a expansão do IPJBRJ como um caminho não conflitante à

permanência do Horto e estabelecendo seis propostas consolidadas para este conflito a fim de buscar uma solução, com o apoio de ações governamentais de todas as esferas. Dessa forma, a Comissão contava com o apoio do então prefeito César Maia, que demonstrava interesse em declarar a área em conflito como uma Área de Especial Interesse Social (AEIS) e tinha enviado uma carta à Secretaria Municipal de Habitação, em 2005, na qual dizia:

Ao consultarmos o histórico da ocupação do Horto, verificamos que esse tipo de ocupação está intimamente ligada à história do bairro, assim como do próprio Jardim Botânico, fundado à época de D. João VI.

As informações dão conta de que a estratégia adotada pelos diretores do Jardim Botânico para fazer o parque funcionar consistiu em, no trecho que hoje encontra-se ocupado por 589 famílias, doar lotes de terra para que os funcionários construíssem suas casas por conta própria, resolvendo as questões de vigilância sobre as plantas e da falta de recursos para pagamentos de salários. Pois era sabido que o pagamento não vinha regularmente, e os funcionários, por terem recebido os lotes, acabaram concordando com esta situação.

[...] As famílias que ali habitam preservam um estilo de vida do Rio de Janeiro de décadas atrás, em que as pessoas ainda se cumprimentavam nas ruas, crianças andavam e brincavam livremente e os idosos eram respeitados. A Vila não tem criminalidade, favelização, nem tráfico, mas enfrenta alguns problemas sociais relativos à moradia, à cidadania e à identidade. Hoje a Administração do Jardim Botânico insiste na tese da remoção dessas famílias, o que fere justamente, esses direitos.

Nesse sentido, a Administração Municipal, ao examinar a possibilidade de declarar aquela área como de Especial Interesse Social, tornar-se-á copartícipe da Superintendência de Patrimônio da União, que tem interesse na manutenção daquela área para fins de assentamento e futura titulação dos imóveis para aqueles moradores. (GOMES, 2014 p.120)

Em 2005, ainda, ocorre uma tentativa de remoção de duas casas no Caxinguelê em que os moradores conseguiram impedir a entrada dos oficiais de justiça que pretendiam cumprir um mandado de reintegração de posse. Após a intensa resistência dos moradores, o ministro Álvaro Augusto Ribeiro Costa, advogado-geral da União, suspendeu a operação, indicando que os ministérios do Planejamento e do Meio Ambiente tentariam achar uma solução para o conflito (Observatório, 2005).

Ainda durante o governo Lula, em 2009, surge uma tentativa de transformar o território do Horto em uma Área de Especial Interesse Social para fins de reurbanização e regularização (PL nº 161/2009), uma iniciativa dos então vereadores Reimont (PT), Adilson Pires (PT) e Eliomar Coelho (Psol). No entanto, a conjuntura municipal não era mais favorável, uma vez que estes vereadores compunham o bloco de oposição à prefeitura de Eduardo Paes que, durante seu mandato, realizou a remoção de diversas comunidades no Rio de Janeiro, como mencionado

anteriormente. Merece destaque, no entanto, o fato de que durante a gestão Paes (2009 – 2016) ocorria na cidade do Rio de Janeiro um alinhamento político entre as três esferas de poder (municipal, estadual e federal) com o objetivo maior de atrair investimentos privados para a cidade. Essa aliança entre o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) se materializava na escala municipal através de, entre outras características, a concessão de cargos políticos a estes partidos e, neste caso, a Secretaria Municipal de Habitação, que tinha como secretário o engenheiro e ex-deputado federal Jorge Bittar (PT). Esta aliança proporcionou, mais uma vez, a reafirmação das contradições e disputas internas que havia dentro do Partido dos Trabalhadores e no governo da cidade.

A estratégia utilizada junto aos moradores foi a de aguardar o novo governo municipal, como comentou o vereador Reymont em entrevista à autora:

Qual foi a tratativa que a gente teve com eles? Nós construímos esse projeto lá em 2009 e a gente não conseguiu botá-lo pra votar porque não conseguíamos, nós achávamos que conseguiríamos um entendimento do governo federal com o município e tal, e não conseguimos. Aqui na câmara o Eduardo Paes tinha, dos 51 vereadores, tinha 38, 40 vereadores a hora que ele quisesse. Então nós só conseguiríamos votar se tivéssemos sinalização explícita do executivo pra cá pra dizer pra sua base: eu aprovo o projeto que está sendo apresentado do Horto. E isso a gente não tinha. Como a gente não tinha, qual é o entendimento que a gente teve? Vamos aguardar uma nova composição de governo e vamos colocar o projeto adiante (Reymont em entrevista concedida à autora em Agosto/2017).

Foi também em 2009 que a comissão anteriormente mencionada foi substituída por um grupo de trabalho composto por representantes do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), pelo Ministério do Meio Ambiente, pelo Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, pelo Ministério da Cultura, por meio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, pela Prefeitura do Rio de Janeiro, pela Procuradoria da União no Estado do Rio de Janeiro, pela Associação dos Moradores e Amigos do Horto (AMAHOR), pela Associação de Moradores e Amigos do Jardim Botânico (AMAJB) e pela Associação de Moradores e Amigos da Gávea (AMAGÁVEA). Foi a partir dos encontros deste grupo de trabalho que surgiu a necessidade da realização de um estudo técnico detalhado que fundamentasse o processo de regularização fundiária da comunidade. Assim, no final do ano de 2009, a Secretaria de Patrimônio da União

realizou um destaque orçamentário à Universidade Federal do Rio de Janeiro para a realização do referido estudo (GOMES, 2014), concluído em 2011.

O projeto, realizado pelo Laboratório de Habitação (LabHab) do Programa de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ), surgiu da demanda apresentada pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), ligada ao Ministério do Planejamento, e garantia o título de posse aos moradores, assim como, previa a ampliação das atividades do IPJBRJ, conforme trataremos na próxima sessão, que desenvolve a dinâmica deste local durante o período que abrange o mandato presidencial de Dilma Rousseff.

4.1.3 Governo Dilma (2011 – 2015)

Depois que saiu o Lula, veio a Dilma e coloca a Izabella, a Izabella vai e faz a delimitação da área. E com a delimitação da área, ela estabelece quem fica e quem sai. E ao fazer isso, ela faz um movimento de que? Retira a maior parte da população, retira 521 moradias, deixa apenas 100 e dentro dessas 100 está a casa onde a minha família está. Então isso criou um problema sem tamanho pra gente ali. E que dificulta muito hoje o trabalho da Associação de Moradores. E permaneceu essa visão no governo da Dilma e veio mais forte, inclusive, de retirar os moradores. Isso criou uma divisão na comunidade (Edson Santos em entrevista concedida à autora em Março/2017).

Em 2011, com a posse da presidente Dilma Rousseff, também do Partido dos Trabalhadores, foi nomeada como Ministra do Meio Ambiente a bióloga e funcionária de carreira do Ibama, Izabella Teixeira. A então nova ministra comandava o Ministério desde abril de 2010, em substituição a Carlos Minc, assim como teve em sua história a atuação como subsecretária do Ambiente do Estado do Rio de Janeiro entre 2007 e 2008.

Assim, em 7 de maio de 2013, Izabella Teixeira anunciou a definição do novo perímetro do Instituto. O novo perímetro ignorava as propostas feitas pelo Projeto de Regularização em parceria da UFRJ com a SPU e previa o desalojamento de cerca de 520 famílias. A justificativa apresentada pela ministra foi a de que os moradores estariam ocupando irregularmente uma área pertencente ao Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Aspectos sobre este projeto, suas narrativas e contra-narrativas serão apresentados na próxima sessão.

Figura 17. Capa do jornal “O Globo” em 8/05/2013.



A questão que se coloca é que o pouco avanço neste processo, iniciado durante o governo Lula, foi paralisado e até retrocedido durante o governo seguinte. O primeiro mandato do governo Dilma Rousseff, como comenta Alonso (2017), vinha ancorado pela alta aprovação do governo anterior e não fez do diálogo com a sociedade organizada uma prioridade.

No governo da Dilma, eu acho que houve uma “capturação”, diante da pressão da Globo e diante da exploração de vaidades, tanto do pessoal do Jardim Botânico com o Listz Vieira, como da Isabella. A Isabella com nível internacional de meio ambiente e tal, vontade (...) e o afastamento das questões sociais. Essa questão ambiental é um desafio nosso, esse é um grande debate que se tem, a questão da sustentabilidade, incluindo o desenvolvimento. A questão social e a sustentabilidade ambiental. Não dá pra se pensar o Brasil, que tem os problemas sociais graves que a gente tem, colocando a questão ambiental na frente. E o que aconteceu no governo... No nosso governo é que a questão ambiental acabou prevalecendo (Edson Santos em entrevista concedida à autora em Março/2017).

No entanto, 2013 foi o ano das chamadas “Jornadas de Junho”, em que uma série de manifestações ocorreram em todo o Brasil, motivadas inicialmente pelo aumento da tarifa na passagem de ônibus, com diferentes demandas posteriores, como veremos mais adiante. Diante das inúmeras reivindicações que surgiram durante os milhares de atos em todo país, Alonso (2017) analisa os elementos do

ambiente sociopolítico que facilitaram a emergência desta mobilização em massa. Segundo a autora, ocorreram duas mudanças de conjuntura que incentivaram sua propagação:

A onda de protestos globais, de 2011 a 2013, funcionou como efeito demonstração e proveu um novo modelo de ativismo — o repertório autonomista. E sediar megaeventos no Brasil — Copa das Confederações (2013), Copa do Mundo (2014), Olimpíadas (2016) — ofereceu palco global para possíveis protestos. (ALONSO, 2017, p.50).

Como já visto, os megaeventos citados provocaram fortes intervenções urbanas na cidade do Rio de Janeiro, o que gerou uma série de manifestações e obrigou a aproximação de lideranças políticas com os movimentos sociais que pautavam determinadas reivindicações.

Quando há aquele movimento de 2013, de muita gente na rua e tal, aí a Dilma se dispõe a reabrir o diálogo com a população, pela pressão. Gilberto Carvalho esteve aqui e ouviu do movimento social aqui no Rio de Janeiro, de vários... dos moradores do Horto... E a questão do Horto era emblemática, e é emblemática, e ele levou isso, a Dilma me ligou, falou que queria conversar sobre a comunidade, eu marquei, foi no início de 2014, ela esteve com alguma liderança que eu não me lembro e colocou que queria intervir pra rever aquela situação, mas não levou adiante... Então isso levou, piorou a atuação... O que aconteceu, ela veio dizer... Reconhece que erra (na frente das pessoas) e depois mas não coloca isso em prática... é uma desmoralização, né? Eu, de certa forma, era um avalista, sou um avalista ainda do PT ali... Então eu fiquei numa situação muito difícil, complicada ali... Eu acho que isso explica muito esse afastamento da população do governo Dilma, explica bastante (Edson Santos em entrevista concedida à autora em Março/ 2017).

Nesse contexto, a proximidade da família de Emília de Souza com o Partido dos Trabalhadores desagradou parte dos moradores que, também em 2013, montaram a Comissão de Moradores a fim de, mesmo com divergências políticas e estratégicas com a Associação, contribuir na luta pela permanência da comunidade. No entanto, como relatou Edson Santos, a proximidade da comunidade com o Partido que comandava o Governo Federal possibilitou também aberturas para o diálogo. Este encontro culminou na instauração da Mesa de Diálogo⁵⁸ “com a participação de representantes da Secretaria Especial de Direitos Humanos, Secretaria de Patrimônio da União – DF, Ministério das Cidades, IPJBRJ, Secretaria Geral da Presidência da República, o advogado Rafael Mendonça e o ex-procurador

⁵⁸ A Mesa de Diálogo “foi suspensa posteriormente devido a instabilidade política que surgiu no Brasil, ocasionando o afastamento da presidente Dilma Rousseff e em seguida a aprovação do impeachment pelo Congresso Nacional” (SOUZA, 2017, p.120).

Miguel Baldez - representantes dos interesses da AMAHOR, membros da Comissão de Moradores do Horto, da AMAHOR e do Movimento Nacional de Luta por Moradia – MNLM”. Como relata Santos (2017, p.19):

A aproximação da AMAHOR junto ao PT promoveu um encontro entre a presidenta Dilma Rousseff e Emília de Souza no ano de 2014. Na ocasião estavam presentes o prefeito Eduardo Paes e o governador Sérgio Cabral dentre outros políticos. A presidente da AMAHOR relatou toda a luta contra a iminente ameaça de remoção e a maneira como os conflitos estavam afetando a comunidade e segundo o relato da própria Emília houve uma solidariedade da presidenta, que assegurou a permanência do Horto. Dilma Rousseff prometeu instaurar uma mesa de diálogo com o fim de solucionar os conflitos entre a comunidade e os entes federais envolvidos.

No entanto, também em 2014, a reintegração de posse do Clube Caxinguelê foi concedida ao Instituto Jardim Botânico. A presença do batalhão de choque da Polícia Militar em todas as tentativas de remoção relatadas revela a truculência e violência com que foram tratados os moradores da localidade.

O clube Caxinguelê que era a nossa área de convivência, que era a área comum onde todo mundo se reunia, onde a gente fazia nossas atividades, fazia as reuniões da Associação... E o que aconteceu? (...) O clube também tinha um processo de reintegração de posse. Aí, de uma hora pra outra, de repente, veio a reintegração de posse, foi um dia horrível: a polícia veio com tudo, bomba de gás... Tem um companheiro que até hoje tá surdo, porque a polícia estorou uma bomba de gás do lado dele. E nós perdemos a nossa área de convivência (...) Ali era uma área de resistência (Emília de Souza em entrevista concedida à autora em Outubro/2016).

Segundo Alonso (2017), o acesso de classes menos abastadas a determinados espaços sociais – a partir de programas como a entrada nas universidades através das cotas raciais e sociais – teria gerado um grande desconforto em determinados extratos da sociedade.

Em agosto de 2012, começou o julgamento de políticos acusados de apropriação indébita de fundos públicos. O Mensalão⁵⁹ foi espetáculo midiático, com comentaristas e colunistas de imprensa tomando o partido do tribunal contra o governo. Ante este clima de opinião pública, as medidas anticorrupção de Dilma foram tímidas. Terceiro elemento foi a transformação rápida da pirâmide brasileira durante os governos Lula, o aumento de acesso à educação superior e ao consumo, que juntos diminuiriam a distância entre estratos sociais. O processo perturbou a representação simbólica da hierarquia social, ao tornar menos eficazes seus princípios organizadores (renda, escolaridade, raça) (ALONSO, 2017, p.50).

⁵⁹ O “mensalão” foi o nome dado a acusação feita pela oposição de um esquema de repasses de fundos de empresas ao governo, em forma de doações que se convertiam em apoios políticos.

A mesma autora analisa as manifestações ocorridas neste período a partir do processo de mobilização em que se destacaram estilos distintos de ativismos e as apropriações de repertórios de confronto. Dessa forma, a autora identificou três repertórios que ela chamou de: repertório socialista, caracterizado pela organização vertical através de movimentos sociais mais tradicionais, partidos de esquerda e sindicatos; repertório autonomista, em que se destaca a organização descentralizada e as táticas de ações diretas como a tática *black bloc* e o; repertório “patriota”, em que os símbolos e slogans nacionalistas foram recuperados para reafirmar ideais do liberalismo e conservadorismo.

Por esta perspectiva, a autora analisa a crise política do governo Dilma como um processo de três ciclos, que repercutiram no afastamento da presidente, através de uma articulação parlamentar que resultou no seu *impeachment*. Partindo do estudo de caso da cidade de São Paulo, ela descreve o primeiro ciclo, que denomina de *Ciclo Mosaico (junho de 2013)*, segundo três fases: a primeira, ela chama de *eclosão do protesto*, iniciado a partir das manifestações lideradas pelo Movimento Passe Livre, em que ideais de autonomia, consenso, negação de lideranças e hierarquia de gênero pautavam a mobilização; em seguida, veio o que ela chamou de *diversificação*, a partir do aumento da adesão às manifestações em que movimentos tradicionais (como partidos de esquerda e sindicatos) se juntaram aos atos e a pauta deixou de ser os vinte centavos previstos para o aumento da tarifa; por fim, ocorreu o que ela chamou de *massificação*, a partir da forte repressão que os manifestantes vinham sofrendo e a grande repercussão disso através das redes sociais, quando novos grupos e novas cidades passaram a se manifestar, como torcidas organizadas, associações de moradores, idosos, famílias, “pessoas sem ativismo prévio convocadas por redes presenciais (amizade, trabalho, família) e virtuais (WhatsApp, Twitter, Facebook) e pela mídia” (ALONSO, 2017, p.52).

Ela comenta, no entanto, que não havia uma concordância sobre a direção que as reivindicações, quando atendidas, deveriam tomar. Parte dos manifestantes se colocavam à esquerda do governo PT, com pautas sobre garantias e expansão de direitos; enquanto outra parte, o setor que se autointitulava “patriota”, se posicionava a favor do liberalismo e da redução do Estado, incluindo posições conservadoras como bandeiras ‘pró-ditadura militar’. Este último foi se fortalecendo enquanto um movimento que se pautava “no rechaço a instituições políticas,

políticos e partidos, e na identificação do PT com a corrupção, via Mensalão (“CorruPTos”)” (ALONSO, 2017, p.52).

Mesmo com o esfriamento das manifestações após esse ciclo, motivados por diferentes motivos em cada cidade do Brasil, iniciou-se, assim, o que ela chamou de “conjuntura fluida”, que foi marcada por uma “situação de incerteza estrutural, na qual padrões rotineiros de orientação da conduta política se dissolveram, clivagens usuais esmaeceram e novas conexões, entre setores sociais distantes entre si no espaço social, ganharam expressão política” (ALONSO, 2017, p.53).

Esta conjuntura permitiu, então, o que ela denominou de “Ciclo Patriota” (março e abril de 2015). O ambiente de instabilidade política se acentuou com o julgamento do Mensalão e o início da operação “Lava Jato” pela Polícia Federal, que tinha como objetivo investigar crimes de corrupção. Com o avanço da onda patriota, diversos grupos foram criados (“Vem pra Rua”, “Movimento Brasil Livre – MBL”, “Revoltados OnLine”) com o objetivo de disseminar e organizar o sentimento “patriota e de anticorrupção”. Eram grupos que não tinham ficado satisfeitos com o resultado da eleição – na qual a presidente Dilma se reelegeu mesmo diante da crise política que se estabelecia – e que, mais tarde, aliariam-se e formariam a Aliança Nacional dos Movimentos Democráticos, além de ingressarem no sistema político através do PSDB (ALONSO, 2017).

Nesse sentido, ALONSO (2017) enumera uma sequência de fatos que trouxe o tema de corrupção de volta à tona e esquentou o movimento de rua “patriota”. Em 2015, o PSDB protocolou um pedido no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pedindo a cassação do mandato de Dilma, sob a alegação de fraude nas eleições, o Supremo Tribunal Federal prendeu diversas lideranças petistas e Eduardo Cunha⁶⁰, que havia se tornado presidente da Câmara, instalou a CPI da Petrobrás.

Em 20 de agosto, protestos em todos os estados clamaram contra Dilma e a corrupção, com 135 mil aderentes em São Paulo. A reação do setor socialista, quatro dias depois, foi muito menor: 37 mil participantes. A popularidade da presidente bateu no chão: 71% a reprovavam. A crise seguiu sem clemência rumo ao poço sem fundo até outubro, quando Cunha acolheu pedido de impeachment protocolado por Hélio Bicudo e Janaína Paschoal (ALONSO, 2017, p.55).

⁶⁰ Em 17 de junho de 2015, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), anunciou seu rompimento político com o governo Dilma Rousseff. “Segundo Cunha, a partir de agora ele passará a integrar as fileiras de oposição à gestão petista. ‘Eu, formalmente, estou rompido com o governo. Politicamente estou rompido’, enfatizou Cunha em coletiva de imprensa no salão verde da Câmara” (CALGARO et al. 2015).

No último ciclo, denominado pela autora de *Ciclo do Impeachment (dezembro de 2015 a março de 2016)*, Alonso (2017) analisa a disputa pelas ruas dos movimentos de apoio e contrários ao impeachment através das campanhas “#foraDilma” e “#nãovaitergolpe”. No entanto, apesar da luta acirrada, o setor “patriota” atingiu seu objetivo e, em abril de 2016, a Câmara dos Deputados aprovou a abertura do processo de impeachment, sob a alegação de ilegalidade na edição de decretos relativos a créditos suplementares, uma vez que estes feririam a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), uma vez que não haviam sido editados com a devida definição da meta fiscal e a aprovação do Congresso Nacional.

Retornando à discussão sobre a comunidade do Horto, este panorama do que foi a crise política que se instaurou durante o governo petista se faz necessário para compreender a fala de alguns apoiadores do Horto que compunham o governo naquele momento. Edson Santos, em sua entrevista, mais uma vez, coloca a dificuldade de fazer um embate mais duro com o governo, como no caso do anúncio da nova delimitação do Instituto Jardim Botânico:

Eu faço essa autocrítica. Eu acho que nós tínhamos que não ter aceitado. A Associação ficou perdida. Quando a Dilma faz, na verdade é a Izabella, mas é a Dilma, a delimitação, assina a delimitação, pressionada pelo Tribunal de Contas e pela Globo, isso foi um balde de água fria. (...) É óbvio que no momento em que ela, que o governo corria um risco, a gente foi defender. Mas isso poderia ter sido muito mais intenso se ela tivesse mantido uma relação de diálogo com a população (Edson Santos em entrevista concedida à autora em Março/ 2017).

A autocrítica a qual Edson Santos se refere está relacionada ao anúncio da então ministra do Meio Ambiente Izabella Teixeira, em maio de 2013, sobre a definição do novo perímetro do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

O Jardim Botânico do Rio de Janeiro terá um novo perímetro urbano. A área estendida foi anunciada pela ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, nessa terça-feira (7). A unidade de proteção ambiental, localizada na zona sul da cidade do Rio de Janeiro é considerada patrimônio histórico. O projeto cumpre determinação do Tribunal de Contas da União (TCU) e tem como prioridade a eliminação das situações de risco na área do parque, além da preservação ambiental. A ampliação do parque faz com que a área fique com 132,5 hectares, com isso 620 famílias serão relocadas (BRASIL, 2013).

Esta definição colocava em risco 520 moradias que, cirurgicamente, se localizavam dentro do perímetro, como pode ser observado no mapa a seguir. Decisão bem diferente do tratamento que os condomínios de luxo da região receberam, como trataremos na seção 4.2.2.

Figura 18. Novo perímetro do IPJBRJ. O Globo, 08/05/2013 (p.12).



Fonte: Arquivo da autora.

Na última segunda-feira, quase três anos depois, a ministra voltou à instituição para informar que, depois de muitas idas e vindas, os 130 hectares delimitados, finalmente, constam no Registro Geral de Imóveis (RGI) em nome da União. O próximo passo na batalha para devolver o que foi do Jardim Botânico no passado consta num aviso de Izabella encaminhado ao ministro de Planejamento, Valdir Simão, em que ela diz ser “iminente a assinatura do contrato de cessão da área” ao parque.

Com a cessão das terras ao parque, será disparado o cronômetro para o cumprimento de acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU) que fixam prazos para que os imóveis ocupados por comunidades do Horto sejam liberados. No documento enviado em 15 de março ao Ministério do Planejamento – ao qual a Secretaria do Patrimônio da União (SPU) é vinculada -, a ministra deixa claro que, em 60 dias, as 130 famílias com ações já transitadas em julgado, ou seja, sem possibilidade de recursos, terão de ser retiradas do parque. (Arquivo da autora).

O vereador Reimont, durante entrevista, atentou para a influência da mídia neste processo - tanto no caso do Horto (como veremos mais adiante), quanto no do impeachment - e enumerou diversos fatores que contribuíram para a não realização da regularização fundiária da comunidade durante o governo aliado:

Eu não sei te dar uma resposta, até porque eu não a tenho, né? Até porque eu também... a minha cabeça também é muito confusa em relação a isso. A máquina é uma máquina muito difícil de mexer, né? Ali mexeria com poderes muito grandes... E em alguns aspectos, um exemplo, se você tivesse, por exemplo, descoberto e tentado fazer a reforma de médios, por exemplo, a reforma da mídia, dos meios de comunicação; se você tivesse feito uma regulamentação na dimensão democrática, republicana, você ganharia força pra entender que o grande mecanismo de comunicação da Globo, que é quem mais luta contra a comunidade do Horto, estaria de certa forma mais enfraquecido. Eu acho, Mariana, que é um coquetel de coisas que assim, eu simplesmente digo isso, não foi feito, não fizemos. (Reymont em entrevista concedida à autora em Agosto/2017).

No início da realização das entrevistas deste trabalho, acabara de assumir a presidência da República Michel Temer, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), após a resolução do processo de impeachment, período que trataremos na próxima seção.

4.1.4 Michel Temer (2016 – 2018)

O vice-presidente de Dilma Rousseff, Michel Temer, havia sido empossado em agosto de 2016 e, em seu primeiro grande evento público, foi vaiado pelo público que acompanhava a abertura dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro⁶¹. O descontentamento com o novo governo era grande e seguiu assim durante todo o

⁶¹Temer é vaiado durante abertura da Olimpíada no Rio (G1, 2016).

seu mandato que, em 2018, apresentava um índice de reprovação de 82%⁶². Este quadro se apresentava como favorável à luta do Horto, como comentou em entrevista o ex-ministro Edson Santos:

Então, eu vejo a situação do Horto, voltando a essa linha do cenário político atual, hoje o quadro já esteve pior, com a ofensiva da direita, derrota da Dilma e etc já teve muito pior, hoje com o refluxo desse movimento de direita aí e o tensionamento que tem sobre o governo Temer, isso favorece aos moradores do Horto (Edson Santos em entrevista concedida à autora em Março/ 2017).

No Brasil e no Rio de Janeiro, diversas medidas contribuíam para esse descontentamento: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do Teto de Gastos, no qual ficava limitado durante 20 anos o crescimento das despesas dos três poderes, e que prejudicou o orçamento de diversas políticas públicas; a reforma trabalhista, que flexibilizou o regime e acordos de trabalho, assim como alterou os processos judiciais; a promessa da Reforma da Previdência, que apresentava muitos pontos polêmicos. Todas essas determinações aliavam-se às diversas denúncias feitas pela Procuradoria-Geral da República (PGR), que relatavam o envolvimento do presidente em desvios de recursos da Petrobrás e obstrução de justiça.

Esse cenário, em concomitância com a prisão do ex-presidente Lula, em abril de 2018, acusado de corrupção e lavagem de dinheiro durante a Operação Lava Jato e que mobilizou diversos setores em sua defesa, parecia um campo fértil para a volta do PT ao governo nas eleições que viriam⁶³.

E nos cabe agora lutar, os que já lutávamos continuarmos lutando e os que não lutavam, os que consideravam que isso, de certa forma, não tinha tanta importância... eu acho que esse momento difícil que a gente tá vendo, um momento de tanta truculência pra cima dos empobrecidos, pra classe trabalhadora, é um momento também de aprendizado pra nós. Pra que, ao ter uma nova oportunidade, acho que teremos uma nova oportunidade, trabalhamos pra isso, pra construção de um governo que tenha raízes populares e tem sinalizado isso, tem se sinalizado, as ruas tem falado isso, os movimentos sociais tem falado isso, movimento sindical tem falado isso, movimento dos trabalhadores e trabalhadoras tem falado isso, o movimento de mulheres tem falado isso, o movimento das minorias tem falado isso, os diversos movimentos têm ganhado muita força e acho que a gente tem que, na verdade, continuar lutando pra que numa oportunidade, que não será

⁶²Reprovação ao governo Temer é de 82%, aponta pesquisa Datafolha (G1, 2018).

⁶³ Cabe destacar que até a finalização deste trabalho o que se viu, na verdade, foi um avanço da extrema direita com a eleição de Jair Bolsonaro. Uma breve observação sobre a situação atual da comunidade foi feita nas Considerações Finais.

nesse governo, a gente possa fazer esse movimento pra entender os direitos dos moradores da comunidade do Horto (Reimont em entrevista concedida à autora em Agosto/2017).

Como falado anteriormente, este capítulo tinha como objetivo pontuar alguns dos fatos marcantes, apresentados na Linha do Tempo, a partir da conjuntura federal dos diferentes momentos de tensionamento do conflito, a fim de compreender o complexo emaranhado em que as instituições e poderes estão envolvidas. De agora em diante, compete a este trabalho apresentar o projeto de Regularização Cadastral, Fundiária e Urbanística da comunidade, assim como, seus avanços, limites e contradições.

4.2 O Projeto de Regularização Cadastral, Fundiária e Urbanística do Horto

Desenvolvido a partir de uma parceria entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Secretaria do Patrimônio da União (SPU), o projeto surgiu depois de uma tentativa de remoção de duas famílias da comunidade, em que houve um duro confronto entre os moradores e a polícia, em 2005. A violência com que foram tratados os moradores, após a eleição do Partido dos Trabalhadores (PT), teve grande repercussão na mídia e pressão dentro do próprio governo, como conta Emília de Souza (2016). Nesse momento, houve uma maior aproximação entre a comunidade e a SPU, através da figura da advogada Célia Ravera, que acabara de assumir o cargo na gerência de regularização fundiária do município e conseguiu abrir um importante canal de diálogo com a superintendente da SPU Marina Esteves. A partir disso, foi firmado um acordo entre o Laboratório de Habitação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ (LabHab/PROARQ/FAU/UFRJ) e a SPU, a fim de iniciar um projeto de regularização fundiária e urbanística para a comunidade.

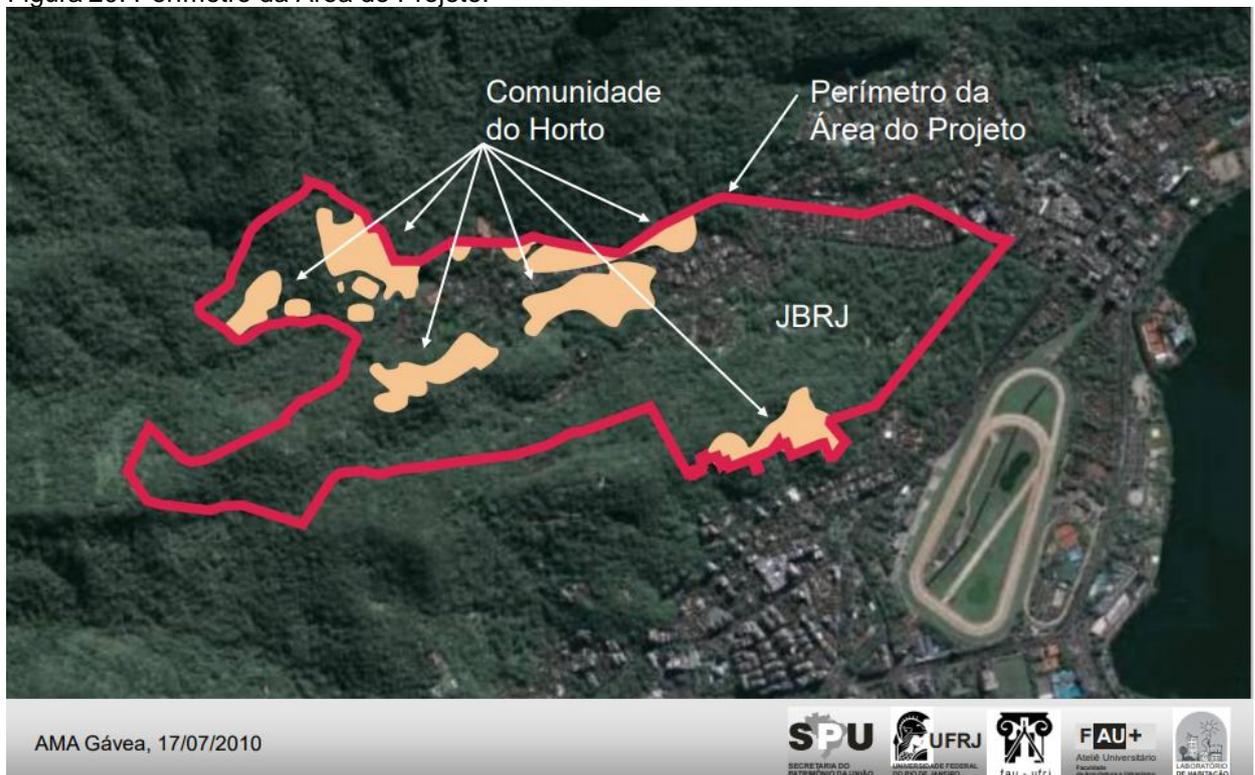
Para entender melhor como se deu o processo de elaboração do projeto, foi entrevistado para este trabalho o coordenador do Projeto de Regularização Cadastral, Fundiária e Urbanística da Comunidade do Horto, Ubiratan de Souza, doutor em arquitetura pela UFRJ.

Então esse projeto, ele surge como? Ele surge através de uma demanda da SPU, no sentido de fazer um termo de cooperação técnica com a universidade. Chegaram a uma conclusão que seria um caminho importante trazer a universidade pra enfrentar uma situação dessa, que se arrasta há décadas e a gestão naquele momento da SPU, as pessoas que estavam a frente dessa regularização fundiária e tudo, com a Célia Ravera... Então,

naturalmente, por caminhos de cá e de lá se chegou a fazer um termo de cooperação e aí eu entro em cena como a pessoa que poderia estar então assumindo essa responsabilidade de coordenar esse projeto. (Ubiratan de Souza em entrevista concedida à autora em Julho/ 2017)

O Projeto de Regularização cadastral, fundiária e urbanística para o assentamento do Horto compreendia uma área que “não se confunde, no todo, com a área historicamente ocupada pelo Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, mas comporta um conjunto de instituições, empresas, aglomerados habitacionais e o próprio Instituto”, como pode ser observado na figura 20. São eles: a Comunidade do Horto e parte do Condomínio Canto e Mello; o próprio Instituto; a área florestada; a Escola Municipal Julia Kubitschek; as instalações do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro); a Subestação da Light S.A. e suas linhas de transmissão; os sistemas e subsistemas de captação e de distribuição de água da Companhia Estadual de Águas e Esgoto (Cedae); as instalações do Clube Dezessete (ex-Clube dos Macacos); as antigas Instalações do Clube Caxinguelê; as instalações do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/RJ) (AMAHor, FAU/UFRJ, 2011. p.6).

Figura 20. Perímetro da Área do Projeto.



AMA Gávea, 17/07/2010



Fonte: Mesa Redonda. Associação de Moradores e Amigos da Gávea. Comunidade do Horto. Auditório Padre Anchieta PUC-Rio em 17 de julho de 2010.

O projeto tinha como objetivo “qualificar o território destinado ao uso habitacional, de modo a consolidar a sua integração ao contexto urbano formal, mitigando os impactos nocivos ao ambiente natural e ao patrimônio histórico e cultural existente na área” (AMAHor, FAU/UFRJ, 2011. P.9).

Dessa forma, a comunidade foi dividida em setores, nos quais foram analisados: dados gerais (localização geográfica do setor, quantidades de unidades imobiliárias, estimativa de unidades passíveis de realocação, área disponível com potencial para reassentamento); salubridade; acessibilidade; morfologia; infraestrutura; precariedade construtiva; fatores ambientais; relocação de unidades imobiliárias e mapa do setor. Foram definidos 11 setores habitacionais, conforme demonstra a figura 20, em que pode ser observado a poligonal que delimita as áreas pertencentes à União e demonstra os setores, sendo eles: Setor 1 corresponde à Dona Castorina; Setor 2 – Pacheco Leão I; Setor 3 – Solar da Imperatriz; Setor 4 – Pacheco Leão II, III e IV; Setor 05 – Pacheco Leão V; Setor 6 – Grotão I; Setor 7 – Morro das Margaridas; Setor 8 – Caxinguelê; Setor 9 – Grotão II; Setor 10 – Vila 64 e Setor 11 – Vila da Major (figura 20).

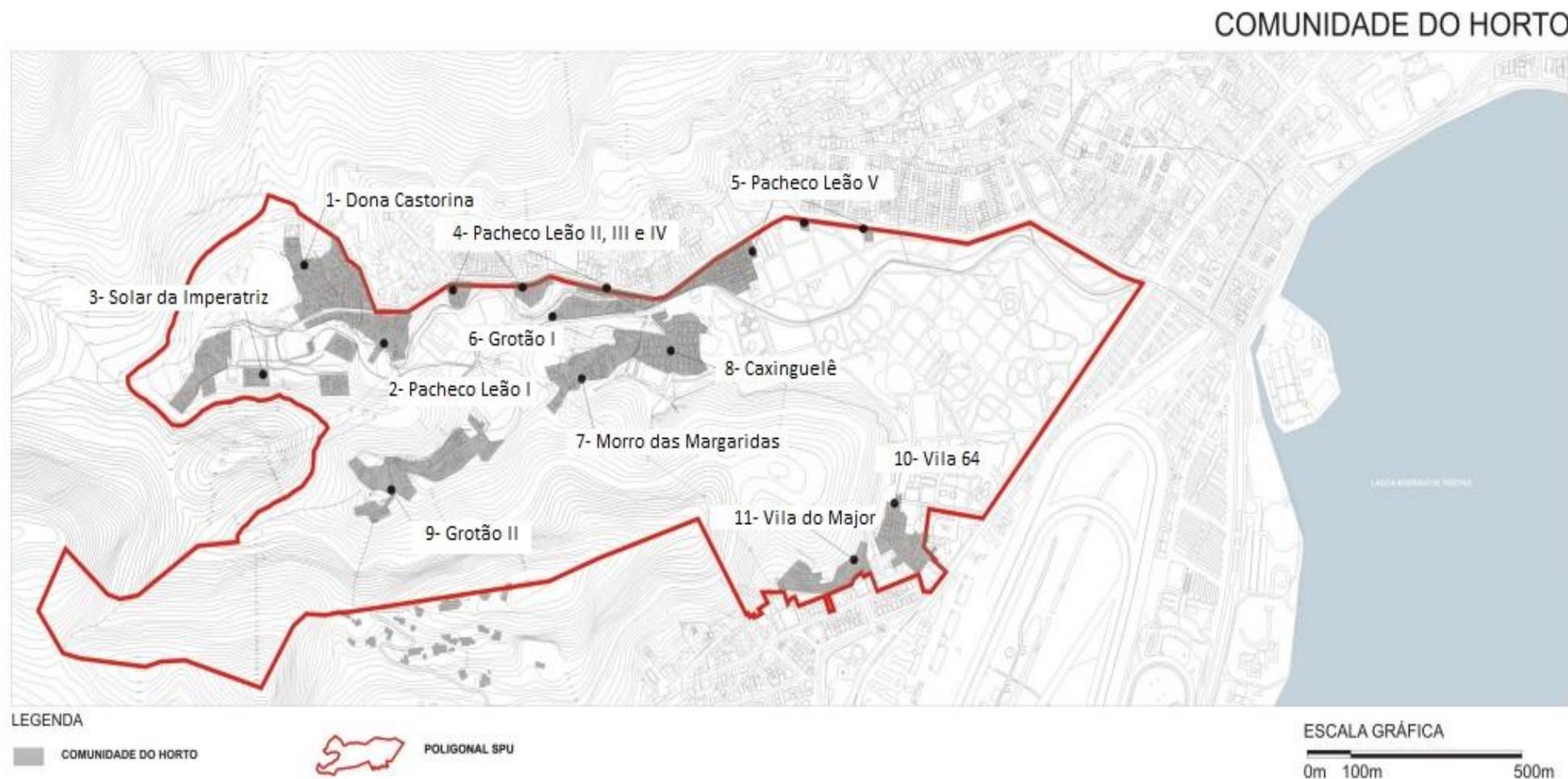
Cabe destacar que, como será mais detalhadamente abordado adiante, os moradores dos setores Vila 64 até o momento da realização do Projeto de Regularização não se consideravam pertencentes à comunidade do Horto, devido à distância geográfica (a entrada deste setor, assim como da Vila da Major, se dá pelo bairro da Gávea) e por algumas diferenças no histórico de ocupação. Não tinham, portanto, uma participação ativa na organização e mobilização da AmaHor.

O coordenador do projeto conta que esta parceria com a SPU, na verdade, era para três projetos: o Horto/ Jardim Botânico; Barra de Guaratiba; e Aldeia Imbuí. Ainda segundo ele, este projeto trouxe alguns desafios por serem projetos que precisavam de uma certa urgência para serem concluídos, o que caía em contradição com o estigma que a universidade carrega sobre projetos que demoram e acabam se afastando de uma “conduta pragmática, no sentido de ter uma efetividade”.

A natureza do projeto, ela está baseada em que? Ela está baseada na relação de que a SPU, a Superintendência ligada a Secretaria do Patrimônio, né? É a que cuida dos corpos da união. Então isso é uma questão central, né? Quer dizer, na verdade, todos eles estão sobre a guarda, a tutela, né, jurídica da união. O que se faz em relação a isso? Então tem alguns preceitos que são comuns, por exemplo, a primeira coisa

é você entender o que acontece no lugar, mas entender o que acontece no lugar é entender também uma questão central que é a questão fundiária. Quer dizer, exatamente, qual a relação, qual a base fundiária dessa relação de apropriação do solo? Então e aí o projeto ser de regularização cadastral, fundiária, urbanística e ambiental (Ubiratan de Souza em entrevista concedida à autora em Julho/2017).

Figura 21. Croqui referente aos setores físicos da comunidade do Horto.



Fonte: Projeto de Regularização cadastral, fundiária e urbanística da comunidade (2010, Adaptado pela autora).

O projeto do Horto previa a realocação de algumas unidades habitacionais a fim de fazer um rearranjo que garantisse as condições de acessibilidade no assentamento. “Pra liberar espaço, pra abrir um percurso, um caminho para a comunidade. Pra você entrar e sair com um conjunto de serviços e estrutura”, como relatou o coordenador do projeto. Além da realocação de unidades que estariam em situação de risco ambiental. Nesse sentido, o projeto concluiu que, das 605 unidades imobiliárias cadastradas, 88 eram passíveis de realocação. Dado diferente da proposta apresentada pelo IPJBRJ em junho de 2009, que previa o reassentamento de 142 moradias. A próxima sub-sessão se dedicará, portanto, a apresentar mais detalhadamente este projeto, analisando suas contradições, identificando os limites da assessoria técnica e refletindo sobre o nível de autonomia do morador no processo de elaboração. Para isso, foram entrevistados moradores, lideranças e a própria assessoria técnica, a fim de compreender as diferentes visões a respeito do projeto, demonstrando os principais argumentos utilizados como justificativa para a remoção da comunidade e identificando os principais atores envolvidos nesse processo de disputa.

4.2.1 O embate em torno do Projeto de Regularização Cadastral, Fundiária e Urbanística do Horto

Para a realização do Projeto foi necessária uma equipe, composta por cerca de 20 bolsistas de graduação e pesquisadores diretamente envolvidos, além de outros pesquisadores que atuaram em trabalhos pontuais. A metodologia utilizada foi baseada em vistorias e visitas técnicas; levantamento socioeconômico e habitacional dos residentes; levantamento planialtimétrico e cadastral das áreas do assentamento; análise dos aspectos urbanos e ambientais do entorno; análise da legislação edilícia, urbanística, ambiental, e do patrimônio histórico e cultural da área e entorno; e reuniões com moradores, com agentes do IPJBRJ, assim como de instituições e órgãos governamentais (AMAHor, FAU/UFRJ, 2011).

[...] Tudo acontecia com as entrevistas, né? As ações na casa, tudo era marcado previamente, teve uma distribuição por área, né? Aí terminar por área X, por exemplo, começou no Morro das Margaridas, aí quando estava terminando se determinou assim, saberia qual seria a outra área. Os moradores eram avisados previamente, a gente recebia um ofício da SPU comunicando o dia e a hora que estariam ali... (Emília de Souza em entrevista concedida à autora em Outubro/ 2016).

No caso da comunidade do Horto, o professor Ubiratan relata as dificuldades de realizar um projeto desta magnitude com jovens estudantes da graduação, que ouvem os relatos emocionados que, muitas vezes, serão sobrepostos a argumentos técnicos.

Você transforma em agente público um jovem, uma jovem, que não tem nem ideia do que seja isso. E naquele momento ela tá representando a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ela tava encarnada naquilo que é o direito público, que é o uso do dinheiro público para política pública. Sozinha, sentada, tentando conhecer o que estava acontecendo (Ubiratan de Souza em entrevista concedida à autora em Julho/2017).

O cadastramento dos moradores também era uma ação fundamental, segundo o coordenador do projeto, no sentido de entender a dimensão humana e a relação deles com aquele ambiente. Na comunidade do Horto havia um problema em especial, que remonta ao século XVII, no início da ocupação do solo, e que é impactada pela implementação do Jardim Botânico (quando ainda era Jardim Imperial), uma vez que existiam moradores naquela área, além de uma infraestrutura mínima e relações escravagistas que, posteriormente, se tornaram relações de cunho mais capitalistas, com a chegada de fábricas e indústrias na região. A questão que ele coloca, como anteriormente relatado, é que muitos dos moradores são descendentes dessas pessoas.

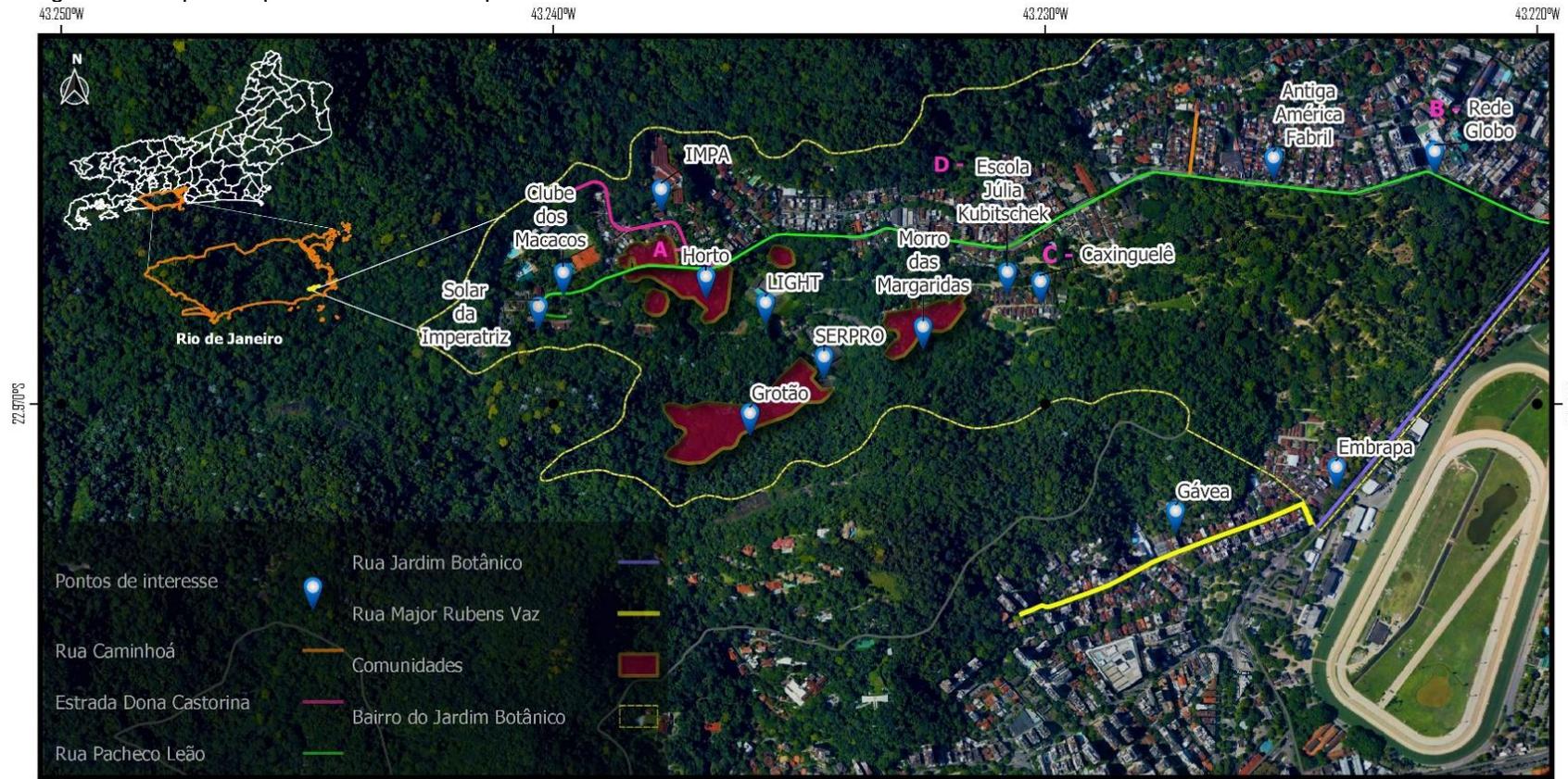
A manutenção do Instituto, que depois se tornou Instituto, né? do JB, dependia da permanência dos moradores e isso aí é uma questão central. Isso é de uma crueldade absurda, quer dizer, depois que eu te uso, eu te descarto. O que fizeram com a mão de obra, tanto indígena quanto dos povos nativos ancestrais dos negros africanos, fizeram depois com aqueles que nasceram aqui. A posteriori, fizeram com os trabalhadores e muitos servidores do serviço público (Ubiratan de Souza em entrevista concedida à autora em Julho/2017).

Segundo o arquiteto, a estrutura do traçado da comunidade ressalta a existência de um sistema viário pré-estabelecido, um parcelamento do solo previamente estabelecido: “você percebe que não foi aquela coisa de ocupa aqui, puxa ali, acolá, foi delimitado previamente pra ser ocupado”. Segundo ele, é possível perceber a infraestrutura de algumas áreas com saneamento, abastecimento de água, energia elétrica, indicando a relação de reciprocidade entre as pessoas que foram morar e trabalhar no local e o Instituto, especialmente por se tratar de uma população majoritariamente de baixa renda.

É possível observar, também, outros equipamentos como os reservatórios - terminal do sistema Guandu – que abastecem bairros da zona sul do Rio de Janeiro, o Clube Dezesete (ex-Clube dos Macacos), construído em 1964, e fundado por um grupo de engenheiros dirigentes da então Companhia Estadual de Águas da Guanabara (CEDAG), e a Escola Municipal Julia Kubitscheck (Figura 22). O arquiteto relata, portanto, as várias situações que se articulam e a existência de equipamentos de esferas distintas, como a escola municipal em terras federais, a partir de concessões de uso. O trabalho, então, foi realizado a partir do pressuposto básico de que a moradia é um direito fundamental. Para isso, foi feito um apanhado histórico, realizado com muita dificuldade devido à falta de acesso ao registro histórico e ao grande valor imobiliário da região.⁶⁴ Abaixo está apresentado o mapa que ilustra os pontos de interesse próximos da comunidade do Horto.

⁶⁴ Em dezembro de 2020, o índice FlipeZap publicou relatório com os preços médios dos imóveis nos cinco bairros mais caros da cidade, sendo eles: Leblon, Ipanema, Gávea, Lagoa e Jardim Botânico. Segundo o relatório, o bairro Jardim Botânico estava com o preço médio do metro quadrado no valor de R\$ 15.018 (FIPE ZAP, 2020).

Figura 22. Mapa dos pontos de interesse próximos a comunidade do Horto.



A



B



C



D

Mapa de Pontos de interesse próximos a comunidade do Horto, Jardim Botânico/RJ.



Datum: SIRGAS 2000
 Projeção: Sistema de Coordenadas Geográficas
 Fonte: IBGE 2010; IPP; Google Earth
 Elaborado por: Pilar Amadeu, 2021.

Como demonstrado anteriormente, a comunidade foi dividida em setores (figura 21), a fim de facilitar a análise dos dados que estavam sendo coletados. No entanto, a divisão entre setores não agradou a todos os moradores. Os residentes do chamado 1024 – caracterizados no setor físico como Vila 64 (setor 10 na figura 21) –, consideraram pouco estratégico para a luta deles a inclusão no Projeto de Regularização. Como pode ser observado no mapa, o setor tem entrada pelo bairro da Gávea e, por essa distância física, dentre outros fatores eles relatam que até a elaboração do projeto, eles não tinham direito a voz ou voto nas reuniões da AmaHor, não se considerando, portanto, comunidade do Horto.

Observa-se que mesmo nos casos dos setores 10 e 11, respectivamente, Vila 64 e Vila da Major, localizados na porção sudeste da área do projeto, não estarem conectados fisicamente aos demais setores pelo sistema viário interno ao polígono dessa área, os mesmos estão plenamente conectados ao contexto urbano local através da Rua Jardim Botânico e Rua Major Rubens Vaz. Além disso, tais aglomerados são, como os demais, expressões materiais e simbólicas da constituição histórica do território urbano como um todo, não circunscrito apenas pela poligonal que delimita a área do projeto. (AMAHor, FAU/UFRJ, 2011, p.14).

Sobre este assunto, Ubiratan de Souza relata que, durante as abordagens, foi feito um esforço da equipe de conectar os diferentes núcleos que estavam ameaçados de remoção, uma vez que todos os moradores residentes estariam ameaçados por residirem em áreas que se encontravam dentro do perímetro estabelecido.

No entanto, nem todos se reconheciam como Horto, em virtude de diferenças no nível de renda e no histórico de ocupação. Nesse sentido, para contribuir na construção da identidade coletiva, a equipe optou por sempre fazer reuniões amplas, e não por setores, pois entenderam que todos deveriam ser compreendidos como parte de um “todo”, uma vez que caso as reuniões fossem feitas por núcleos, mesmo que agrupando mais de um, as diferenças e separações entre eles acabariam sendo ressaltadas e reafirmadas, como se pode perceber no trecho de entrevista a seguir.

E a gente sempre mostrando que a nossa perspectiva, o trabalho da universidade, nós não éramos da prefeitura, do estado, da União, nós éramos sim servidores públicos federais, mas pra um trabalho da universidade que visava resolver dois problemas, resolver duas demandas, inclusive garantindo a permanência deles naquilo que fosse do nosso juízo a melhor decisão. Então se por qualquer razão tivesse de sair de onde estava, teria que ser uma razão forte e opção seria sempre colocá-los nas proximidades. Então isso aí a gente sempre conversou. (...) Isso ajudou a fortalecer a relação de confiança com os moradores e ao mesmo tempo de

identidade entre eles. (Ubiratan de Souza em entrevista concedida à autora em Julho/2017).

Sobre os setores, ainda, cabe destacar que o Memorial Descritivo da Proposta Preliminar das Poligonais (Delimitação dos Perímetros) da Comunidade (2011) caracteriza o setor da Vila da Major com algumas descrições bastante questionadas por parte dos moradores, especialmente, porque prevê a realocação de 23 das 24 unidades imobiliárias ali identificadas. Levando em consideração critérios como salubridade, acessibilidade, morfologia, infraestrutura, precariedade construtiva e ambientais, o documento chega à seguinte conclusão sobre o setor:

- Insalubridade na maior parte do aglomerado em decorrência da proximidade com a mata semifechada, da orientação ao sul, da presença de cursos d'água e de águas superficiais.
- Acesso pela Rua Major Rubens Vaz, através de servidão de pedestres, configurando um quadro de inadequação, agravado pela topografia acidentada e grande declividade, exceto para uma unidade imobiliária localizada ao nível do mencionado logradouro.
- Aglomerado apresenta dispersão acentuada entre as unidades imobiliárias e desconexão com o tecido urbano formal do entorno.
- Sistemas de abastecimento d'água, esgotamento sanitário, energia elétrica, iluminação pública e coleta de resíduos sólidos em contenedores localizados na servidão de acesso.
- Observou-se um elevado grau de precariedade na maior parte das unidades imobiliárias que constituem o aglomerado, em parte decorrente das características do local, conforme mencionado em itens anteriores.
- Constatou-se um elevado grau de vulnerabilidade ambiental em decorrência do tipo de ocupação em encosta íngreme, com unidades assentes em afloramentos rochosos. (UFRJ-LabHab, 2011, pp. 29)

Com grande adesão por parte dos moradores, até mesmo dos que antes pareciam desinteressados, a reunião de apresentação do projeto em que foram apresentadas as casas que seriam realocadas causou grande controvérsia. A proposta de realocação de algumas unidades habitacionais partia de conceitos relacionados à habitabilidade que, segundo Ubiratan, levavam em consideração riscos ambientais e sociais. Esta é uma problemática bastante delicada e recorrente em projetos que pretendem formular suas ações a partir de um mínimo de participação entre os envolvidos.

O projeto havia identificado 88 unidades imobiliárias (das 605 cadastradas pelo projeto) passíveis de relocação o que, obviamente, gerou um grande incômodo entre esses moradores, principalmente, pelo não entendimento de alguns critérios utilizados, como “área de risco”. Decisões como essa, no entanto, não são facilmente digeridas pela comunidade e, muito menos, pelos moradores diretamente impactados. Foi o caso de um dos moradores ouvidos durante o processo de elaboração do referido projeto. Ele relatou, durante uma entrevista muito emocionada, que a sua casa havia sido construída por seu avô, em 1945, sendo a casa mais antiga de um dos setores da comunidade. Por quase setenta anos seu avô trabalhou como guardião da nascente que fica na extremidade da comunidade e tinha sido ali que sua avó e sua mãe tinham vivido toda uma vida, ambas falecendo na residência. Agora, morando com sua família, ele questionava:

ninguém pode querer modificar a história de uma família por um simples "acordo" ou negociação sem o total consentimento da parte de fato envolvida no processo. Jamais foi feito o principal questionamento antes de qualquer decisão ou orientação neste processo de regularização fundiária e permanência na comunidade a nós: vocês aceitam sair ou mesmo serem realocados do local onde moram?

Ainda assim, com pequenas divergências, o projeto foi o que mais expressou a vontade de parte dos moradores. Os projetos anteriores para a área, elaborados pelo ITERJ e pelo próprio IPJBRJ, não se preocupavam em manter os moradores em suas residências, como comenta Emília:

esse plano do ITERJ teve a participação do Instituto Pereira Passos e o planejamento deles era em algumas áreas estar construindo prédios, né? De três e quatro andares pra remanejar as pessoas que estivessem na área do Jardim Botânico, pra remanejar as pessoas pra esses apartamentos... Mas assim, seria na verdade, seria uma solução, é uma solução. Mas não seria uma solução muito justa porque as pessoas, a maioria idosa, morar em prédio sem elevador, terceiro ou quarto andar como é que o idoso vai sair [...] E todo mundo tá acostumado a ter sua casinha, seu quintal, um pedacinho de terra pra mexer, pra plantar [...] Então seria uma mudança muito brusca tirar essa pessoa, colocar num apartamento que nem sei qual a metragem que teria, 40m², 60m²... E o outro ponto também é que logo que se começou, que esse projeto começou a ser discutido, a ser divulgado, né? O que que aconteceu? O Jardim Botânico começou a avançar para as áreas que esse projeto se propunha a utilizar, como ali em frente à Escola Júlia Kubitschek, ali haveria um núcleo com apartamentos, não sei quantos apartamentos [...] Então o Jardim Botânico começou a avançar né, dominar essas áreas e não avançou mais. Antes de começar a traçar esse projeto aconteceram muitas reuniões, assembleias, discutindo pra ver o que os moradores achavam, qual a forma de apresentar a melhor proposta, de elaborar o melhor projeto de acordo com a expectativa do morador. Aí nessas conversas então a gente, a SPU e a Faculdade de Urbanismo, eles perceberam que a característica do morador não é morar em prédio; que

seria na verdade um tipo de solução que não iria contemplar, muito pelo contrário né? Então foi daí que eles começaram a fazer um estudo, um levantamento de áreas dentro da comunidade, que pudesse estar fazendo remanejamento dentro da própria comunidade em casos de algumas situações (Emília de Souza em entrevista concedida à autora em Outubro/2016).

A perspectiva conciliatória entre as demandas do IPJBRJ e dos moradores apareceu diversas vezes durante a entrevista realizada. A proposta era defender o que era de consenso entre a SPU e a UFRJ, uma vez que este consenso não acontecia internamente na SPU e nem no IPHAN e, nesse sentido, visando garantir o direito de posse.

A SPU partiu do princípio do seguinte: vou pegar esta área e ver o seguinte, a princípio, vamos ver se a gente consegue então ter os moradores e ter o Instituto. O Instituto vai ficar, só que o Instituto não só vai ficar, como ele vai se expandir, e ele precisa se expandir. Então nós temos dois problemas: demandas do Instituto e demandas dos moradores. Tudo de um conjunto. Então nós temos que entender esse conjunto como um assentamento humano que inclui o Instituto (só que esse é naturalmente um equipamento público, etc, etc), enquanto que o restante é ocupado por moradias, ou seja, tem alegação fundamental de habitação. Dentro dele, você tem a escola, você tem a subestação da Light, você tem o Serpro, você tem o Clube dos Macacos, né, o clube da Cedae (que é uma unidade do sistema de abastecimento da água da Cedae). Então você começa a ver, você: peraí, o negócio é mais complexo. Não posso dizer que tem o Instituto e moradores aqui que invadiram ou deixaram de invadir. Primeiro, que eles não invadiram porque as pessoas já estavam e ele se expandiu, inclusive. E os moradores estão, naturalmente, ao longo de décadas e décadas aumentaram, apesar dessa relação ser muito pequena, então é uma situação que já estava ali estável, e já muitas instalações outras.

Em algum momento se assume a condição política nesse aspecto, né? Embora não mandatários, mas dizer que naquele momento você está desempenhando uma função de que? De negociação. Um projeto desses é um projeto de negociação, permanente. Nós estávamos negociando o tempo todo, inclusive com os próprios moradores. Mas não fazendo negociatas. Negociando no sentido de estabelecer diálogos éticos, democráticos, transparentes, onde as vontades são expressas de forma explícita, onde você tem que trabalhar as negociações na própria equipe (Ubiratan de Souza em entrevista concedida à autora em Julho/2017).

Devido à complexidade do tema que são as realocações ou remoções que impactam tantas pessoas, a próxima subseção pretende problematizar a importância que determinadas decisões técnicas ganham em detrimento de uma história de pertencimento ao ambiente. Ambiente este não encarado apenas como a luta pela terra da comunidade (no qual o mesmo seria realocado), mas como a reafirmação do lugar e da reafirmação territorial, como já mencionado anteriormente.

4.2.2 Risco social X História do local

O caso do morador que preferiu não se identificar relatado acima gerou um grande embate dentro da comunidade acerca dos critérios utilizados para realocação de unidades habitacionais. Ubiratan de Souza afirma que, neste caso específico, foram adotados critérios relacionados a um conceito mais amplo, que seria a habitabilidade, ou seja, condições mínimas para a moradia digna. Ele explica que foram encarados não apenas em uma perspectiva edilícia, mas também urbanística e ambiental: “ou seja, não é a unidade em si, não é o imediato dessa unidade, mas é a articulação dela com o todo assentamento” (Ubiratan de Souza em entrevista concedida à autora em Julho/ 2017).

Você tem que ter uma moradia digna. Eu parto desse pressuposto. Isso significa que os parâmetros urbanísticos e edílios que nós usamos de construção do ambiente não devam ser tratados diferentes em função da trajetória de vida, da renda, do sócio-econômico, da etnia, que valha... seres humanos precisam ser tratados como seres humanos.

As afirmações sobre o local de moradia de muitas famílias, algumas residindo ali há mais de 60 anos, causou um grande reboiço durante a apresentação do projeto. Segundo o morador do setor que foi entrevistado, quando as pessoas não se sentem partícipes das decisões, fica mais difícil aceitar e legitimar este processo. Enquanto os moradores não impactados reconhecem o plano como um plano autêntico, os que são diretamente impactados sentem que essas decisões foram arbitrárias e não o legitimam.

Nesse sentido, surgiu uma demanda da comunidade para a produção de um relatório técnico a respeito do que estava sendo considerado “área de risco”. Em 2014, então, a comunidade entrou em contato com os arquitetos, companheiros de luta pela moradia, Marcus Azevedo e Fátima Tardin e o engenheiro Maurício Campos, a fim de elucidar, especialmente, a existência ou não de um risco geotécnico, assim como, de realizar a avaliação de condições referentes à acessibilidade, à salubridade e à segurança da área e das próprias edificações. A demanda surgiu “diante das dúvidas e preocupações manifestadas pelos seus moradores quanto às conclusões que foram apresentadas no âmbito do estudo realizado pela UFRJ para fins do processo de regularização urbanística e fundiária da Comunidade do Horto empreendido pela SPU e outros órgãos governamentais”, como relata o próprio relatório da Vila da Major.

Foram realizadas, então, duas visitas técnicas a este setor com estes objetivos, no qual se conclui:

No caso da Comunidade do Horto, a iniciativa da SPU, junto com a UFRJ, não tinha como objetivo a remoção da comunidade, mas sim realizar os estudos que pudessem embasar o projeto de urbanização e regularização fundiária. Mas esse estudo resultou na proposta de relocação de algumas casas, sendo que no caso da Vila da Major, foi proposto o reassentamento completo da comunidade, exceto uma casa.

No entanto, na avaliação das condições urbanísticas e ambientais da comunidade, a conclusão a que chegamos não coincide com aquela apresentada pela UFRJ. Os argumentos apresentados no “memorial” são excessivamente genéricos e carecem de comprovação prática, segundo pudemos constatar nas visitas realizadas.

Considerando aspectos de ordem ambiental, urbanístico, geotécnico ou relativos à salubridade e estabilidade das construções, concluímos que a Comunidade da Vila Major apresenta condições adequadas, não havendo razões técnicas que justifiquem a necessidade de sua remoção. O que se pôde constatar é que a comunidade necessita, sim, de um projeto de urbanização, que melhore as condições gerais da área, além de um programa de melhoramento das moradias (SANTOS *et al.*, 2014).

O relatório do contra-laudo argumenta ponto a ponto os problemas identificados pelo projeto da UFRJ/SPU. Quanto ao acesso ao setor, o relatório aponta que este era feito inicialmente por outras vias, sendo em um segundo momento por dentro de um terreno pertencente ao IPJBRJ e, mesmo este terreno ainda estando vazio, os moradores não sabiam explicar porque o acesso deixou de ser feito por ele para passar a ser pela servidão ainda hoje utilizada. Quanto à cobertura vegetal e drenagem natural, o relatório concluiu que “não há sinal de degradação ou desmatamento recente da cobertura vegetal”. Quanto ao abastecimento e à infraestrutura, é destacado que o setor possui conexão com as redes de distribuição e coletoras de água, energia elétrica e esgotamento sanitário, além de coleta de lixo regular. Quanto ao estado das edificações, é ressaltado que:

As casas da comunidade em sua maioria não apresentam sinais de obras recentes, o que é justificado pelos moradores como decorrência do controle exercido pelo IPJBRJ quanto à entrada de materiais de construção e, também, da situação de relativa insegurança quanto à possibilidade de permanência nas casas. Como se sabe, a Vila da Major e os demais setores habitacionais que compõem a Comunidade do Horto têm, em anos recentes, sido submetidos à uma pressão constante, exercida pelo IPJBRJ em aliança com segmentos ligados à especulação imobiliária, os quais têm patrocinado uma campanha sistemática contra o direito à moradia dessa comunidade. (Relatório – contra laudo, 2014)

Por fim, sobre as encostas e a geomorfologia da área, o documento problematiza:

A partir das curvas de nível da planta do Projeto de Regularização Cadastral, Fundiária e Urbanística do LabHab-FAU/UFRJ, bastante detalhadas na área da Vila da Major, e da estimativa da distância horizontal obtida por comparação das medidas da quadra esportiva da Escola Nova (antigo Colégio Rio de Janeiro), na mesma planta e na escala do Google Maps, podemos estimar a declividade (exceto na escarpa leste) entre 30 e 45%. Ou seja, trata-se de terreno acidentado, onde devem ser observadas medidas preventivas adequadas em termos de drenagem superficial e cuidado na execução de cortes e aterros, porém nada que destoe da realidade da grande maioria das áreas de encostas habitadas no Rio de Janeiro, onde existem assentamentos permanentes em declividades por vezes superiores a 60%, como é o caso, aliás, do Condomínio Canto e Mello, situado nas proximidades, na Gávea. (Relatório – contra laudo, 2014)

A contraposição entre os argumentos do projeto e o relatório produzido posteriormente, suscita a discussão a respeito dos parâmetros frequentemente utilizados em projetos técnicos. Em entrevista com uma das arquitetas que produziu o relatório, Fátima Tardin, ela questiona os parâmetros edilícios da Zona Sul carioca em oposição às construções de favelas e às soluções encontradas por estes para resolver problemas urbanos. O coordenador do projeto, no entanto, parte de um ponto de vista diferente em que o risco social, caracterizado por esses critérios de salubridade, acessibilidade para ambulâncias, mobilidade, entre outros, contribuem diretamente para as decisões de realocação uma vez que, para ele, é uma questão de ética tentar colocar os moradores fora de locais que possam oferecer algum risco social e/ou ambiental.

Além disso, Fátima Tardin questiona o poder que o argumento técnico tem sobre as justificativas, seja a favor ou contra os moradores, pois a justificativa técnica sempre aparece como um fator fundamental para a legitimação do processo. Apesar de, em muitos momentos, esta ferramenta ser utilizada como um instrumento de resistência, ela questiona o quanto a realização de um projeto técnico não afasta os moradores do protagonismo da luta. Na sub-seção seguinte será abordada a dimensão da discussão entre preservação ambiental e racismo ambiental, que também está na interface de questões técnicas e aspectos sociohistóricos.

4.2.3 Preservação ambiental ou racismo ambiental?

O questionamento em relação às áreas de risco não se deu somente no âmbito do Projeto de Regularização Fundiária, mas, também, nas tensões com os outros atores envolvidos, que evocavam o discurso da preservação ambiental sempre que houvesse oportunidade. Como relata Gomes (2014), em 2010 se iniciou, através de uma denúncia anônima, um processo junto ao Tribunal de Contas

da União (TCU) na qual a denunciante relatava irregularidades e ilegalidades no procedimento de regularização fundiária de interesse social na comunidade do Horto. Segundo o autor:

A denunciante argumentou que estavam sendo praticadas diversas irregularidades/ilegalidades, através do procedimento de regularização fundiária de interesse social envolvendo a Comunidade do Horto, tais como: tentativa da Secretaria do Patrimônio da União no Rio de Janeiro, promover regularização fundiária em área tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em violação da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional; tentativa da Secretaria do Patrimônio da União no Rio de Janeiro de promover regularização fundiária em área classificada como unidade de conservação ambiental, área de preservação permanente e biomas da Mata Atlântica, em violação da Constituição Federal e da legislação infraconstitucional; aparente inconsistência nas informações apresentadas no Relatório Interministerial SPU/IPJB de 2007 que indicava a existência de 3.000 moradores na área do Jardim Botânico e o levantamento realizado pela UFRJ em 2010 indicava 1.890 moradores no local; ausência de resposta da Secretaria do Patrimônio da União no Rio de Janeiro relativa a solicitações de interessados de obter cópia de documentos, relatórios e pareceres relativos ao projeto de regularização fundiária; formalização irregular de cessão sob o regimento de concessão de direito real de uso gratuito, por prazo indeterminado, com ocupante de imóvel situado à Rua Pacheco Leão 1.235, casa 124, antes da conclusão das etapas previstas no cronograma do projeto de regularização fundiária na área do Jardim Botânico; o Instituto de Pesquisa do Jardim Botânico do Rio de Janeiro estaria descumprindo suas finalidades e competências fixadas em lei, em virtude das pressões que estaria sofrendo da Secretaria do Patrimônio da União no Rio de Janeiro para implantar, dentro de área ambiental de preservação permanente, projeto de regularização fundiária, contrariando interesse público. (Gomes, 2014)

A SPU prestou esclarecimentos sobre a argumentação da denunciante, mas, no entanto, em 2011, o TCU decidiu por analisar o projeto de regularização fundiária mais detidamente, alegando que o projeto tratava de uma área tombada e protegida pela legislação ambiental, além do alto valor imobiliário da região, como relatou Gomes (2014):

No relatório realizado pela equipe de auditores do TCU e que se encontra incorporado ao corpo do acórdão nº 2380/2012, restaram destacadas as seguintes questões: omissão de cessão de área do Jardim Botânico pela SPU/RJ ao JBRJ; regularização fundiária em áreas tombadas do Jardim Botânico; proposição de cessão de áreas pelo JBRJ para uso incompatível com sua missão; alienação de áreas sem comprovação prévia da desnecessidade das mesmas para a administração pública; insuficiência dos controles internos da SPU/RJ relativos aos projetos de regularização fundiária; insuficiência das informações fornecidas nos canais de acesso disponibilizados aos cidadãos; adoção de instrumento jurídico (CDRU) sem base legal; CDRU praticada com irregularidades; previsão de regularização fundiária de edificações situadas em faixa não edificável; posse irregular de imóveis da união; sonegação temporária de dados pela SPU/RJ.

Nesse sentido, os auditores concluíram que a iniciativa da SPU não tinha base legal para sua realização e chegaram a seguinte confirmação: “O acórdão confirma a determinação para que a SPU/RJ se abstenha de realizar a titulação a ocupantes de imóveis no projeto de Regularização Fundiária de Interesse Social no Jardim Botânico da cidade do Rio de Janeiro, enquanto perdurar as irregularidades identificadas no processo” (Gomes, 2014. P.134).

O TCU estabeleceu prazos para que algumas ações fossem realizadas, dentre elas, a delimitação da área de interesse e essencial às atividades do IPJBRJ e do IPHAN. Dessa forma, como mencionado anteriormente, em maio de 2013, a então ministra do Meio Ambiente, Izabella Texeira, anunciou a definição do novo perímetro do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

A nova delimitação do perímetro tratava de forma desigual os moradores do Horto e os moradores de luxuosos condomínios na região, colocando em risco cerca de 520 moradias e mantendo as construções mais abastadas.

O Rio de Janeiro tem uma legislação que estabelece que não se pode construir a partir da cota 100 de altura em relação ao nível do mar. E naquela região existe o Condomínio Parque Canto e Mello, um lugar de residência de segmentos abastados, de alto poder aquisitivo, que tem cota 200. É uma construção localizada nos limites da área que é o objeto de discussão e de litígio. Pela proposta oficial, esse condomínio de alto luxo continuará intocável, ao mesmo tempo que se prevê o desalojamento de mais de 1500 famílias de suas moradias. [Ubiratan de Souza] (BALDEZ, 2013).

Sobre esta questão, Mariah de Oliveira Ribeiro, em sua monografia de conclusão de curso em geografia, problematiza o tratamento diferenciado que é dado às camadas mais pobres quando o assunto é preservação ambiental. Ela relata, com base em uma reportagem feita pelo portal jornalístico “Agência Pública”⁶⁵, que há tempos existe uma ação civil do Ministério Público e da Prefeitura que constatou o dano ambiental provocado por condomínios de luxo que, durante o processo de tramitação da ação (entre 1991 e 2003), teria triplicado o número de imóveis. No entanto, como conta a autora, os argumentos utilizados pelo condomínio foram os mesmos reivindicados pelos moradores do Horto: o direito à moradia expresso pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Cidade. O resultado, no entanto, foi bem diferente: “E para o espanto dos moradores, em 2012 o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro regularizou o condomínio, que precisou, apenas, pagar

⁶⁵ Disponível em: <<https://apublica.org/2017/03/pobre-sai-rico-fica/>>.

multas pelos danos ambientais” (Oliveira Ribeiro, 2017 p.26). Os impactos gerados pela construção de 26 mansões na região atingiram cerca de 7,55 hectares da floresta, mas, no entanto, o Tribunal entendeu que a demolição “das mansões seria medida de ‘extremo radicalismo’ porque a biofragilidade local não suportaria tais intervenções (demolições, movimentos de máquinas e caminhões, etc)” (A Pública *apud* OLIVEIRA RIBEIRO, 2017).

O caso do Canto e Mello configura apenas um, dentro do espectro de injustiças ambientais cometidos contra a população não abastada da comunidade do Horto. O Clube dos Macacos, ou Clube 17, está localizado nas mesmas terras da União. Existe para entreter os moradores do Jardim Botânico e Gávea que podem arcar com o custo de R\$ 10.000 (dez mil reais) para se tornar sócio. Outro acontecimento emblemático foi a remoção de uma pequena comunidade com pouco mais de vinte casas na Rua Sara Vilela, também no bairro do Jardim Botânico. Na década de 90 os moradores foram expulsos e onde antes havia um conjunto de casas populares, hoje existe um novo bairro, com segurança privada e sua própria associação, é o chamado Alto Jardim Botânico. As famílias removidas vivem hoje em Jacarepaguá em uma área de mangue, segundo o presidente da AMAHor, Emerson de Souza. (OLIVEIRA RIBEIRO, 2017. p. 26).

Figura 23. Imagem da denúncia feita pelo Comitê Popular Da Copa e Olimpíadas.

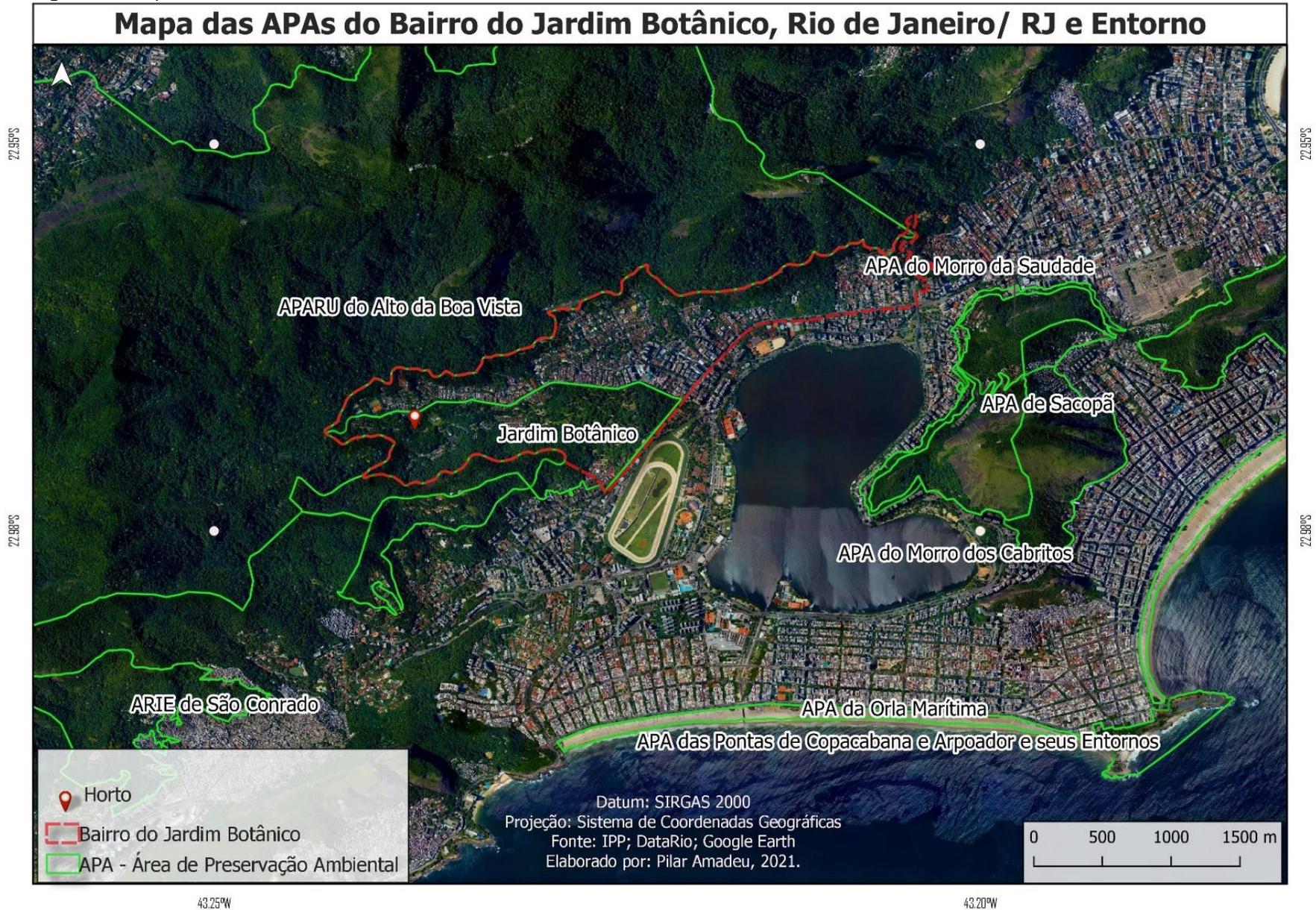


Fonte: Comitê Popular Rio (2013).

Além disso, o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro foi declarado integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (RBMA) e estando o

bairro em que ele se localiza cercado por áreas de preservação ambiental, como demonstra o mapa seguir, o discurso preservacionista ambiental tem sido, assim como em outras comunidades do Rio de Janeiro, um dos argumentos norteadores para legitimação das remoções. Cabe ressaltar a assimetria e certas falácias que este discurso impõe.

Figura 24. Mapa das APAS do bairro Jardim Botânico e entorno.



Na perspectiva da Ecologia Social, defendida por Bookchin (2010), é justificada a ideia de que a sociedade, vida social e natureza não estão, necessariamente, em lados opostos. A ecologia social se propõe a demonstrar de que forma a natureza e sociedade se relacionam e se interpenetram cotidianamente, valorizando suas diferenças e estabelecendo um maior entendimento a respeito do lugar da sociedade e humanidade de uma forma geral na evolução natural. A ideia é de que a natureza não é somente um horizonte que observamos a partir de uma janela, “uma vista congelada em uma paisagem ou em um panorama estáticos” e sim, uma longa acumulação histórica do desenvolvimento social. “A história natural é uma evolução cumulativa em direção a sempre mais variadas, diferenciadas e complexas formas e relações” (BOOKCHIN, 2010: p. 123).

A Ecologia Social propõe a visão de que a origem da oposição entre sociedade e natureza está fundamentada em divisões inerentes às relações humanas, como o domínio hierárquico e seus consequentes conflitos, generalizados e camuflados a partir da palavra “humanidade”. Os “problemas básicos que colocam a sociedade contra a natureza” estão, nas palavras de Bookchin (2010, p. 117), “situados dentro do próprio desenvolvimento social, e não entre a sociedade e a natureza”. O uso do termo humanidade tende por homogeneizar diferentes visões de mundo, mascarando oposições e antagonismos, iguala “brancos e negros, homens e mulheres, ricos e pobres, opressores e oprimidos”.

A percepção da dimensão social dos problemas tende a ser encoberta pela dimensão ecológica e as noções de uso do espaço são generalizadas em perspectivas “hierárquicas, estatistas, autoritárias ou dirigidas por interesses de classe”. Pode-se considerar que “a ecologia profunda, espiritual e misantrópica, desvia-nos gravemente destas questões quando nos chama atenção mais para os sintomas do que para as causas”, carecendo, portanto, esmiuçar as dimensões sócio-históricas do conflito social (BOOKCHIN, 2010, p. 108).

A partir da observação dos conflitos que envolvem a questão ambiental no Brasil, foi desenvolvido pela FIOCRUZ o “Mapa de conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil”, no qual se insere a comunidade do Horto. Para isso, foram analisados o tipo de população atingida e o local do conflito; tipo de dano à saúde; a síntese do conflito e os principais documentos e fontes sobre o caso. Relatou-se então a comunidade do Horto como uma comunidade urbana que estaria sofrendo com a piora na qualidade de vida e danos morais, através de campanhas

difamatórias em veículos de comunicação, durante a sua luta contra a especulação imobiliária.

Partindo de outra corrente das ciências sociais, mas admitindo, no entanto, que as noções do uso de espaço e suas apropriações serão diferentes de acordo com os interesses de classe, Acselrad (2004) vai definir os conflitos ambientais como:

aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem ameaçada a continuidade de suas formas de apropriação, ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – em decorrência do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação de uma mesma base de recursos, ou de bases distintas, interconectadas pelas interações ecossistêmicas. (ACSELRAD, 2004, p.14).

Silva (2012, p.92), em sua argumentação sobre os conflitos ambientais brasileiros, chama a atenção para outro elemento que se faz fundamental para a compreensão de alguns casos de injustiça ambiental, o racismo ambiental:

O reconhecimento do racismo ambiental, discutido como conceito autônomo – ainda que compreendido como uma forma de injustiça ambiental – acaba por colocar em evidência a necessária análise dos fatores raciais nas situações de injustiça, visto que uma abordagem predominantemente classista acabaria por encobrir e naturalizar o racismo em nossa sociedade. Para nós, significa dizer que ainda que o racismo e as questões raciais possam não ser a base de análise de todas as situações em que se identifica a ocorrência de injustiça ambiental, haverá certamente aquelas que serão incompreensíveis sem a sua consideração.

Apesar de uma parte do movimento negro enxergar na utilização do termo racismo ambiental “uma tentativa de minimização do racismo em si”, uma vez que seu termo complementar “ambiental” poderia limitar “o conteúdo amplo e institucional das práticas racistas na nossa sociedade” (PACHECO, 2006 *apud* SILVA, 2012), a visão de Silva é pertinente nesta discussão, posto que “é justamente a ausência da consideração da existência de discriminação racial ao longo da história do país que se torna ainda mais urgente a reflexão acerca das questões raciais na busca de uma justa distribuição dos recursos e dos riscos naturais” (SILVA, 2012, p.95). Ampliando os questionamentos desta discussão, Bullard (2004 *apud* SILVA, 2012 p.42) indaga: “por que algumas comunidades são transformadas em depósitos de lixo enquanto outras escapam? Por que as regulamentações ambientais são vigorosamente aplicadas em algumas

comunidades e não em outras?” Retomando a questão do conflito ambiental e suas diferenças espaciais, Acselrad conclui: “quando a distribuição locacional discriminatória das práticas espaciais danosas é objeto de crítica no espaço público e o acordo simbiótico entre as diferentes práticas se mostra impossível, conflitos ambientais urbanos se desencadeiam” (ACSELRAD, 2015, p.65)

Herculano (2006, s/p), define racismo ambiental como:

Racismo ambiental é o conjunto de ideias e práticas das sociedades e seus governos, que aceitam a degradação ambiental e humana, com a justificativa da busca do desenvolvimento e com a naturalização implícita da inferioridade de determinados segmentos da população afetados – negros, índios, migrantes, extrativistas, pescadores, trabalhadores pobres, que sofrem os impactos negativos do crescimento económico e a quem é imputado o sacrifício em prol de um benefício para os demais (HERCULANO *apud* SILVA, 2012).

Seguindo esta linha de raciocínio, Silva (2012) traz a compreensão das relações estabelecidas nas sociedades atuais a partir do pensamento de Santos (2009, p.23), que diz que esta compreensão estaria dividida entre o que é visível e invisível, relevante e irrelevante, construindo o racismo a partir da diferenciação entre *nós* e o *outro* (Letin, 2008 *apud* SILVA, 2012). Dessa forma, a autora relaciona muitos dos conflitos ambientais à “chegada do estranho”, conflitos que teriam em sua origem nas rupturas com um modo de vida local a partir da chegada de novos empreendimentos, como a construção de complexos turísticos, de mega-edifícios, vias de tráfego, usinas nucleares, entre outros (HERCULANO, 2006 *apud* SILVA, 2012).

Trata-se aqui de conflitos causados por racismo ambiental, na medida em que surgem quando grupos etnicamente marcados, (Sayyid, 2004) vulnerabilizados, se deparam com a “chegada do estranho” (Martins, 1991), caracterizada pela chegada de novos empreendimentos que causam ruptura numa existência coletiva de povos e comunidades tradicionais, com os seus modos de fazer, criar e viver. Estabelece-se, assim, uma interessante dialética, uma vez que “o estranho”, a partir desta perspectiva, passa a ser o detentor do modo de vida predominante. É possível notar-se também uma espécie de inversão nos casos de racismo ambiental quanto à relação que se estabelece entre o tempo de permanência de determinado grupo em um espaço e o exercício do poder por este mesmo grupo. (SILVA, 2012, p.98)

É interessante a análise feita por Silva, principalmente, no momento em que ela traz os conceitos de *established* e *outsiders*, de Nobert Elias, para problematizar os conflitos ambientais. Neste estudo, Nobert Elias (2000) relata como a população de uma pequena cidade inglesa já instalada (*established*) demarca uma segregação física, além de difamar e desabonar moralmente a população recém chegada

(*outsiders*), a fim de afastá-los da possibilidade de poder local, estabelecendo assim o conflito entre *established* e *outsiders*. Ela questiona:

Quem seriam, nos conflitos ambientais, os *established*, e quem seriam os *outsiders*? Se, no seu estudo, Elias associa a busca e manutenção do poder à população instalada há mais tempo em determinado território, nos conflitos ambientais aqui abordados a lógica é claramente invertida. A definição quanto a quem está e quem não está estabelecido nos casos dos conflitos causados por racismo ambiental, não considera o território, mas a economia mais forte e a cultura mais amplamente aceita. Assim, quem sempre viveu em determinado local, passa a estar excluído do que se determinou como “a melhor” – ou a mais rentável – utilização para este. Esta é uma das formas de invisibilização destas comunidades, tratar o território ocupado por elas como vazio, ainda que elas estejam ali “estabelecidas” há séculos.

Sobre a questão das “situações de risco”, Acselrad nos chama a atenção para a necessidade de avançar na discussão locacional e sociodemográfica destas populações ditas “sob risco” ou “vulneráveis”, indo em direção a uma análise processual e relacional da “produção social da vulnerabilidade”:

Isto porque a busca de elementos para a caracterização objetiva das condições de vulnerabilidade dos sujeitos tende a esbarrar em duas dificuldades correntes – a de não se considerar a vulnerabilização como um processo e a condição de vulnerabilidade como uma relação. Dada a recorrência com que se têm verificado eventos climáticos extremos com consequências disruptivas no tecido social das cidades, o que procuramos trazer aqui é uma discussão acerca da vulnerabilidade ambiental vista como historicamente determinada – e desigualmente distribuída na sociedade. (ACSELRAD, 2015, p.58).

Retomando, portanto, a ideia de que “o conceito de racismo ambiental tem seu principal foco na injustiça racial e na evidência de que grupos racializados sofrem desproporcionalmente os custos sociais de maneira geral” (SILVA, 2012, p.105), entendemos como este conceito se faz relevante em um país como o Brasil, cujos contexto e história - apesar do desenvolvimento do chamado mito da democracia racial – são marcados pela forte resistência negra ao regime de escravidão vigente durante séculos, pelo processo colonial e as especificidades do processo abolicionista, assim como pelo advento da república, que sempre manteve determinada parte da população à margem (SILVA, 2012).

Bullard (2004, *apud*. SILVA, 2012, p.94) aborda a questão da segregação espacial dos negros, em especial em relação à moradia, uso do solo e ambiente construído a partir do que ele chama de “*apartheid* residencial”. Ele exemplifica como o racismo atua espacialmente, funcionando como um “potente fator de distribuição seletiva das pessoas no seu ambiente físico, influenciando o uso do

solo, os padrões de habitação e o desenvolvimento de infraestrutura” a partir dos guetos norte-americanos, subúrbios na África do Sul e favelas no Brasil. Segundo o autor:

Estas questões, que refletem claramente um cenário de desigualdade racial, relacionam-se diretamente com a problemática da justiça ambiental e especificamente servem para a caracterização de casos de racismo ambiental. Isto porque determinam um acesso desigual à água potável e ao saneamento básico, a localização de instalações poluidoras e de alto risco em áreas habitadas por negros – inclusive instalações estatais – e uma maior exposição aos riscos de desabamentos e de contaminação por resíduos tóxicos. Bullard (2004: 52 *apud* SOUZA, 2012, p.94).

O caso atual da comunidade do Horto se difere em alguns pontos dos casos relacionados pelos autores anteriormente citados, uma vez que a comunidade do Horto se localiza em um lugar privilegiado no que se refere ao acesso à natureza, não estão sujeitos a poluição ou dejetos, pelo contrário, os moradores se preocupam com a preservação do lugar e com a manutenção do modo de vida que levam. Além disso, a comunidade possui acesso a saneamento básico e a água potável. No entanto, não foi sempre assim. Os moradores contam como era difícil o acesso a comunidade quando para o local se deslocaram.

Até a década de 80 esta área era uma área totalmente abandonada, totalmente inóspita, que não tinha condição, não tinha hospitais, não tinha escola... A gente pra chegar até a rua Jardim Botânico nós tínhamos que ir a pé, só depois de muito tempo é que houve a primeira linha de ônibus aqui. (Emília de Souza, em entrevista concedida à equipe do Observatório em Julho/ 2016).

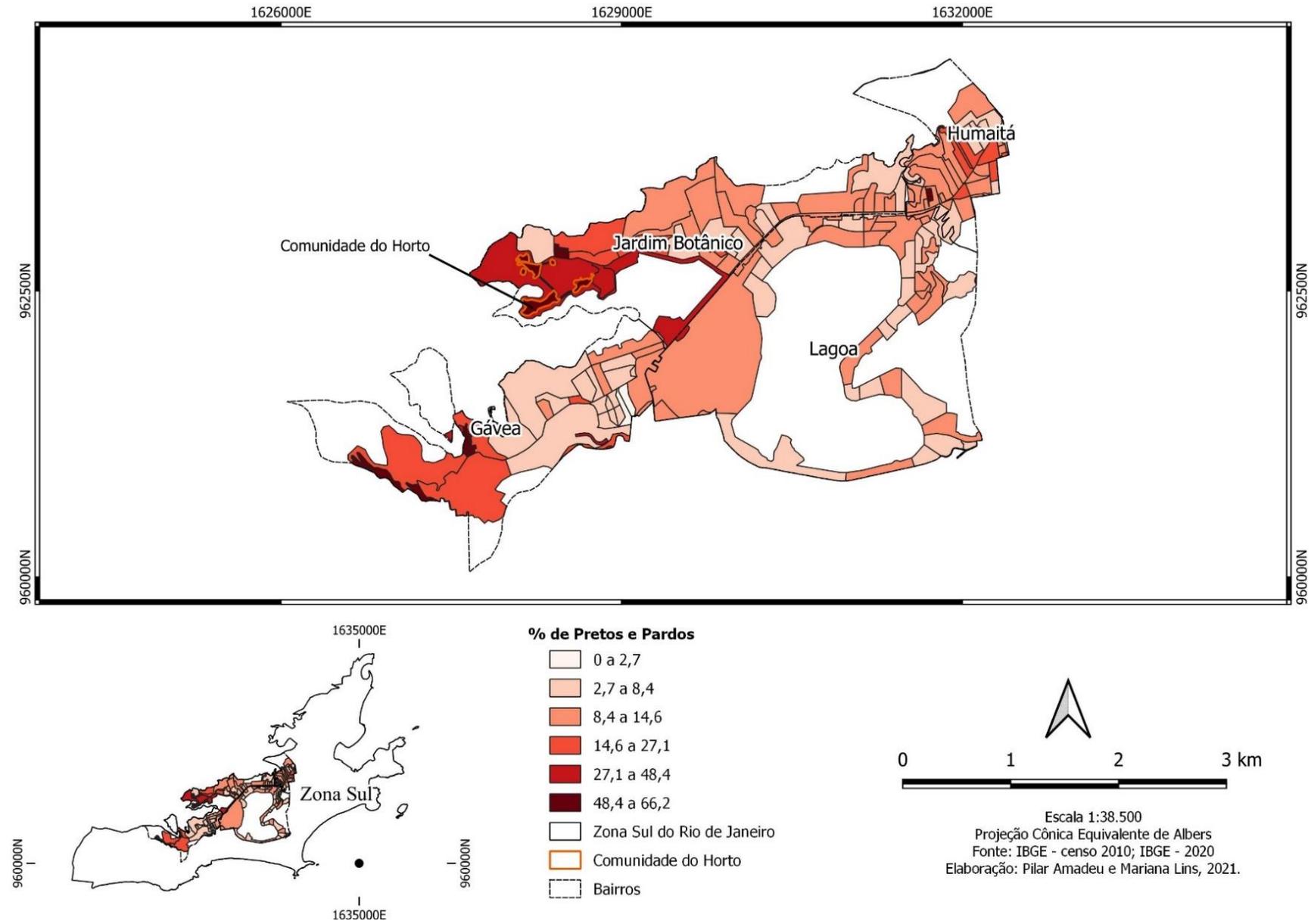
Nesse sentido, cabe retomar a questão da influência que o alto valor imobiliário da região tem sobre a questão racial envolvida neste conflito. Onde se localizam os moradores autodeclarados negros nesta região? Ao observarmos o mapa com a concentração de pretos e pardos por setor censitário nos bairros ao redor da comunidade, fica evidente o que a dissertação de mestrado de SANTOS (2017) confirma, posto que ao racializar a dimensão histórica da questão das remoções na cidade do Rio de Janeiro, trouxe importantes contribuições para este debate. Ela aponta que, assim como a família de Emília de Souza e Edson Santos, representantes da luta da comunidade, 62,1% dos moradores do Horto são negros, considerando as categorias pretos e pardos através de dados do Censo de 2010 realizado pelo IBGE, e conclui:

a extinção dessa comunidade se constitui, mais uma vez, enquanto uma “limpeza étnica”, principalmente quando se contrapõe esses números aos

da população do bairro Jardim Botânico, que é majoritariamente composta por pessoas brancas, somando um total de 82,8% (SANTOS, 2017, p.111).

Além disso, ela ressalta outro dado importante sobre o perfil demográfico dos moradores: a população é majoritariamente feminina, sendo grande parte destas de origem afrodescendente, segundo a escala utilizada pelo IBGE; trazendo um sensível relato sobre o protagonismo das mulheres negras na comunidade.

Figura 25. Mapa racial dos setores sensíveis dos bairros Jardim Botânico, Humaitá, Lagoa e Gávea.



É necessário ressaltar que, a área destacada no mapa como comunidade do Horto não envolve toda a área do projeto de regularização. É importante lembrar, também, que os moradores da Vila da Major e da Vila 64, próximos ao Jockey Club, não estão assinalados no mapa. No entanto, é possível perceber que o setor censitário que corresponde a estes locais também concentra um maior percentual de negros em relação aos setores do entorno.

Atualmente, com o alto valor imobiliário da região, como bem observa SILVA (2012) em seus relatos de conflitos ambientais rurais, o papel se inverte entre os *established* e os *outsiders*. Os “recém” chegados exercem tamanha pressão na comunidade bicentenária, que a obriga a se defender na busca por sua permanência. Souza (2017) ressalta que a luta histórica da comunidade do Horto passa pelo colonialismo, escravidão, quilombos, direito à moradia. Foi somente através da resistência da população que a mesma pôde permanecer em seu território, resistência essa protagonizada principalmente por mulheres negras. A remoção dessa comunidade e conseqüente apagamento desta história local significa, portanto, “um real apagamento não só da história do Rio de Janeiro como também da história do Brasil” (SOUSA, 2017, p.120).

Nós sabemos perfeitamente que essa decisão só vai atender a elite da zona sul, que prima em fazer a limpeza social aqui na área. Pobre não tem direito a morar na zona sul. Eles querem remover a comunidade pra valorizar as áreas, pra valorizar seus imóveis, pra valorizar o terreno onde estão hoje plantadas a suas mansões, sendo que a comunidade já está aqui há duzentos anos e vamos brigar, vamos lutar até o fim pela nossa permanência”. (Emília de Souza, 2014 no vídeo Passeata da Resistência Contra a Remoção do Horto⁶⁶)

A partir das discussões feitas e análises das experiências apresentadas, o próximo capítulo traz reflexões acerca da importância de projetos protagonizados pelos atores considerados à margem das decisões institucionais.

⁶⁶ Vídeo disponível no Youtube (MÍDIA INDEPENDENTE COLETIVA, 2014).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A luta histórica do Horto e a experiência de planejamento ocorrida na comunidade estava inserida no contexto da escala municipal, onde esta parcela da sociedade é colocada à margem no acesso ao poder das decisões institucionais. Portanto, foi necessário visitar outras experiências nesta mesma escala, como a Vila Autódromo e as Vargens para compreender melhor o caso principal dessa pesquisa, o Horto. O objetivo da análise das iniciativas de planejamento em contexto de conflito ocorridas no Rio de Janeiro era alargar e complexificar a discussão sobre o planejamento e o conflito no Sul Global, uma vez que as análises de abordagem crítica das periferias latinas são, frequentemente, realizadas a partir das territorializações dominantes, deixando as territorializações resistentes como coadjuvantes e reproduzindo, assim, uma visão colonial dos processos de urbanização (TEXEIRA & BARTHOLL, 2015, p.12). Dessa forma, o capítulo final se inicia trazendo contribuições de autores que nos inspiram a pensar as possibilidades de criação de instrumentos e formas combativas para as lutas urbanas a partir do protagonismo dessas comunidades em resistência.

Em seguida, na última parte dessa dissertação, fazemos uma reflexão sobre os principais assuntos abordados neste trabalho. Algumas considerações a partir das experiências apresentadas são feitas, apontando semelhanças e diferenças entre elas, a fim de contribuir com a discussão iniciada por Vainer et al. (2016) e Tanaka (2017) sobre a ideia em construção a respeito do que os autores chamam de “planejamento conflitual”, à luz da experiência ocorrida na comunidade do Horto.

5.1 Pensando o conflito e o planejamento a partir “das margens”

Apesar de muitas vezes as análises das periferias latinas serem feitas através dos discursos hegemônicos produzidos pelas territorializações dominantes, muitos autores vêm ressaltando a importância da análise a partir “debaixo”, posto que “das margens se vêem melhor as estruturas de poder” (SANTOS, 2011, p.59). “Estar na margem é fazer parte do todo, mas fora do corpo principal”, afirma Hooks (2019c, pp. 288) ao reafirmar a localização marginal como “posição e lugar de resistência”, capaz de transformar e produzir novas realidades.

Há de se tomar cuidado para o risco de se romantizar a opressão dos marginalizados, sem, no entanto, perder a compreensão de que esses espaços “têm sido tanto lugares de repressão quanto lugares de resistência” (HOOKS, 2019,

p.292). E, nesse sentido, “a opressão forma as condições de resistência” (KILOMBA, 2019). Daí então a necessidade e a importância de falar desde as margens. Falar como resistência (HOOKS, 2019, p.293).

Partindo desta premissa de valorização do discurso contra-hegemônico, Boaventura de Sousa Santos defende a ideia de que para a produção de um conhecimento científico-social que englobe esta visão, a qual o autor chama de Epistemologia do Sul, faz-se necessário primeiro compreender a complexidade das relações colonialistas:

Para essa concepção, colonialismo são todas as trocas, todos os intercâmbios, as relações, em que uma parte mais fraca é expropriada de sua humanidade. Há muitas sociedades hoje que não podemos entender de verdade sem essa ideia de privação da humanidade das pessoas (SANTOS, 2011, p.59).

E, nesse sentido, defende uma “ecologia dos saberes” em que saberes científicos e não científicos devem dialogar e produzir um conhecimento “trans-escalar”, a fim de que se desenvolva “algum tipo de articulação entre as experiências subalternas através de ligações locais-globais” (SANTOS, 2007, p.30), uma vez que a “ecologia dos saberes” busca a utilização contra-hegemônica dos saberes científicos.

Trata-se, por um lado, de explorar a pluralidade interna da ciência, isto é, as práticas científicas alternativas que se têm tornado visíveis através das epistemologias feministas e pós-coloniais e, por outro lado, de promover a interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não-científicos (SANTOS, 2007, p.28).

Ao observarmos a construção de planos de urbanização em que os moradores atuam como os principais sujeitos do processo ficam evidentes a importância do plano como a expressão do “falar” e da representação material do imaginário coletivo sobre as novas possibilidades de utilização e ocupação do espaço em que se habita. O diálogo e as limitações da conexão dos pares saber científico/não científico e local/global também ficam expostos, posto que, como Santos argumenta, torna-se evidente que as teorias no Norte Global não se ajustam às realidades sociais dos países do Sul. Essa limitação é bem relatada por Anania Roy (2015), em seu artigo “*Who’s afraid of post colonial theory?*”, em que a autora indiana conta as dificuldades de encaixar sua cidade natal, Calcutá na Índia, em categorias urbanas aprendidas em sua universidade, na Califórnia, e critica os teóricos universalistas que entendem a chamada para gerar teoria no contexto do

Sul global como uma catalogação de 'particularidades empíricas'. Ela defende que a teoria pós-colonial surge como a possibilidade de rompimento com a visão eurocêntrica do urbanismo, permitindo a compreensão de uma economia política que atente para a diferença histórica como elemento fundamental e constituinte da urbanização global, pensando as cidades de forma relacional.

Porto-Gonçalves (2006) oferece importantes acréscimos a esta discussão ao atentar para o fato de como as categorias analíticas pensadas a partir de uma visão específica e eurocêntrica contribuem para o engessamento e para a dificuldade de enxergar a emergência de movimentos com forte potencial emancipatório na América Latina, pautando também a questão da colonialidade dos saberes sociológicos.

Como vimos nos casos de Vila Autódromo e do Horto, é preciso reconhecer que “há matrizes de racionalidade subalternizadas resistindo, re-existindo, desde que a dominação colonial se estabeleceu e que, hoje, vêm ganhando visibilidade” (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.165). Resistindo no sentido de reação a um ato anterior e no sentido de uma “re-existência”, ou seja, como uma nova forma de existir, se reinventando e, inclusive, resistindo.

A história de luta dos moradores das comunidades Vila Autódromo e Horto pela permanência e a organização política que se inicia desde a construção destas moradias em lugares que, posteriormente, tornaram-se extremamente disputados por seu alto valor imobiliário, representam, portanto, um grande ato de resistência materializado na ocupação do território. Esta ocupação, à luz das construções muitas vezes improvisadas das comunidades cariocas, aponta o coletivo de moradores como agente urbanizador do que Holston (1988 *apud*. VAINER, 2013, p.7) irá chamar de “urbanismo insurgente: experiência autônoma, à margem do poder público e de suas regras, de um espaço da cidade”⁶⁷. Sua história revela de que forma os conflitos, inerentes à sua existência, contribuíram para a união e combatividade da comunidade.

O surgimento e conseqüente permanência dessas comunidades se assemelham ao que Holston (1996) irá chamar de “espaços de cidadania insurgente”, “lugares de insurgência, porque introduzem nas cidades novas

⁶⁷ Há de se questionar, no entanto, se todas as comunidades auto-construídas no Rio de Janeiro se encaixam no que Holston chama de “urbanismo insurgente”, uma vez que não se configuram como espaços de oposição aos modelos hegemônicos.

identidades e práticas que perturbam histórias estabelecidas”, destacando a importância do estudo desses locais não como um mero palco de insurgências, mas os considerando como “um espaço de identidades emergentes e sua organização local” (Holston, p.249).

Miraftab (2009) destaca que Holston, mais recentemente, conceituou os assentamentos informais no Brasil como arenas de cidadania insurgente, capazes tanto de estabilizarem as relações cidadão-Estado, quanto de desestabilizarem. Holston explica como as práticas nas ocupações brasileiras se utilizam do discurso da cidadania universal, baseado em direitos, para desestabilizar as velhas formas de cidadania diferenciada - que oferece direitos iguais às pessoas iguais e, da mesma forma, direitos desiguais para pessoas desiguais. Dessa forma, o autor a distingue da cidadania insurgente – que utiliza a máxima da cidadania universal: todas as pessoas têm direitos iguais – para desestabilizar as relações normalizadas produzidas pela cidadania diferenciada, ressaltando o emaranhado em que as formas de cidadania se entrelaçam (HOLSTON, 2008 *apud* MIRAFTAB, 2009). O processo de judicialização da luta, como ocorrido na comunidade do Horto, faz jus à disputa que Holston (2008) coloca em questão, evocando direitos universais na tentativa de garantia de seus direitos.

Miraftab (2009) comenta ainda como movimentos de base encontram brechas políticas no sistema hegemônico para realizar movimentos contra-hegemônicos, não se limitando a frequentar e agir no que ela irá chamar de “espaços convidados”, lugares oficiais de participação popular, mas também recriando ou se reapropriando de espaços em que possam reivindicar seus direitos, o que a autora irá chamar de “espaços inventados”. A cidadania insurgente é caracterizada por ela pela fluidez entre suas práticas, através da inclusão e resistência entre espaços convidados e espaços inventados. Nesse sentido, sendo o Estado “adversário e [fonte de] garantia ao mesmo tempo” (SPESSART et al., 1982,) dos assuntos fundiários, a pressão e luta política pode ser feita a partir dele e contra ele.

A estratégia utilizada por essas comunidades, a partir da elaboração de planos e projetos de urbanização, assemelha-se ao planejamento defendido por Holston (1996), enquanto um planejamento capaz de romper com as categorias estabelecidas, valorizando a etnografia atual e conjugando a cidadania proposta pelo Estado com alternativas insurgentes.

Se o planejamento modernista depende do Estado e o constrói, então o seu antídoto é um tipo de planejamento que dê conta das formações de cidadania insurgente. A teoria do planejamento precisa estar ancorada nesses complementos antagônicos, ambos baseados numa possibilidade etnográfica, e não utópica: de um lado, o projeto de futuros dirigidos pelo Estado, que podem ser transformativos mas resultam sempre de uma política específica; e do outro, o projeto de comprometer planejadores com as formas insurgentes do social, que muitas vezes derivam do primeiro e o transformam, mas que de importantes maneiras estão fora do Estado e são heterogêneas. Essas formas são encontradas tanto em manifestações organizadas de base quanto em práticas cotidianas que, de diferentes maneiras, legitimam, parodiam, desordenam ou subvertem as agendas do Estado (HOLSTON, 1995, p.244).

O planejamento proposto por Holston (1996) tem como um dos seus principais objetivos a possibilidade de responder a essa colisão entre Estado e insurgências através, sobretudo, da heterogeneidade presente em nossa condição social. Souza (2012) argumenta que, apesar da prática do planejamento do Estado capitalista ser tradicionalmente conservadora, deve-se reconhecer que, em determinados momentos, devido a inerente contradição a qual o capitalismo nos impõe, o Estado pode proporcionar um planejamento urbano não conservador, podendo até ser considerado um avanço “em matéria de redução da heteronomia e mesmo da alienação (no sentido de maior consciência de direitos)” (SOUZA, p.15).

Miraftab (2009), ampliando esta discussão, ressalta que as práticas de planejamento radical devem ser insurgentes. Ou seja, as práticas desse tipo de planejamento devem romper as tentativas de governança neoliberal de estabilizar relações opressivas através da inclusão. Devem atentar para a não exclusividade da disputa apenas em espaços oficiais de participação e devem explicitar como o planejamento inclusivo – a partir da participação de cidadãos e sociedade civil – tem sido um forte aliado do neoliberalismo, revelando a apropriação indevida dos mecanismos de participação e da ação coletiva pelo capitalismo global e a economia de corporações. Além disso, ela ressalta o fato de que o foco do planejamento insurgente está no ato de planejar e em suas práticas decorrentes e não somente no planejador.

O planejamento insurgente reconhece, apoia e promove não apenas os mecanismos de defesa das bases exercidas em espaços convidados de cidadania, mas também as práticas opositivas das bases na medida em que eles inovam em seus próprios termos de envolvimento. Céticos podem perguntar se o planejamento insurgente não é uma contradição em termos. Refletindo sobre essa ideia, noto que a discussão do planejamento insurgente se dá em termos da relevância dada ao ‘planejamento’ e não ao ‘planejador’. Ela se refere a um conjunto de práticas e não a um tipo específico de ator (o planejador insurgente). O foco está em uma definição

baseada no valor das práticas que podemos reconhecer como insurgentes. (MIRAFTAB, 2009).

A autora problematiza ainda a discussão acadêmica a respeito da prática profissional do planejamento. Ela comenta como grande parte da população marginalizada mundial não conta com as estruturas formais do 'planejamento profissionalizado', precisando tomar, a todo momento, importantes decisões sobre habitação, vizinhança e desenvolvimento urbano. Seguindo esta linha de pensamento, Miraftab argumenta que "os protagonistas do desenvolvimento urbano, assim, se deslocaram das agências de planejamento em direção a processos informais de base comunitária; dos planejadores profissionais e do planejamento formal para os ativistas e estratégias de base" (MIRAFTAB, 2009).

Em consonância com os demais autores citados anteriormente, Miraftab (2009) aborda a questão da descolonização do planejamento ao ressaltar que o planejamento insurgente tem o seu olhar voltado para a compreensão das cidades subalternas, a partir de suas próprias regras e valores e não a partir de prescrições de planejamento ocidentais. Este olhar é o que vai permitir a visão das informalidades do terceiro mundo não como um defeito, mas como a materialização da resistência aos modelos ocidentais de desenvolvimento e planejamento urbano.

A produção de discursos contra-hegemônicos nas margens não se limita às palavras, mas também está situada nos hábitos de existência e de vida, uma vez que "essa marginalidade oferece a uma pessoa a possibilidade de ter uma perspectiva radical a partir da qual possa ver e criar, imaginar alternativas, novos mundos" (HOOKS, 2019, p.289).

O planejamento insurgente, portanto, como mencionado anteriormente, não está focado necessariamente em quem está agindo (no sentido da produção), mas sim nas ações coletivas (nas práticas). Dessa forma, os mais variados atores podem participar das práticas de planejamento insurgente (ainda que nem todos sejam "insurgentes"), como ativistas comunitários, mães, profissionais de planejamento, professores, vereadores, desempregados e etc.

Quem quer que sejam os atores, o que eles fazem se identifica como planejamento insurgente se forem ações intencionais que tem por objetivo romper com as relações de dominação dos opressores sobre os oprimidos e desestabilizar aquele status quo através da consciência do passado e da imaginação de um futuro alternativo (MIRAFTAB, 2009, tradução da autora).

As análises feitas por Hooks, Kilomba, Santos e diversos outros autores ilustram bem o que estes intelectuais enxergaram fora do Centro, nas margens, como na fala de Inalva Mendes Brito, ex-moradora da Vila Autódromo: “Acho que a comunidade sobrevive porque ela foi ameaçada, ela é ameaçada há 20 anos e essa ameaça faz a resistência dela.” A fala da moradora da comunidade exprime a síntese que o potencial criativo, em uma resposta às diversas opressões, alimenta e possibilita a resistência de comunidades como a Vila Autódromo, o Horto e dos moradores da região das Vargens. Esse potencial criativo, nas comunidades apresentadas anteriormente, foi o que possibilitou a existência de planos e projetos urbanísticos em que os moradores foram os protagonistas, onde se pode considerar que eles falaram “das margens”.

Esse protagonismo, como bem colocou Miraftab (2009), não está unicamente relacionado à elaboração de um produto final, mas sim às diversas ações, formas de linguagem e resistência produzidos e protagonizados por estas comunidades (campanhas digitais, manifestações públicas, projetos de resgate, preservação de memória e outros). Resistência essa que, como colocou Holston (1995), fazem dessas comunidades fortes atores produtores do espaço, através do que ele chama de “urbanismo insurgente”.

No entanto, como pensar em urbanismo e projetos de urbanização idealizados por saberes não necessariamente científicos? Roy, Porto-Gonçalves e Santos nos iluminam questionando a colonialidade dos saberes sociológicos e nos convidam a pensar uma teoria pós-colonial. E como chamar de “insurgente” um projeto que depende do Estado capitalista para ser posto em prática? Holston (1995) nos traz mais complexidades a esta pergunta ao introduzir suas reflexões sobre a “cidadania insurgente” que, ampliados pelos “espaços convidados e inventados”, de Miraftab (2009), lançam luz ao complexo emaranhado de relações e contradições que se constitui o Estado capitalista contemporâneo.

5.2 Reflexões finais a partir das experiências

As entrevistas realizadas em torno da comunidade do Horto e os demais casos apresentados buscavam responder alguns questionamentos que instigaram a pesquisa: Qual a importância desses projetos na resistência e luta política da comunidade? Quais os limites e avanços que ele nos impõe? Como fornecer insumos que auxiliem as comunidades na luta? Como as articulações externas,

materializadas através dos apoiadores, influenciaram nestes processos? Quais as semelhanças e diferenças entre os processos de elaboração dos planos e projeto expostos? Dessa forma, a parte final deste trabalho se inicia fazendo uma breve retomada geral do trabalho para, em seguida, apontar algumas conclusões a respeito do último questionamento.

O panorama conflituoso da cidade do Rio de Janeiro, apresentado no segundo capítulo, nos revelou o quanto a questão da moradia foi e continua sendo uma importante demanda da população carioca. Os megaeventos realizados na cidade evidenciaram a política autoritária, orientada pelo planejamento estratégico e voltada para o mercado, que trouxe de volta a política de remoção como uma possibilidade de atuação da prefeitura em defesa do mercado. O que se observou durante o período entre os anos de 2007 e 2014 foi o empenho por parte do Estado em colocar diversos territórios em situação de ameaça de remoção coletiva e, efetivamente, acabou por retirar de suas casas mais de 77 mil pessoas. Não sem resistência, no entanto, como nos elucidou os conflitos relacionados à moradia registrados no Observatório de Conflitos Urbanos na cidade do Rio de Janeiro. Através da análise dos casos sobre comunidades lutando pelo direito de permanecer em seu território através de suas manifestações, articulações políticas em diferentes escalas e, em alguns casos, através da elaboração de um projeto de urbanização para o espaço em disputa.

Foi nesse cenário conflituoso que a comunidade da Vila Autódromo se destacou por sua estratégia, através de uma organização que virou símbolo de resistência na luta pela moradia no Rio de Janeiro. Oliveira et al (2019, p. 19) afirmam que a luta da Vila Autódromo foi “uma luta pela permanência, pelo reconhecimento de um pequeno bairro popular e sua urbanização, para se tornar cidade, superando sua condição de informalidade”. A comunidade majoritariamente de baixa renda, que tinha legalmente 90% de sua área determinada como Área de Especial Interesse Social elaborou um Plano Popular, em parceria com a universidade, que não só possibilitou uma retórica argumentativa acerca dos pretextos utilizados pela prefeitura para a remoção da comunidade, como inspirou e garantiu a permanência de 20 famílias que hoje se encarregam de reafirmar a história daquele território⁶⁸. Em função da longa resistência, boa parte dos

⁶⁸ Como importante instrumento de reafirmação da história local, merece destaque a iniciativa do Museu das Remoções, um museu comunitário a céu aberto, criado em 2016 como “como parte da

moradores que foram pressionados a sair e acabaram por negociar com a prefeitura, receberam indenizações que chegaram próximo aos valores de mercado e, além disso, os moradores que foram para os pequenos apartamentos do Parque Carioca se mantiveram relativamente próximos à comunidade, desfechos esses muito diferentes dos demais processos de remoção que aconteceram durante o período de preparação e realização dos megaeventos na cidade do Rio de Janeiro. Essa influência pode ser percebida no relato de Oliveira *et al.* (2018), sobre a manutenção da luta pelo reconhecimento de espaços em disputa na cidade e nas imagens apresentadas na Figura 26, que ilustram uma manifestação coletiva e o protesto em placa de sinalização urbana.

A luta continua, tanto internamente, para reconstruir sentidos e laços comunitários em seu novo território, quanto no engajamento de suas lideranças nas lutas sociais da cidade (Oliveira *et al.*, 2018, p.213).

Figura 26. Manifestação pela renomeação da estação de BRT “Centro Olímpico” para BRT “Vila Autódromo”, 2019.



Fonte: Belo (2019).

Inspirados pela experiência de mobilização da Vila Autódromo e motivados pelas propostas verticais e arbitrárias feitas pela prefeitura na Operação Urbana Consorciada e no Projeto de Estruturação Urbana (PEU) das Vargens, a Articulação Plano Popular das Vargens nasce em um contexto posterior aos megaeventos em que mais uma vez o Estado atua em favor de interesses que não o dos moradores da região. A produção do Plano Popular das Vargens possibilitou a elaboração de propostas que atendiam e respondiam às expectativas da população local, para além de contrapor as propostas estatais. Ideários de cidade, mobilidade, moradia e

bem viver, que puderam ser coletivizados e registrados em um plano que sistematiza os desejos dos moradores diante daquele espaço.

Na comunidade do Horto, a histórica luta pelo território se inicia, no período recente, na década de 1960, após a elaboração de um plano de remoção da comunidade pelo governador Carlos Lacerda para a construção de um cemitério. Desde então, a comunidade vem se organizando e resistindo às inúmeras tentativas de remoção. Neste caso, o Projeto de Regularização Fundiária surge através de uma iniciativa do Estado de tentar conciliar os diversos interessados na região. No entanto, o projeto foi sendo legitimado pelos moradores através da realização das reuniões públicas e, especialmente, por respeitar a moradia enquanto direito prioritário ao não retirar ninguém da comunidade e sim realocar as famílias dentro da própria área. Diante da ameaça constante do IPJBRJ, passou a ser aceito e apropriado majoritariamente enquanto mal menor.

Os casos brevemente descritos acima e apresentados no terceiro capítulo deste trabalho contribuíram para atingir outro objetivo desta pesquisa que se centrava em colaborar com a discussão sobre planejamento a partir de outra perspectiva, em que os moradores atuavam como sujeitos ativos do processo, invertendo a lógica vertical e assimétrica, como comumente são construídos, os planos e projetos de urbanização. Dessa forma, buscou-se estabelecer a relação entre os conflitos urbanos e o planejamento à luz da discussão sobre as formas de participação no planejamento urbano tradicional e as teorias pós-coloniais.

No quarto capítulo foi apresentado o histórico da luta da Comunidade do Horto e o processo de elaboração do Projeto de Regularização Fundiária e Urbanística. Nesta seção, questões como a noção de “risco” utilizada muitas vezes para justificar e legitimar as remoções foram questionadas à luz da discussão sobre o racismo ambiental.

O último capítulo se iniciou com reflexões acerca da importância de projetos protagonizados pelos atores considerados à margem das decisões institucionais a partir de autores que nos instigam a pensar em possibilidades de criação de instrumentos combativos para as lutas urbanas, sem minimizar a complexa e desigual correlação de forças que disputam a cidade. Dessa forma, a partir das entrevistas realizadas e da discussão feita por Vainer et al. (2016) e Tanaka (2017) sobre “planejamento conflitual”, algumas considerações podem ser feitas a partir das experiências apresentadas.

Inicialmente, cabe lembrar que o conflito, aqui encarado como uma forma na qual grupos socialmente dominados podem se constituir enquanto sujeitos coletivos e políticos no espaço público (VAINER, 2007), é um elemento central em ambos os casos. Os caminhos utilizados para conduzir os processos de elaboração dos planos populares de Vila Autódromo e das Vargens e do Projeto de Regularização do Horto, no entanto, seguiram rotas distintas, motivados pelas diferentes táticas estatais de remoção utilizadas em cada território (que abrangiam áreas de tamanhos muito diferentes), pela capacidade de resposta e organização de cada comunidade e condicionados pelos diferentes tempos, estratégias políticas e formas de resistência.

Tanaka (2017, p. 260) afirma que o ato de “planejar nasce na ação política, na organização para a resistência à ameaça de remoção, no embate com o Estado pelo reconhecimento e regularização fundiária, na luta política que se realiza nas ocupações organizadas”. Dessa forma, movimentos sociais e moradores organizados buscaram o planejamento como um “instrumento de contestação a um projeto urbano que não reconhece seus direitos, instaurando-a um conflito social”.

Vainer *et al.* (2016) e Tanaka (2017) comentam a questão do tempo em planejamentos realizados neste contexto de conflito.

É o contexto e a natureza do conflito que orienta o processo de planejamento, o que tem relação direta com o conteúdo das propostas e dos projetos para a comunidade. A emergência da situação condiciona o método, o tempo de elaboração e demais aspectos do processo de planejamento, exigindo produtos preliminares ou provisórios que servem como instrumentos de luta em momentos específicos (Vainer *et al.*, 2016, p.60).

O Plano Popular da Vila Autódromo, o Plano Popular das Vargens e o Projeto de Regularização Fundiária do Horto apresentam semelhanças e diferenças entre si. O fato de o planejamento estar sendo realizado em meio a um conflito previamente estabelecido há décadas, produz essa emergência para a conclusão do seu produto, como ambos os casos demonstraram, apesar dos tempos se apresentarem de formas distintas. A Vila Autódromo tinha um elemento agravante: a realização dos Jogos Olímpicos de 2016 datava o prazo limite para a remoção da comunidade, uma vez que se pretendia utilizar aquela área para a instalação de equipamentos olímpicos.

Os moradores das Vargens, por sua vez, puderam ir além da questão fundiária: o tamanho da área a ser planejada permitiu que moradores da região

sonhassem e elaborassem um projeto de cidade em que as especificidades locais fossem valorizadas e implementadas, através de propostas agroecológicas e de mobilidade urbana para a região. Além do reconhecimento de comunidades tradicionais, como ressaltaram Oliveira et al. (2019) ao afirmarem o caráter subversivo e anticapitalista do plano:

Nas Vargens, o conteúdo do plano também assume outra dimensão no campo das narrativas populares, de afirmação de que é possível pensar em outros modos de vida. Afirma-se a necessidade de se romper com lógicas dominantes e predatórias de reprodução do espaço urbano e é colocada a reivindicação por uma “outra cidade”, de um lado baseada em modos de vida populares e tradicionais, e de outro na ideia de bem viver, afirmando valores de igualdade de gênero, raça e classe, e da agroecologia. O plano é uma expressão de possibilidade de uma outra cidade a ser elaborada. Assume, nesse sentido, um caráter subversivo e anticapitalista, tensionando estruturas existentes. (ibid. p.20).

No caso da comunidade do Horto, o Projeto de Regularização Urbanística e Fundiária como uma iniciativa estatal era enxergado como uma possibilidade de finalmente resolver o imbróglho judicial que há décadas se arrasta na região. A UFRJ, contratada pelo governo federal para a realização do projeto, tinha, portanto, um prazo de conclusão e entrega do trabalho. O tempo, nestes casos, condicionou não só a forma como os planos e o projeto foram elaborados, mas também o sentido pragmático como cada um deles foi encarado.

Além disso, quando Vainer *et al.* (2016) destacam a questão da natureza e contexto do conflito condicionando e orientando o conteúdo do plano, podemos apontar outras observações: no caso da Vila Autódromo, o plano foi utilizado muitas vezes como um importante recurso de negociação com a prefeitura e, nesse sentido, algumas adaptações foram sendo feitas ao plano inicial. Além disso, à medida que os moradores eram obrigados a aceitar as propostas da prefeitura (seja por acordo, pela intimidação direta ou por medida judicial), através de muita pressão e, eventualmente, envolvendo promessas de altas indenizações, que contrariavam as propostas no restante da cidade, o plano precisava ser ajustado para que se tornasse um plano executável.

Nas Vargens, a articulação e a elaboração de propostas de moradores de diferentes bairros surgem a partir da tentativa de resposta à proposta municipal. Dessa forma, é interessante notar como a proposta da prefeitura acabou por reunir lideranças locais que contavam com um histórico prévio de atuação conjunta a partir

de lutas por moradia e em torno da agroecologia, pensando e elaborando propostas para o território como um todo. Como ressalta Tanaka (2017):

A situação de ameaça é um fator para a unificação de lutas populares, para a mobilização interna de bairros e comunidades no sentido de se organizarem para resistir. É também elemento de potencialização de alianças políticas com organizações, coletivos, grupos, pessoas, que se identificam com a luta. (p.262).

E confirmam Oliveira et al (2019):

O processo de elaboração do plano em si se coloca como uma forma de mobilização e de busca de uma unidade popular, de produção de uma pauta unificadora, por meio de uma articulação, em contraposição ao projeto “Vargens Maravilha”. (p.20).

Os eixos “Agroecologia” e “Morar e Plantar” aparecem como potencialidades marcantes da articulação e elaboração de propostas do Plano Popular das Vargens. Apesar de mais evidente nas Vargens, em virtude da forte atuação e organização social entorno de movimentos agroecológicos, este é um ponto de coesão em relação à demanda de moradia nas três comunidades observadas. A relação com o território se estabelece não só através do local de moradia, mas também com a relação estabelecida com a natureza local, os quintais produtivos e as comunidades tradicionais. Baptista e Silva (2018) destacam que:

Muito além da produção de alimentos, a relação da agricultura urbana com as suas árvores tem a dimensão afetiva e mais que isso demonstra a radicalidade mística-religiosa, na medida em que há ali um valor simbólico e imaterial. Há um profundo conceito de segurança alicerçado nas raízes das espécies semeadas, regadas e cultivadas pela moradora. Não tem preço. Só muito respeito à cidadania para preservar esses quintais. (ibid. p.285).

Diferentemente dos casos de Vargens e Vila Autódromo, em que se pode observar de forma mais evidente a atuação do capital imobiliário no tensionamento das decisões municipais, a comunidade do Horto estava em meio a um conflito estabelecido entre órgãos de uma mesma esfera federal, evidenciando o emaranhado e a disputa existentes dentro do próprio Estado.

As estratégias utilizadas pela representação do Estado em diferentes escalas, sejam elas municipais ou federais, de ameaças de remoção em cada comunidade também acabaram por condicionar a forma como essas comunidades se organizaram. No caso do Horto, essas táticas foram mudando ao longo dos anos, mas a comunidade sempre se organizou de forma a responder coletivamente aos

ataques de setores da União Federal que eram feitos, muitas vezes, individualmente aos moradores. Mendonça (2018, p. 295) afirma que durante as décadas de 1980 e 1990 foram ajuizadas “215 ações de reintegração de posse em face de moradores, com o argumento de que eles estariam utilizando de forma privada um bem de natureza pública”. Por conta disso, a comunidade contava com o apoio de uma assessoria jurídica permanente, que enfatizava a importância da organização coletiva e dispunha, além dos advogados representantes da comunidade, alunos voluntários do curso de direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, localizada no bairro vizinho.

O atual advogado da AMAHOR, Rafael da Mota Mendonça⁶⁹, relata como o poder judiciário influenciou e interferiu nos rumos da comunidade:

O Judiciário e o TCU obstaculizaram a implementação do projeto de regularização fundiária e urbanística no Horto. Tal postura demonstra de que forma os próprios poderes estatais constituídos podem concorrer para viabilizar o projeto do capital imobiliário, que em razão da informalidade da ocupação, consegue com facilidade deslocar seus moradores dos grandes centros para a periferia. Assim, o próprio Estado pode ser o agente garantidor da formação de uma cidade segregada.

Na Vila Autódromo e nas Vargens a ameaça era municipal e tinha como padrão a desinformação e o desrespeito aos moradores. Na Vila Autódromo, a marcação de casas com a sigla da Secretaria Municipal de Habitação e uma numeração atribuída pelo órgão era feita sem a autorização e conhecimento dos moradores. Na Vila Autódromo, agentes municipais agiam individualmente coagindo os moradores a aceitarem negociar a saída da comunidade para morarem em um apartamento do Condomínio Parque Carioca. Na região das Vargens não havia a ação imediata de remoção e a heterogeneidade da extensa área acaba por agrupar perfis socioeconômicos muito distintos. Dessa forma, apesar da situação de informalidade urbanística ser presente também em moradias de classe médias e altas, foram as comunidades pobres as mais ameaçadas pelo projeto da Prefeitura (OLIVEIRA et al, 2019).

Nos casos da Vila Autódromo e do Horto, os relatos e registros do Observatório de Conflitos Urbanos revelam a violência com que foram tratados os moradores durante todo o período. Lobino e Novais (2018) afirmam que:

⁶⁹ Assistente jurídico da comunidade, trabalhou com Miguel Baldez e hoje atua na defesa do Horto.

As táticas identificadas sugerem o enquadramento dos moradores como “marginais”, isto é, “à margem” do Estado. “Margem” no sentido trabalhado por Das e Poole (2008) refere-se às relações sociais que compreendem grupos e seus territórios que se encontram além do “normal” reconhecido pelo Estado. A margem está identificada com a ausência da clareza quanto ao protocolo ou ao conjunto de regras que orienta uma política ou ação do poder público. Ao mesmo tempo, é o lugar para o qual se volta o biopoder, já que os grupos e seus territórios “à margem” estariam em oposição ao que é tomado por “normal”. (ibid. p.277).

Dessa forma, ao se questionar acerca da importância desses projetos na resistência e luta política das comunidades foi possível observar os diferentes papéis que cada plano cumpriu, cada um com a sua importância. O Plano Popular das Vargens foi capaz de sintetizar desejos e sonhos de moradores sobre o território; o Plano Popular da Vila Autódromo contribuiu de forma significativa para a permanência de parte da comunidade, resistindo a pressões de agentes muito poderosos; o Projeto de Regularização Fundiária do Horto fazia parte de uma tentativa de negociação e resolução do conflito entre as diferentes instâncias do governo federal. Em todos esses casos, destaca-se a importância do plano/projeto como importante instrumento de reivindicação “das classes populares por ter seus direitos igualmente reconhecidos, como uma forma de se apresentar também como aptos a integrar a cidade, se realizados processos democráticos de produção do espaço urbano” (Oliveira et al. 2019, p.19).

Além disso, como destaca Tanaka (2019):

Se nos marcos do planejamento estratégico, os grandes projetos urbanos que impõem a remoção de bairros populares são apresentados como consensuais e “para o benefício de todos”, o plano popular mostra o “lado dos perdedores”. Mais que isso, o plano popular disputa na linguagem técnica o sentido de público, ao revelar o caráter perverso dos processos em curso. (p.265).

Parece evidente que o Projeto de Regularização Fundiária do Horto não partia dos pressupostos apresentados pelos ideais do planejamento hegemônico, uma vez que reafirmava o direito à moradia como um fator primordial e que teve a adesão e legitimação por parte dos moradores. No entanto, essa relação de negociação entre as diferentes partes envolvidas foi observada muitas vezes na fala da coordenação do projeto durante a entrevista realizada, em uma espécie de relação “ganha-ganha”, mas que, nesse caso, todos perderiam algo para que todos ganhassem, reafirmando a falsa dicotomia de que existe um antagonismo entre a permanência dos moradores e a preservação do Instituto. A conjuntura específica de embate

entre diferentes instituições de uma mesma esfera federal reafirma a complexidade da estrutura estatal e ignora a história de preservação e contribuição ambiental dos moradores para a região.

Como mostra o caso do Horto, a utilização de uma linguagem técnica elaborada por profissionais de fora da comunidade pode suscitar controvérsias. A discussão feita no capítulo 4, sobre a noção de “risco” instiga algumas questões, tais como: quais os impactos que um parecer técnico que qualifica uma residência como uma “área de risco” pode causar em seus moradores? Como a assessoria técnica deve conduzir esse processo de forma a não apavorar a população local e ao mesmo tempo ter uma postura franca a respeito das reais condições de moradia? No caso específico citado neste trabalho, a noção de risco estava ligada a condições edilícias ideais que poderiam inviabilizar a circulação de pessoas e meios de transporte, mas que, também, acabavam por desvalorizar as vivências locais, reproduzindo os padrões dominantes de urbanização. Dessa forma, o que se observou foi o argumento técnico se sobrepondo à história e ao saber local sobre o território, fazendo com que estes moradores buscassem outras fontes técnicas capazes de produzir um parecer que levasse em conta as especificidades da organização dos territórios em classes populares. A contraposição entre os argumentos do projeto e do relatório produzido posteriormente evidenciam uma certa dependência que os moradores podem criar em torno da linguagem técnica quando não se apropriam dela.

Nesse sentido, é indubitável a importância e a responsabilidade das articulações externas – nos casos aqui apresentados, representados pela universidade – na condução, mesmo que como coadjuvante, desses processos. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que não somente as universidades cumprem esse papel: organizações sociais, parlamentares e apoiadores em geral contribuem diretamente para o que Tanaka (2019) elabora como “planejamento autônomo”, a partir do caso da comunidade Arroio Pavuna:

O planejamento autônomo pode ser entendido não como a elaboração do plano como um produto técnico, mas como o conjunto de ações e recursos mobilizados pelos moradores em sua luta contra a remoção [...]. Neste sentido, incluiria o trânsito entre espaços inventados, a ocupação de espaços institucionais convidados, e espaços tomados, isto é, espaços de negociação constituídos para atender a pressões dos moradores [...] (ibid. p.270).

A autora ressalta ainda o papel da assessoria nestes casos, composta por profissionais engajados na política urbana, que atuam através de uma relação de confiança política que vai se construindo através da construção de espaços coletivos que extrapolam os espaços tradicionais de “participação”.

O histórico de luta do Horto evidencia a profunda desigualdade social presente na cidade do Rio de Janeiro, marcada pelo inquestionável recorte racial. Este pode ser compreendido através da forma diferenciada com que os grandes condomínios de luxo são tratados, com privilégios em relação às políticas de preservação ambiental, jogando luz ao racismo ambiental que a população, majoritariamente negra, enfrenta diariamente.

Como foi observado, o conflito em torno da comunidade do Horto Florestal e a elaboração do Projeto de Regularização Fundiária e Urbanística suscitou uma série de reflexões, algumas abordadas neste trabalho. No entanto, à luz das discussões decoloniais e das formas de pensar o planejamento urbano nas cidades do Sul Global, algumas questões surgiram ao longo da pesquisa: a noção de risco social, caracterizado por critérios de salubridade, acessibilidade para ambulâncias, mobilidade, entre outros, provocou a vontade de uma investigação acerca do que pode ser considerado como padrão edilício para moradia adequada em comunidades e favelas. Qual a visão de urbano a racionalidade hegemônica pode nos impor ao estabelecer, por exemplo, que uma habitação pode não ser adequada se não houver possibilidade de trânsito de ambulâncias ou coleta de lixo? Quais as soluções que já foram pensadas e/ou implementadas por moradores de favelas e profissionais que busquem adequar o sistema ao ambiente construído, em vez de propor a construção de um ambiente novo? Essas foram algumas das questões não respondidas e que apontaram para a necessidade de maior aprofundamento em um momento posterior.

A comunidade do Horto segue preservando, cuidando e reivindicando o seu lugar, diante das constantes ameaças e pressões psicológicas que sofrem os moradores a cada ameaça de remoção, como a mais recente ocorrida no dia 30 de junho de 2021, em meio a pandemia de Covid-19. As polícias Federal e Militar fizeram uma operação para entregar notificações da Justiça Federal para as famílias nas regiões do Caxinguelê e do Grotão, a respeito do processo de desapropriação⁷⁰.

⁷⁰ Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/30/pf-e-pm-notificam-familias-do-horto-processo-de-desapropriacao.ghtml>>.

Os moradores foram surpreendidos às seis horas da manhã com uma abordagem truculenta da polícia, que batia nas portas das casas e ameaçava pular os muros, como denunciou o morador Diogo Carvalho, durante a audiência pública realizada na Câmara Municipal do Rio de Janeiro no dia 24 de agosto de 2021:

Meu filho de 14 anos, estudante do Colégio Divina Providência, do bairro, me perguntou, assustado, o que estava acontecendo. Ele acordou com o barulho de diversos tapas na porta de nossa casa desferidos por um policial federal acompanhado de um oficial de Justiça às 7 horas para entregar uma citação. Respondi a ele que esse assunto estava sendo discutido há mais de 100 anos e que eu faria de tudo para resolvê-lo para ele não passar pelo constrangimento que eu estava passando. Pergunto aos senhores: o que vocês responderiam?

A audiência pública em questão foi presidida pelos vereadores Reimont e Tainá de Paula (ambos filiados ao Partido dos Trabalhadores), que tinha como tema: “Regularização fundiária das Comunidades do Horto e Vila da Major: direito à moradia em harmonia com o meio ambiente”. A audiência contou com a presença de moradores de diversos núcleos habitacionais da comunidade e muitos apoiadores. Dentre as reivindicações, soluções já existentes para o conflito como o projeto de lei que pretende transformar o Horto em Área de Especial Interesse Social, proporcionando mais um instrumento jurídico a favor da comunidade. Os moradores ressaltaram que os estudos realizados através do Projeto de Regularização Fundiária e Urbanística do Horto já haviam provado que é possível estabelecer uma convivência harmoniosa entre a moradia e a preservação ambiental, assim como, lembraram das iniciativas ambientais protagonizadas pela comunidade como a manutenção e limpeza do Rio dos Macacos, através da ação Horto Natureza⁷¹.

Entre os “espaços convidados” e “espaços inventados”, a comunidade segue na luta pela regularização de suas moradias, organizando manifestações, campanhas em páginas de redes de sociais, promovendo ações ambientais e desconstruindo, constantemente, a imagem de “invasores” propagada pela mídia hegemônica.

⁷¹ Criado em janeiro de 2020 o projeto Horto Natureza tem como objetivo atuar na revitalização, manutenção e preservação do Rio dos Macacos. O projeto conta com o apoio do Grupo de Capoeira do Mestre Mico Preto, da empresa IBS, de moradores da comunidade e da Associação de Moradores e Amigos do Horto Florestal (AMAHOR). Disponível em: < <https://rioonwatch.org.br/?p=54548>>.

Figura 27. Manifestação de moradores pela permanência na comunidade.



Fonte: Arquivo da autora.

REFERÊNCIAS

- A PÚBLICA.** No Rio, comunidade fundada nos tempos da escravidão luta para ficar. 16 mar. 2017. Disponível em: <<https://apublica.org/2017/03/no-rio-comunidade-fundada-nos-tempos-da-escravidao-luta-para-ficar/>>. Acesso em 10 set. 2021.
- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. **Dados**, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.
- ABREU, Maurício. A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: IPLANRIO, Jorge Zahar Editor, 1987. 147 p.
- ACSELRAD, Henri. Apresentação. Em C. MACHADO, & C. F. Santos, **Conflitos ambientais e urbanos: debates, lutas e desafios.** p. 280. Porto Alegre: Evangraf, 2013.
- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In. **Conflitos Ambientais no Brasil**, p. 13-36, 2004.
- ACSELRAD, Henri. Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana. **O social em Questão**, n. 33, p. 57-67, 2015.
- ALEM, Adriano. **Breve relato sobre a formação das divisões administrativas na Cidade do Rio de Janeiro: período de 1961 a 2007.** Coleção Estudos Cariocas. Rio de Janeiro: PMRJ, Novembro de 2007.
- ALONSO, Angela. A política nas ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Novos Estudos.** São Paulo, junho de 2017.
- AMPVA - Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo. **Plano Popular da Vila Autódromo.** Plano de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural. AMPVA. 2012. Disponível em: <<https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaaudromo.pdf>>. Acesso em 10 set. 2021.
- APP – Articulação Plano Popular das Vargens. **Plano Popular das Vargens.** Rio de Janeiro: APP; NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ, 2017.
- APPV - Articulação Plano Popular das Vargens. **Plano Popular das Vargens.** APPV. Nov. 2018. Disponível em: <http://sertaocarioca.org.br/dynamic/content/uploads/2018/01/CADERNO_PLANO_POPULAR_VARGENS_COMPLETO.pdf>. Acesso em 10 set. 2021.
- AZEVEDO, Lena., & FAULHABER, Lucas. **SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico.** 124: Mórula. 2015.
- BALDEZ, Coryntho. Moradia para quem? Entrevista. Edição 010. **UFRJ Plural.** 2013. Disponível em: <<http://www.plural.ufrj.br/010/entrevista.php>>. Acesso em 10 set. 2021.

BASTOS, Isabela & SCHIMIDT, Selma. Prefeitura removerá 119 favelas até o fim de 2012. **O Globo**. (Atualizado em 1 nov. 2011). 2011. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/prefeitura-removera-119-favelas-ate-fim-de-2012-3072053>>. Acesso em: 10 set. 2021.

BELO, Maria Luiza. Vila Autódromo Convida: Ocupação pela Renomeação de BRT e Cumprimento de Promessas. **Rio On Watch**. 1 fev. 2019. Disponível em: <<https://riononwatch.org.br/?p=38600>>. Acesso em 10 set. 2021.

BOLTANSKI, Luc. **El amor y la justicia como competencias**. Buenos Aires: Amorrortu, 2000.

BOOKCHIN, Murray. **Ecologia Social e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

BRASIL. Jardim Botânico do Rio de Janeiro será ampliado. Notícias, **Agência de Notícias do Governo do Brasil**. Mar, 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2013/05/jardim-botanico-do-rio-de-janeiro-sera-ampliado>>. Acesso em 18 jun. 2020.

CALGARO, F.; PASSARINHO, N.; SALOMÃO, L. Eduardo Cunha anuncia rompimento com o governo e diz que é 'oposição'. **G1 O Globo**. 17 jul. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/07/eduardo-cunha-anuncia-rompimento-politico-com-o-governo-dilma.html>>. Acesso em 10 set. 2021.

CÂMARA, Breno P. Conflitos urbanos no Rio: mapear a desigualdade, colecionar lutas. In: OLIVEIRA, Fabricio L.; SÁNCHEZ, Fernanda; TANAKA, Giselle; MONTEIRO, Poliana. **Experiências de Planejamento em Contexto de Conflito Social**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

CARNEIRO, Júlia Dias. 'Só arrancaram a casa do lugar, e fim': 4 anos depois, desapropriados da Copa questionam remoções desnecessárias. **BBC News**. 17 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44478032>>. Acesso em 4 abr. 2021.

COMITÊ POPULAR DA COPA E DAS OLIMPÍADAS DO RIO DE JANEIRO. **O Rio de Janeiro dos Jogos da Exclusão**. 2016.

COMITÊ POPULAR DA COPA. **Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro: Olimpíadas Rio 2016, os jogos da exclusão**. Rio de Janeiro, 2015.

COMITÊ POPULAR RIO. A tentativa de remoção de famílias do Horto é uma questão ambiental ou de classe? **Comitê Popular RIO Copa & Olimpíadas**. 14 mar. 2013. Disponível em: <<https://comitepopulario.wordpress.com/2013/05/14/a-tentativa-de-remocao-de-familias-do-horto-e-uma-questao-ambiental-ou-de-classe/>>. Acesso em 10 set. 2021.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **A Elite Dirigente do Governo Lula**. Rio de Janeiro, CPDoc/FGV, 2009.

DA SILVA, Ricardo Siloto; DA SILVA, Éder Roberto. **Origens e matrizes discursivas da Reforma Urbana no Brasil**. Espaço e Debates, 2006.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders**. São Paulo: Zahar, 2000.

OBSERVATÓRIO - **Observatório dos Conflitos Urbanos na cidade do Rio de Janeiro**; ETTERN - Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza; IPPUR - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. 2021. Disponível em: <www.observaconflitosrio.ippur.ufrj.br>. Acesso em: 10 set. 2021.

FARIA, José Ricardo V. **Planos Diretores Participativos: a razão consensual no discurso da reforma urbana**. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) Instituto de Planejamento e Pesquisa Urbana e Regional, Rio de Janeiro, 2012.

FIPE ZAP. **Índice FIPE ZAP de Venda Residencial**. Informe de Dezembro de 2020. Dez. 2020. Disponível em: <<https://fipezap.zapimoveis.com.br/wp-content/uploads/2021/01/fipezap-202012-residencial-venda.pdf>>. Acesso em 10 set. 2021.

FUNDO BRASIL. Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. **Fundo Brasil**. 2012. Disponível em: <<https://www.fundobrasil.org.br/projeto/comite-popular-da-copa-e-olimpiadas-do-rio-de-janeiro/>>. Acesso em 10 set. 2021.

G1. Reprovação ao governo Temer é de 82%, aponta pesquisa Datafolha. **G1 O Globo**. 10 jun. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/reprovacao-ao-governo-temer-e-de-82-aponta-pesquisa-datafolha.ghtml>>. Acesso em 10 set. 2021.

G1. Temer é vaiado durante abertura da Olimpíada no Rio. **G1 O Globo**. 5 ago. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/noticia/2016/08/temer-e-vaiado-durante-abertura-da-olimpiada-no-rio.html>>. Acesso em 11 set. 2021.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e luta pela moradia**. São Paulo. Loyola, 1991.

GOMES, Luis Cláudio Moreira. **A regularização fundiária em áreas públicas: reflexões a partir do estudo de caso da Comunidade do Horto - Rio de Janeiro (RJ)**. 2014. Tese de Doutorado. Tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2014.

GRAZIA, Grazia de. Introdução. In GRAZIA, Grazia de (org.). **Plano Diretor: Instrumento de Reforma Urbana**. P.70-88. Rio de Janeiro: FASE, 1990.

HELAL FILHO, W. Liszt Vieira: 'Defendo o Jardim Botânico contra os interesses particulares de uns poucos'. **O Globo**. 17 set. 2012. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/rio/liszt-vieira-defendo-jardim-botanico-contra-os-interesses-particulares-de-uns-poucos-6109500>>. Acesso em 10 set. 2021.

HERCULANO, Selene; PACHECO, Tania. **Racismo ambiental, o que é isso**. Rio de Janeiro: Projeto Brasil Sustentável e Democrático: FASE, 2006.

HOLSTON, James. Espaços de Cidadania Insurgente. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 24, p. 243-253, 1996.

hooks, bell. **Anseios: raça, gênero e políticas culturais**. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2010. IBGE, 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 23 nov. 2020.

JARDIM BOTANICO RJ. JardimBotanicoRJ. **Facebook**. 28 nov. 2020. Disponível em: <<https://www.facebook.com/JardimBotanicoRJ/posts/3536691606374123/>>. Acesso em 10 set. 2021.

JESUS, Daniel; LINS, Mariana. Novos Protagonistas Nos Ativismos De Bairro: Uma Análise Sobre As Novas Formas De Organização Popular. **Revista Geográfica De América Central**, v.2, n.47E, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2107>>. Acesso em 23 abril 2021.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LOURENÇO, Carlos Vitor; SOUZA, Emerson de; OLIVIERI, Laura. Horto, lugar de memórias. **Youtube**. 2010. 1 vídeo (13 min). Publicado pelo canal AMAHORTO. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=N3-6hprqmpg&t=181s>>. Acesso em 26 de maio de 2021.

MARQUES, Thamiris et al. Identidade e representações sociais de moradores da zona sul da cidade do Rio de Janeiro acerca deles mesmos, dos moradores do subúrbio e dos cariocas. **Interações**, Campo Grande, v. 21, n. 2, p. 259-272, 2020.

MENDONÇA, Rafael M. **Horto florestal do Rio de Janeiro: uma crônica de avanços e retrocessos em um processo de regularização fundiária**. p. 281. Rio de Janeiro: uma abordagem dialógica sobre o território fluminense, 2018.

MÍDIA INDEPENDENTE COLETIVA. Passeata da Resistência Contra a Remoção do Horto. **Youtube**. Duração: 4 min. 18 seg. 27 mar. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CQB1hyLWKeg>>. Acesso em 10 set. 2021.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. v. 18, n. 3. p.363-377. Recife, PE: 2016.

MIRAFTAB, Faranak. Insurgent Planning: situating radical planning in the global south. **Planning Theory**, v. 8, n.1, 32-50, 2009.

MIRAFTAB, Faranak; SILVER, Christopher; BEARD, Victoria A. Introduction: Situating contested notions of decentralized planning in the global south. In. **Planning and Decentralization: Contested Spaces for Public Action in the Global South**. p.1-18. New York: Routledge Taylor & Francis Group, 2008.

MULHERES ZONA OESTE. Campanha de financiamento Mulheres Zona Oeste. 2021. Disponível em: <<https://www.mulheresazonaoeste.bonde.org/>>. Acesso em 10 set. 2021.

MUSEU DAS REMOÇÕES. "Memória não se remove" - Plano Museológico. **Museu das Remoções**. [S.d.]. Disponível em: <<https://museudasremocoes.com/>>. Acesso em 10 set. 2021.

O GLOBO. Moradores da Favela Canal do Anil protestam contra plano de remoção de favela. **O Globo**. 27 mar. 2007 [atualizado em 5 mar. 2012]. 2012. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/moradores-da-favela-canal-do-anil-protestam-contr-plano-de-remocao-da-favela-4206078>>. Acesso em: 10 set. 2021.

OLIVEIRA, Fabrício L.; SÁNCHEZ, Fernanda; VAINER, Carlos. **Planejamento Conflitual na Cidade Olímpica: a experiência da Vila Autódromo**. Rio de Janeiro. [s.d.].

OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves de. Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro: entre o rural e o urbano. **Revista Iluminuras**, v. 18, p. 325-349, 2017.

OLIVEIRA Ribeiro, Mariah. **A luta histórica dos moradores do Horto Florestal do Rio de Janeiro: a contradição entre justiça ambiental e direito à moradia**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2017.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha**. Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado, p. 151-197, 2006.

RACISMO AMBIENTAL. Campanha coletiva popular une e empodera mulheres pretas em quintais dos Bosque das Cabolhas em Campo Grande. 21 nov. 2019. Disponível em: <<https://racismoambiental.net.br/2019/11/21/coletiva-popular-une-e-empodera-mulheres-pretas-em-quintais-do-bosque-das-caboclas-em-campo-grande/>>. Acesso em: 10 mar. 2020.

RAMOS, Tatiana Tramontani. **A geografia dos conflictos sociais da América Latina e Caribe**. Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2003.

RIANELLI, Erick. Oficiais de Justiça notificam famílias do Horto sobre desapropriação; ação conta com apoio da PF e PM. **G1 O Globo**. 30 jun. 2021.

Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/30/pf-e-pm-notificam-familias-do-horto-processo-de-desapropriacao.ghtml>>. Acesso em 10 set. 2021.

RIBEIRO, Luiz César de Q. e CARDOSO, Adauto Lúcio. Plano Diretor e Gestão Democrática da Cidade. In GRAZIA, Grazia de (Org.). **Plano Diretor**: Instrumento de Reforma Urbana. p.70-88. Rio de Janeiro: FASE, 1990.

PCRJ - Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Choque de ordem. Notícia. **Prefeitura do Rio**. 16 set. 2009. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=87137>>. Acesso em: 10 set. 2021.

ROY, Ananya. “Who’s afraid of postcolonial theory?”. **International Journal of Urban and Regional Research**, 2015.

SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, Glauco; MASCARENHAS, Gilmar; OLIVEIRA, Alberto. Megaeventos e Metrôpoles. Insumos do PAN-2007 e as perspectivas para as Olimpíadas de 2016. In. **Grandes Projetos metropolitanos**: Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Rio de Janeiro, 2012.

SANTOS, Maurício. C.; COSTA, Maria de Fátima T.; ASEVEDO, Marcos. D. **Relatório das visitas técnicas realizadas na comunidade da vila da major, parte da comunidade do horto**. Rio de Janeiro, 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 78, p. 3-46, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2011.

SANTOS, Carolina. C. P. dos. **Elekô**: mulheres negras na luta por direito à moradia na cidade do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Sociologia e Direito) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

SANTOS, Fernanda. S., SANTANA, Caroline. d., & MOREIRA, Paula. C. **Alternativas De Resistência**: A Experiência Da Articulação Plano Popular Das Vargens. III Seminário Nacional Sobre Urbanização de Favelas - URBFAVELAS. 2018.

SENADO. **Projeto de Lei Nº 161 de 2009**. Altera a lei Nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e propõe outras disposições legais.

SILVA, Lays Helena Paes. Ambiente e justiça: sobre a utilidade do conceito de racismo ambiental no contexto brasileiro, **e-cadernos CES**, [Online], n.17, 2012, Disponível em: <<http://journals.openedition.org/eces/1123>>. Acesso em 23 abril 2021.

SOUZA, L. **Horto Florestal: um lugar de memória da cidade do Rio de Janeiro: a construção do Museu do Horto e seu correspondente projeto social de memória.** 2012.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **A prisão e a ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Autogestão, “Autoplanejamento”, Autonomia: Atualidade e dificuldades das práticas espaciais libertárias dos movimentos urbanos. **Revista Cidades**, v. 9, n. 15, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a Cidade, uma introdução ao Planejamento e à Gestão Urbanos.** Rio de Janeiro: ED. Bertrand Brasil, 2001.

SPESSART et al. **Cidade, Povo e Poder.** São Paulo: Editora USP. 1982.

TANAKA, Giselle, OLIVEIRA, Fabrício Leal de, SANTOS, Fernanda dos, COLI, Luis Régis. **Da Vila Autódromo às Vargens: Planos Populares na luta contra-hegemônica na cidade.** Belo Horizonte: Anais do Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico, 2018.

TANAKA, Giselle. **Planejamento conflitual: o Plano Popular da Vila Autódromo. Planejamento alternativo: propostas e reflexões coletivas.** n. 229. 2019.

TANAKA, Giselle. **Planejar para lutar e lutar para planejar: possibilidades e limites do planejamento alternativo.** Tese de Doutorado (Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2017.

TATAGIBA, Luciana. Desafios da relação entre movimentos sociais e instituições políticas. O caso do movimento de moradia da cidade de São Paulo—Primeiras reflexões. **Colombia Internacional**, n. 71, p. 63-83, 2010.

TEIXEIRA, E. T. & BARTHOLL, T. Apresentação. In. **Em Territórios em resistência.** Cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. p. 176. Rio de Janeiro: Consequência Editora. 2015.

UFRJ-LabHab. **Memorial Descritivo da Proposta Preliminar das Poligonais (Delimitação dos Perímetros) da Comunidade.** 2011.

UFRJ-LabHab. **Projeto de Regularização Cadastral, Fundiária e Urbanística para o Assentamento Horto, no Bairro Jardim Botânico, Município do Rio de Janeiro, RJ.** 2011.

VAINER, Carlos. [Sem título.] Palestra no **Seminário Nacional Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos.** Salvador: GT Conflitos Fundiários

Urbanos / Programa Nacional de Capacitação das Cidades / Conselho Nacional das Cidades / Ministério das Cidades, 6 a 8 de agosto de 2007.

VAINER, Carlos., BIENENSTEIN, Regina, TANAKA, Giselle. M. M., OLIVEIRA, Fabrício. L. D., & LOBINO, Camila. **O Plano Popular da Vila Autódromo**: uma experiência de planejamento conflitual. 2013.

VILLAÇA, Flávio. Uma Contribuição para história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: Editora USP, 2010.

ZIBECHI, Raúl. **Territórios em resistência**: cartografia política das periferias urbanas latino-americanas. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.